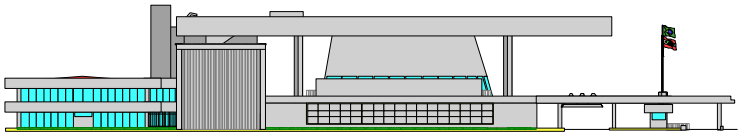
16ª Legislatura

ESTADO DE SANTA CATARINA

1ª Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII FLORIANÓPOLIS, 11 DE OUTUBRO DE 2007 NÚMERO 5.797

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Clésio Salvaro
1º VICE-PRESIDENTE
Ana Paula Lima
2º VICE-PRESIDENTE
Rogério Mendonça
1º SECRETÁRIO
Valmir Comin
2º SECRETÁRIO
Dagomar Carneiro
3º SECRETÁRIO
Antônio Aguiar
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grando

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira – Vice Presidente
Darci de Matos
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO
Reno Caramori – Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Onofre Santo Agostini
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL
Moacir Sopelsa – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
Onofre Santo Agostini – Presidente
Joares Ponticelli – Vice Presidente
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
João Henrique Blasi
Professor Grando
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio – Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Silvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Herneus de Nadal
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA
Silvio Dreveck – Presidente
Renato Hinnig – Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grando
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
Décio Góes – Presidente
José Natal Pereira – Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Renato Hinnig
Reno Caramori
Professor Grando
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart – Presidente
Jailson Lima da Silva – Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER
Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai – Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grando
Silvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL
Nilson Gonçalves – Presidente
Narcizo Parisotto – Vice Presidente
Ada de Luca
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Odete de Jesus – Presidente
Kennedy Nunes – Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Onofre Santo Agostini
Romildo Titon
João Henrique Blasi

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação: responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição. Coordenador: Eder de Quadra Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia: responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

EXPEDIENTE

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - **NÚMERO 1811**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 022ª Sessão Solene da 16ª realizada em 09/10/2007 às 19h 2
Ata da 083ª Sessão Ordinária da 16ª realizada em 10/10/2007.....4
Ata da 036ª Sessão Extraordinária da 16ª realizada em 10/10/2007 14
Ata da 023ª Sessão Solene da 16ª realizada em 10/10/2007 às 19h 18

Publicações Diversas
Extrato 22
Projeto de Decreto Legislativo 22
Projetos de Lei.....23
Redações Finais.....24
Relatório 28
Seminário 30

P L E N Á R I O

ATA DA 022ª SESSÃO SOLENE DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 09 DE OUTUBRO DE 2007 ÀS 19H
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI QUE INSTITUI O DIA ESTADUAL DO CIDADÃO DA PAZ E LANÇAMENTO DO LIVRO *CIDADÃO DA PAZ: ONDE SE FAZ? FAMÍLIA - ESCOLA - ESTADO*
PROPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA E DA BANCADA DO DEMOCRATAS
SUMÁRIO

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Enumera os fatores que fazem com que a sociedade mergulhe cada vez mais na violência e elogia os autores do livro *Cidadão da Paz: Onde se Faz? Família - Escola - Estado*.

PÉRICLES PRADE - Lembra que guerras e insatisfações dificultam a conquista paz e que o homem só é livre quando a alcança.

TENENTE-CORONEL IVON JOMIR DE SOUZA - Cita os avanços históricos no caminho para a paz e menciona os grandes líderes que ficaram conhecidos pela capacidade de diálogo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) -Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Convido o sr. deputado Onofre Santo Agostini para conduzir à mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compô-la.

Doutor Péricles Prade, jurista e membro da Academia Catarinense de Letras;

Tenente-coronel Ivon Jomir de Souza, co-autor do livro *Cidadão da Paz*;

Tenente-coronel Reinaldo Boldori, também co-autor do livro *Cidadão da Paz*;

Major José Luiz Gonçalves da Silveira, presidente da Associação Cultural Educacional Pesquisa e Inovação Tecnológica para a Preservação da Ordem Pública Cidadão da Paz, também co-autor do livro *Cidadão da Paz*;

Senhor deputado Onofre Santo Agostini;

Senhor deputado Moacir Sopelsa;

Senhor deputado Manoel Mota;

Senhora deputada Ada De Luca;

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, a presente sessão foi convocada a requerimento da Mesa Diretora, com a aprovação de todos os parlamentares, para que pudéssemos aqui, neste ato, fazer o lançamento do Projeto de Lei n. 0496/2007, que institui o Dia Estadual do Cidadão da Paz e ainda, no mesmo ato, efetuar o lançamento do livro intitulado *Cidadão da Paz: Onde se Faz? Família - Escola - Estado*.

Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional, executado pelo saxofonista Geovanni de Luch.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência registra a presença das seguintes autoridades:

Coronel PM Ricardo Alcebíades Broering, diretor de Instrução e Ensino da Polícia Militar;

Coronel Fernando Rodrigues Menezes, presidente do Clube Barriga-Verde de Oficiais de Santa Catarina;

Tenente-Coronel José Aroldo Schlichting, diretor do Colégio Militar Feliciano Nunes Pires;

Capitão da PM Edir de Souza, representando o Departamento Estadual de Defesa Civil;

Senhor Alberto Szupka Martins, representando a Guarda Municipal de Florianópolis;

Senhora Judite Molasco de Souza, diretora do Instituto Educacional de Córrego Grande.

Convido, neste momento, para fazer uso da palavra o eminente deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI -Excelentíssimo sr. presidente desta Casa, deputado Julio Garcia;

Excelentíssimo sr. deputado Manoel Mota;

Excelentíssimo sr. deputado Moacir Sopelsa;

Excelentíssima sra. deputada Ada De Luca;

Excelentíssimo dr. Péricles Prade, digníssimo jurista e membro da Academia Catarinense de Letras;

Excelentíssimos srs. autores do livro *Cidadão da Paz: Onde se Faz? Família - Escola - Estado*, tenente-coronel Ivon Jomir de Souza, tenente-coronel Reinaldo Boldori e major José Luiz Gonçalves da Silveira;

Demais autoridades, srs. militares, prezados amigos, respeitadas sras. e imprensa que cobre a TVAL e a Rádio Alesc Digital.

Neste momento que a humanidade vive numa violência constante, nós vemos três militares lançarem o livro *Cidadão da Paz* e poderíamos entre nós pensar: será que esses militares têm a competência e a sabedoria suficientes para falar sobre a paz? Eu poderia responder que ninguém melhor do que os autores têm essas condições, porque convivem diariamente com essa violência que assola não só Santa Catarina, Florianópolis, o Brasil, mas o mundo inteiro.

Sr. presidente, recentemente, quando voltava de uma viagem internacional da Itália, estava sentado ao meu lado no avião um padre holandês, que tinha vindo ao Brasil dar uma palestra no Rio de Janeiro exatamente sobre a violência. Quando ficou sabendo que eu era deputado, ele me perguntou qual era a minha opinião sobre o que estava acontecendo com a humanidade. Eu respondi ao padre que, em minha opinião, três eram os fatores que estavam levando a sociedade a essa violência desenfreada. O primeiro fator era a falta de temor a Deus. Infelizmente, o ser humano não está mais com aquela sensibilidade de ter Deus não como Deus castigo, mas, sim, pelo temor do Ser Criador, para Ele nós podermos venerar. O segundo fator é a degradação da família, e a televisão tem um papel importante nessa degradação. E o terceiro fator, sr. presidente, é a falta de solidariedade. O ser humano está num salve-se quem puder. Ninguém mais tem aquela sensibilidade de saber respeitar o ser humano, indo ao encontro da solidariedade.

Agora, quando vemos este livro que ainda não tive o privilégio de ler, mas o título é muito sugestivo, vamos, sem dúvida alguma, procurar, ao folheá-lo, compreender o que os três autores quiseram nele fazer referência.

Mas quero, em meu nome, em nome da minha bancada e também em nome desta Casa, cumprimentar o tenente-coronel Ivon Jomir de Souza, o tenente-coronel Reinaldo Boldori e o major José Luiz Gonçalves da Silveira por esta feliz idéia de fazer deste livro um auxílio ou um caminho para tentarmos também procurar efetivamente a paz.

A Assembléia Legislativa se sente muito honrada de poder, neste dia, fazer este lançamento e apresentar à sociedade de Santa Catarina os ensinamentos que três grandes oficiais da briosa Polícia Militar de Santa Catarina estão apresentando a Santa Catarina, ao cidadão catarinense, para juntos procurarem minimizar o sofrimento da comunidade, diminuindo esta violência que assola todo o país e toda a humanidade.

Que este livro, srs. autores, sirva para que nós possamos também, ao nos concentrarmos em sua leitura, ajudar a termos uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais cordial.

Que este cidadão da paz, que v.exas. neste exato momento representam, seja para todos nós um ensinamento para que a paz efetivamente exista.

Um abraço muito fraterno e que Deus os ajude!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Convido para compor a mesa também o deputado Sargento Amauri Soares.

Neste momento, passo a condução dos trabalhos ao deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Convido, neste momento, sentindo-me honrado por poder conduzir esta sessão, o excelentíssimo sr. dr. Péricles Prade para fazer uso da palavra em nome da Associação Cidadão da Paz.

O SR. PÉRICLES PRADE - Excelentíssimo deputado estadual Onofre Santo Agostini, que conduz os trabalhos desta sessão;

Deputada Ada De Luca;

Deputados Manoel Mota, Moacir Sopelsa e Sargento Amauri Soares;

Autoridades militares;

Demais autoridades que compõem a mesa;

Co-autores;

Minhas senhoras e meus senhores.

Quem acompanhou no curso dos tempos a história concretamente considerada sabe que sempre houve grandes conflitos provocados pela insatisfação dos homens sobre a face da Terra.

Guerras são registradas em livros, em filmes e lembradas também por muitos. Contudo, a guerra é contraposta sempre pela paz ou no mínimo pelo desejo da paz.

O mundo atual expressa este conflito. E esta busca da paz tem sido tentada, mas muitas vezes o é apenas retoricamente. Não há uma ação conjunta do estado, dos homens públicos, mas alguém se preocupou com isso, a exemplo de outros na mesma esteira. Vêm a ser os co-autores deste livro denominado *Cidadão da Paz*: José Luiz Gonçalves da Silveira, Ivon Jomir de Souza e Reinaldo Boldori.

O grande poeta baiano Castro Alves, um dos ícones da poesia brasileira, influenciado pelo romantismo francês, em especial de Victor Hugo, já dizia: "Livros, livros, a mão cheia e manda o povo pensar, o livro caindo n'alma, germe que faz a palma é chuva que faz o mato".

Mas o livro não pode ser um organismo inanimado. O livro tem que ser lido. Eu o li. E quando o li fiquei vivamente impressionado com o teor do seu texto. E escrevi, a título de um comentário na contracapa, algo que de forma sintética assim foi expressado: não é comum em nosso país a conjugação de esforços intelectuais de natureza coletiva no tocante à redação de uma obra visando à defesa da cidadania, da paz para a segurança social.

Por isso que quando se reúnem três qualificados estudiosos como José Luiz Gonçalves da Silveira, Ivon Jomir de Souza e Reinaldo Boldori, para demonstrar e justificar verticalmente que o cidadão da paz se faz na família, na escola e no estado, com ênfase neste responsável e maior pela organização social nas esferas da federação, criando cultura e educação de viés interdisciplinar, construída a partir da intervenção dos poderes republicanos e da colaboração dos agentes políticos voltados aos valores institucionais e ao respeito à solidariedade humana, deve-se aplaudir e registrar o fato editorial de tão alta relevância.

É o que faço aqui, agora, recomendando a leitura desta obra escrita à luz da melhor bibliografia nacional e internacional, na certeza de que, se levado a sério o modelo encartado no projeto proposto, fruto de suporte teórico técnico e prático, as dificuldades da crise atual serão superadas, prevenindo-se e reduzindo-se a delinqüência e outras formas de violência contra o cidadão brasileiro.

Mas ainda a simples leitura não é suficiente! É fundamental que cada um de nós tenha a consciência da mais absoluta necessidade de lutarmos pela paz, que é um dos instrumentos também para a realização da liberdade humana. E quando me refiro à liberdade humana é para dizer que no fundo o cerne deste livro está centrado na figura do indivíduo.

Não basta, repito, a interferência do estado, que é vital. É preciso que todos nós saibamos quais são as nossas responsabilidades, porque senão o estado será uma ficção. E pior ainda será quando o homem for uma ficção. Não sejamos ficção. Sejamos realidade. E vamos todos conjugados sempre na linha da defesa da luta pela paz.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Neste momento convido o tenente-coronel Ivon Jomir de Souza para, em nome dos autores, tenentes-coronéis Ivon Jomir de Souza e Reinaldo Boldori, e major José Luiz Gonçalves da Silveira, fazer o lançamento do livro intitulado *Cidadão da Paz: Onde se Faz? Família - Escola - Estado.*

O SR. TENENTE-CORONEL IVON JOMIR DE SOUZA - Cumprimentando o deputado Onofre Santo Agostini que preside esta sessão, cumprimento todas as autoridades que compõem a mesa, autoridades civis e militares, familiares, amigos e companheiros de luta que estão conosco todos os dias nesta batalha incessante que é a luta pela paz.

(Passa a ler.)

"Paz - Uma construção ao longo de toda a vida

Ao longo da história, temos registros de verdadeiros marcos ao encontro da construção de uma sociedade livre e mais justa. Avanços como a abolição da escravatura; a derrubada de regimes de governos opressores; a declaração universal dos direitos do homem, com o reconhecimento de que todas as raças, culturas e expressões religiosas têm o mesmo valor e enriquecem a diversidade humana; o direito universal à educação e a usufruir o patrimônio cultural de nossa espécie; a justiça que garante às mulheres o exercício pleno de suas capacidades; os direitos dos trabalhadores de reivindicar melhores condições para o exercício de suas profissões; a opção na Constituição Federal de garantir cidadania plena à infância e à juventude, regulamentada depois pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que abriu caminhos sem precedentes para assegurar direitos individuais e sociais.

Sabemos que essas conquistas, entre outras, porém ainda não são suficientes para atender as nossas necessidades de segurança, oportunidades, conhecimento, lazer, exercício de cidadania, liberdade, criatividade. Porém a maior parte dessas vitórias foi possível porque pessoas se dispuseram a negociar, argumentar, dialogar, buscar consenso, resistir e não cooperar com a injustiça e o abuso de poder.

Na história temos dois exemplos de compromissos com a liberdade e com a justiça sem apelo à força física: Mahatma Gandhi e Martin Luther King. Cada um deles, em contextos sócio-políticos e geográficos distintos, enfrentou a opressão, a humilhação e a mentira. Cada um escolheu, à sua maneira, métodos não-violentos de libertar seus povos, restabelecer o direito e encontrar saídas para o convívio pacífico. Esses homens provocaram transformações irreversíveis porque suas propostas não eram destruir o opressor, e sim libertar as pessoas da opressão.

Neste sentido, convido todos para, logo após o encerramento desta sessão solene, o lançamento da obra *Cidadão da Paz: Onde se Faz? Família - Escola - Estado,* sendo o autógrafo dos autores abrilhantado pela música do saxofonista Geovanni de Luch.

Obrigado a todos que aqui estão, e acreditem que a paz é o caminho para o futuro!"

Em duas palavras, em um gesto, eu digo para vocês o seguinte: paz e amor.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Convido todos para, de pé, ouvirmos o Hino de Santa Catarina, executado pelo saxofonista Geovanni de Luch.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e de todos que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para a noite de autógrafos e coquetel no *hall* deste Poder e antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 083ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2007
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Jailson Lima - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a presença do presidente do DEM e vereador de Canoinhas.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR (pela ordem) - Registra o falecimento do ex-prefeito de Santo Amaro da Imperatriz, João Broering.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (pela ordem) - Registra a presença de sua esposa e de 14 membros do PDT Mulher, de Brusque.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença de personalidades de Fraiburgo e dos jovens campeões da categoria infanto-juvenil de Karatê-Do.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Presta condolências a familiares das vitímas do acidente ocorrido na região oeste de Santa Catarina.

Breves Comunicações

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Comemora o Dia do Motorista da Ambulância e registra os 40 anos da Instaladora Santa Rita.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Sugere projeto de lei que especifique características mínimas de uma ambulância.

DEPUTADO DARCI DE MATTOS (aparte) - Enaltece a Instaladora Santa Rita.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Exige que governo cumpra a Lei n. 254; anuncia que o Hospital Santa Isabel, de Blumenau, é referência nacional em transplante de órgãos.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Afirma que governo estadual está-se empenhando para cumprir a Lei n. 254.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença de vereador de Rio do Oeste e de ex-vereador e ex-prefeito de Fraiburgo.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Manifesta sua solidariedade a familiares de vítimas da tragédia na BR-282; cobra empenho do estado para regulamentar lei das compras governamentais.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Parabeniza o deputado Dirceu Dresch pelo seu pronunciamento.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Registra a presença do pastor da Assembléia de Deus e de empresários de Laguna.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença do presidente do PMDB, dos vereadores e do diretor do hospital de Rio do Oeste.

Partidos Políticos

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Propõe audiência pública em São Bento do Sul para discutir turismo no planalto norte catarinense; elogia a Efapi.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Cumprimenta o prefeito João Rodrigues e todo o povo do oeste de Santa Catarina pela realização da Efapi.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Mostra indignação com matéria da *Veja* sobre Che Guevara.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Fala da pouca relevância das obras que governo inaugura em Joinville.

DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Pede melhorias na rodovia Antônio Heil, em Brusque.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Reclama que direitos anteriormente assegurados aos professores não estão sendo cumpridos.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Solidariza-se com vítimas de acidente na BR-282 e seus familiares.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Cumprimenta o deputado Marcos Vieira pelo seu pronunciamento.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Fala que o pronunciamento do deputado Marcos Vieira expressa o sentimento do PSDB catarinense com relação ao acidente na BR-282.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Fala sobre a implantação do pedágio em Santa Catarina.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Mostra indignação com a cobrança de pedágio nas estradas.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sugere medidas severas e urgentes para mudar a legislação de trânsito em Santa Catarina.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Parabeniza a deputada Ada De Luca pelo pronunciamento referente ao transporte ferroviário.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Convida os parlamentares para participarem da eleição da primeira diretoria da Frente Parlamentar Cooperativista.

Ordem do Dia

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Solicita informações sobre a emenda modificativa ao PR n. 0004/2007, que altera a Resolução n. 09, que dispõe sobre as honrarias instituídas na Alesc.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Solicita informações acerca da emenda modificativa ao PL n. 0460/2007, que altera o § 3º do art. 1º da Lei n. 13.669, de 28/12/2005 e se a emenda se refere à substituição do procurador-geral Michel Curi .

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Concorda com a urgência da aprovação do PL n. 0460/2007.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Comunica ser contra a aprovação do PL n. 0460/2007.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Concorda com o posicionamento da deputada Odete de Jesus quanto ao PL n. 0460/2007.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Requer autorização dos líderes no sentido de encerrar a sessão e convocar outra, extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, gostaria de saudar o presidente do DEM de Canoinhas, vereador Paulo Henrique Brolini Glinski, advogado de renome em nossa cidade, que muito nos honra com sua presença nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Feito o registro, a Presidência, em nome da Assembléia Legislativa, manifesta o profundo pesar deste Poder pelo grave acidente ocorrido na noite de ontem, mais precisamente na região oeste de Santa Catarina, que vitimou até agora 26 pessoas, e outras dezenas estão hospitalizadas, vítimas da maior tragédia automobilística no estado de Santa Catarina.

O governador Luiz Henrique da Silveira decretou luto oficial de três dias no estado, e existe uma comitiva de parlamentares da Assembléia Legislativa que acompanha o ocorrido na região oeste.

Queremos nós, da Assembléia Legislativa, e faço-o na condição de presidente, em nome do Poder Legislativo, externar aos familiares, àqueles que foram atingidos pelo grave acidente ocorrido, as nossas condolências e a nossa solidariedade.

Proponho que façamos um minuto de silêncio em homenagem, solidariedade e respeito àquelas pessoas que foram vitimadas pelo acidente.

(É feito um minuto de silêncio.)

O Sr. Deputado Cesar Souza Júnior - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente e srs. deputados, cumpre registrar, com pesar também, o falecimento ocorrido no dia de ontem, no Hospital de Caridade, do ex-prefeito de Santo Amaro da Imperatriz, sr. João Broering, que está sendo velado naquele município e será sepultado no dia de hoje, às 16h.

Um homem sério e íntegro que falece aos 73 anos e que certamente deixará saudade pela sua profunda noção e senso de espírito público e que marcou a história do município de Santo Amaro da Imperatriz. Portanto, fica aqui registrado o falecimento do ex-prefeito João Broering.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dagomar Carneiro.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sr. presidente e srs. deputados, queria registrar aqui, com alegria, a visita na Assembléia Legislativa do PDT Mulher de Brusque, presidido pela minha esposa. São mais de 14 membros, que em nome do PDT Mulher estão conhecendo a Assembléia e prestigiando a nossa sessão. Quero lhes desejar as boas-vindas e uma boa estada nesta Casa. Estão ali as nossas guerreiras mulheres.

Em um momento muito difícil da política nacional temos um PDT organizado, que dá um exemplo, um banho.

Quando a mulher participa, ela faz e faz bem feito. A vocês, mulheres, o meu muito obrigado pela visita e pelo trabalho desenvolvido em prol da comunidade brusquense.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, com muita satisfação quero registrar a presença nesta Casa do nosso amigo Cleosnir Conte - presidente do PSDB de Fraiburgo, do Adilson Dias, secretário do partido, do Ademir Torri, organizador das Olimpíadas de Fraiburgo - Olifrai, e do Luiz Coelho, presidente da Associação Vital de Karatê-Do daquele município.

Sr. presidente, srs. deputados e catarinenses, Fraiburgo irá sediar a quarta etapa do Campeonato Estadual de Karatê-Do. Com certeza absoluta, a partir do dia 20 de outubro, 400 atletas oriundos de outras regiões, de aproximadamente 16 municípios, irão participar desse campeonato.

Para concluir, a título de informação, gostaria de dizer que em Fraiburgo temos dois jovens: o Anderson Gomes da Silva, que é campeão da categoria infanto-juvenil, e a Leiliane Cristina Borges, ambos já estão classificados para no ano de 2008 representar o Brasil no mundial na Itália.

Parabéns a essas pessoas e ao nosso presidente Kiko nte!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, como médico, não nos podíamos furtar de prestar as nossas condolências, principalmente, às pessoas que estavam prestando serviço e trabalhando para salvar vidas e que também foram vítimas. Às pessoas do Corpo de Bombeiros, da área da Saúde, as nossas condolências pelo trágico acidente ocorrido no meio-oeste, no dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência, a pedido do deputado Genésio Goulart, registra a visita do grupo da terceira idade do município de Cocal do Sul.

Sejam todos muito bem-vindos à Assembléia Legislativa!

Passaremos àseves Comunicações. O primeiro orador inscrito é o deputado Onofre Santo Agostini, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e catarinenses que nos honram com sua presença, v.exa., deputado, já fez o registro desse lamentável acidente ocorrido no oeste de Santa Catarina, onde 27 irmãos nossos perderam a vida. Mas lá também estavam motoristas de ambulância, que tentavam socorrer as pessoas acidentadas e que também padeceram com a própria vida.

Vejam v.exas. que hoje, 10 de outubro, é o Dia do Motorista de Ambulância! Coincidentemente hoje é o seu dia. E às 19h esta Casa vai prestar uma homenagem, através de uma sessão solene, a todos os motoristas de ambulância do nosso querido estado.

Está em trâmite no Congresso Nacional um projeto de lei de autoria de dois catarinenses: deputado Gervásio Silva e senador Raimundo Colombo, tornando o 10 de outubro o dia nacional do motorista de ambulância e, além disso, trazendo alguns benefícios, como insalubridade e periculosidade, para que todos os motoristas de ambulância do nosso país, principalmente de Santa Catarina, tenham o reconhecimento pelo trabalho insalubre e penoso praticado durante o transporte das pessoas portadoras de necessidades ou de doenças.

Mas, hoje, nós nos inscrevemos para ocupar a tribuna porque ontem à noite participamos de uma solenidade no Centro Sul.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Vou ouvir v.exa., deputado Jailson Lima, pois sei que também comunga do pensamento deste deputado em relação ao motorista de ambulância.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Onofre Santo Agostini, como médico que sou, tenho acompanhado muito no estado, principalmente na nossa região, a situação dos motoristas de ambulância. E acho que é importante fazermos aqui um projeto de lei voltado para as características mínimas que uma ambulância tem que possuir no estado, porque já vimos vários motoristas perambulando pelo estado em veículos sem as mínimas condições.

Então, às vezes não é apenas a questão da insalubridade, pois quando se tem um veículo adequado, ela até não existe. O que muitas vezes temos que levar em conta é que precisamos estabelecer um padrão de ambulância para o estado de Santa Catarina e para as secretarias de Saúde.

Parabéns pela audiência promovida!

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Deputado Dagomar Carneiro, graças à criação da Associação dos Motoristas de Ambulância, conseguimos, aqui em Florianópolis, fazer com que haja uma casa onde o motorista de ambulância pode, pelos menos, descansar, tomar um banho, beber um cafezinho, almoçar e assim por diante.

Srs. deputados, concordo com o deputado Jailson Lima, mas também acho que o ser humano que dirige a ambulância precisa ter o devido reconhecimento.

Mas, como dizíamos, ontem foi um dia muito importante, porque participamos das festividades de uma empresa extraordinária daqui, de Santa Catarina, Instaladora Santa Rita, que completou 40 anos de atividade. Trata-se de uma empresa que começou bem pequena e que hoje tem participação em 15 estados do Brasil: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e em vários outros estados da federação.

Fazemos questão de fazer esse registro, porque quando fomos presidente desta Casa, deputado Dagomar Carneiro, implantamos aqui um projeto intitulado Retratos de Santa Catarina, permitindo assim que cada município viesse aqui apresentar o seu potencial, a sua cultura, etc. E todas as terças-feiras sempre havia a presença de uma pessoa, que mais tarde fui saber quem era. Todas as terças-feiras, no projeto Retratos de Santa Catarina, havia um senhor de idade assistindo às apresentações. Até que num belo dia soubemos quem era. Chamava-se Wilson Lemos, dono e fundador da Instaladora Santa Rita. Imediatamente fui perguntar-lhe por que comparecia a todas as sessões. E ele me disse que não faltou a nenhuma apresentação. E na sua casa ele deixou uma ordem: que a televisão fosse ligada na TVAL para que seus familiares assistissem às apresentações. Aí indaguei ao sr. Wilson Lemos por quê. "Olhe, deputado Onofre" - disse-me ele -, "enquanto eu for vivo e for eleitor, votarei no senhor, porque o senhor me deu a grande oportunidade de conhecer Santa Catarina. Eu não conhecia o estado, e através do projeto Retratos de Santa Catarina passei a conhecê-lo, assim como também o potencial extraordinário que os catarinenses têm e não sabem. Enfim, passei a conhecer o nosso estado no concreto e não no abstrato".

Por isso, tenho uma grande admiração pelo sr. Wilson Lemos. Mais tarde, infelizmente, quis Deus que o sr. Wilson fosse chamado para uma dimensão diferente desta, e ele se encontra lá, quem sabe, naquela dimensão, torcendo pela sua firma, que está sendo dirigida pela sua esposa e pelos seus dois filhos: o João Batista e o Francisco.

Ontem, ficamos cheios de orgulho, srs. deputados, no Centro Sul. Estavam lá o sr. vice-governador e, aproximadamente, mil pessoas, deputada Ana Paula Lima - inclusive devo registrar que v.exa. se manifestou através de correspondência. Eu tive o privilégio de sentar na mesa em que estava um japonês, o sr. Roberto, que veio do estado de São Paulo, de Bauru. Ele é um dos concorrentes da Santa Rita e reconheceu que essa empresa é uma das maiores, senão a maior, do Brasil no ramo, na comercialização dos produtos que eles vendem em Santa Catarina.

Foi uma homenagem bonita, deputado Darci de Matos, na qual estava presente o prefeito de Joinville, e eu inclusive pude cumprimentar s.exa. Aquele foi um dos mais bonitos encontros que participei até hoje. Vimos lá o potencial da Instaladora Santa Rita, a família unida. O Wilson, um homem simples, mas de um caráter excepcional, um homem de um valor extraordinário, começou com uma empresa pequena, deputado Darci de Matos, que se tornou essa grande potência no nosso estado.

Faço questão de fazer esse registro nesta Casa, para que se consigne futuramente esta data tão importante que comemoramos no dia de ontem.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Deputado Onofre Santo Agostini, também não poderia deixar de fazer o meu registro, enaltecendo as características econômicas e sociais dessa empresa.

Estive lá ontem à noite e posso dizer que se trata de uma empresa que nasceu em Tijucas e que se constitui numa das maiores do ramo no Brasil, aquecendo a economia e gerando centenas de postos de trabalho.

Portanto, temos que enaltecer o espírito do empreendedor catarinense, que está caracterizado na Santa Rita.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Realmente, deputado, a Santa Rita gera 700 empregos diretos.

Por isso, fica aqui o nosso registro parabenizando a empresa pelos 40 anos. E Deus permita que viva muitos e muitos anos gerando progresso, emprego, tributos, mas, acima de tudo, o bem-estar do povo de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência registra com satisfação a presença dos alunos da 4ª série da Escola de Educação Básica Coelho Neto, de Criciúma, que estão aqui a convite da deputada Ada De Luca.

Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa.

Inscrita para falar a sra. deputada Ana Paula Lima, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sra. deputada Ada De Luca, srs. deputados, crianças da escola que hoje nos dão a honra da sua presença no Parlamento catarinense, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, acho que perdi uma bonita festa, ontem, dos 40 anos dessa empresa tão maravilhosa, que é a Santa Rita, deputado Onofre Santo Agostini.

Por motivo de doença na família, não pude lá comparecer e festejar com a dona Cacilda, essa grande mulher empreendedora, com o Francisco e com o João Batista Lemos e com todos os funcionários, os 40 anos dessa empresa maravilhosa, que teve como fundador o sr. Wilson Lemos, que como prefeito da cidade de Tijucas fez lá um excelente governo e, inclusive, começou lá o seu empreendimento.

Tenho certeza de que a Santa Rita, que está comemorando os seus 40 anos de existência e sempre dispensou um bom tratamento aos funcionários e aos catarinenses, vai cumprir mais alguns anos de trabalho, como tem feito até o momento, servindo bem o nosso estado.

Também gostaria de lembrar, sras. deputadas e srs. deputados, a promessa que fiz de que cada vez que assomasse a esta tribuna cobraria, deputada Ada De Luca, do governador do estado - e peço o apoio dos senhores e senhoras parlamentares - o cumprimento da Lei n. 254 dos policiais civis e militares e do Corpo de Bombeiros do estado de Santa Catarina, que foi uma promessa de campanha, votada nesta Casa, bastando agora a sua regulamentação.

Sr. presidente, toda vez que me manifestar nesta tribuna, vou pedir que o governador do estado cumpra, deputado Elizeu Mattos, a Lei n. 254, porque os policiais estão esperando há muito tempo no estado.

Também, sras. deputadas e srs. deputados, lamento pelo acidente trágico que ocorreu no oeste de Santa Catarina, ceifando dezenas de vidas e comovendo todos os catarinenses. Depois de ocorrer um acidente entre um ônibus e um caminhão, outro caminhão, que trafegava pelo acostamento - e isso não pode acontecer nunca, porque é contra o Código Nacional de Trânsito - vitimou dezenas de pessoas.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentar v.exa., deputada Ana Paula Lima, pelo pronunciamento que faz. V.Exa. sempre levanta problemas inerentes ao governo, ao trabalho do Parlamento.

Eu ouvi v.exa. dizer que o governo não está cumprindo a lei que aprovamos aqui em Plenário, trazendo a garantia para a Segurança Pública ter a sua remuneração adequada para trabalhar. Porém, é preciso dizer que estamos fazendo um esforço fora do comum para atender a essas questões que são fundamentais para o trabalhador de Santa Catarina. Mas é necessário que o governo federal também se preocupe. Hoje, passei em frente da Polícia Federal e vi que eles estão em greve; o Besc, que agora está federalizado, continua em greve, assim como a Caixa Econômica Federal.

Então, o governo também precisa se preocupar nesse sentido. É preciso que a administração federal também se preocupe e acabe com essas greves, negocie, para que possamos voltar à estabilidade em todos os setores, seja estadual ou federal em Santa Catarina.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado Manoel Mota.

Estamos atentos a todas as demandas do estado de Santa Catarina, mas sempre que subir a esta tribuna falarei na Lei n. 254, para que o governador do estado tire-a da gaveta e pague os policiais do estado, para que eles possam continuar exercendo de forma esplêndida o seu trabalho.

Já falamos em mortes, e não gostamos de falar muito nisso. E agora vamos falar um pouco na vida. Queremos dar os parabéns, srs. deputados, a uma instituição de Blumenau, o Hospital Santa Isabel, que bateu um recorde de transplantes. O Hospital Santa Isabel de Blumenau realizou cinco cirurgias em menos de 24 horas. Se alguns vão, outros também têm a oportunidade de continuar neste mundo e dar continuidade à sua vida.

Parabéns ao Hospital Santa Isabel, que oportuniza outras pessoas a continuarem sua vida!

(Passa a ler.)

"O Hospital Santa Isabel, de Blumenau, vivenciou mais um fenômeno de multiplicação da vida. Em menos de 24 horas, a instituição fez cinco cirurgias de transplantes de órgãos, ultrapassando a marca de cem operações desse tipo somente nesses nove primeiros meses do ano. Foram 55 transplantes de fígado, 45 transplantes de rim e um transplante de coração. Desde o ano de 2002, foram realizados no Hospital Santa Isabel 160 transplantes de fígado. E desde 1980, a equipe do hospital Santa Isabel fez 354 transplantes de rim.

Também quero me congratular com os familiares dos doadores dos órgãos, porque isso é um verdadeiro ato de amor à vida. Quero parabenizar também a direção do Hospital Santa Isabel de Blumenau, que é referência nacional em transplante de órgãos. É importante também destacar que esse hospital é a única instituição do estado de Santa Catarina credenciada para o transplante de fígado e faz isso tão bem que se transformou em referência nacional.

Srs. deputados, destaco em plenário a mobilização da equipe de profissionais daquele hospital, que reúne 70 pessoas de três equipes no centro cirúrgico, na área médica, na área de enfermagem e em outras áreas de profissionais da saúde. Desejo, igualmente, que os pacientes que receberam o órgão transplantado obtenham plena recuperação e que tenham muitos anos de vida.

Aproveito a oportunidade para destacar em plenário que esses são alguns motivos que me levaram a indicar o Hospital Santa Isabel, de Blumenau, para receber a Medalha de Honra ao Mérito do Poder Legislativo Catarinense. E convido todos para participarem da sessão de entrega dessa medalha, que vai ocorrer no dia 5 de novembro, às 19h, neste Parlamento.

Vejam v.exas que a liderança nacional de Santa Catarina na doação de órgãos para transplante (proporcional à população) é uma condição a ser comemorada e também a ser preservada. A cada ano aumenta o volume de autorização para captação de órgãos, mas ainda é insuficiente para atender a demanda. São mais de 1,5 mil pessoas ansiosas para realizar um transplante, que ainda não o fizeram pela falta de doações.

A possibilidade de transplantes é um dos triunfos da medicina, de importância similar ao do desenvolvimento de vacinas contra doenças epidêmicas e ao surgimento dos antibióticos para a cura dessas doenças. No entanto, ao contrário dos dois outros exemplos, ainda não conseguiu ganhar o status, deputado Edson Piriquito, de procedimento de massa, isto é, que seja possível a todas as pessoas necessitadas. A condição de uso intenso da tecnologia, com a conseqüente complexidade e custos elevados, evidentemente colaboram para que um número maior de transplantes não seja realizado. Mas o inadmissível, deputado Rogério Mendonça, é a morte de pacientes na fila de espera por conta da ausência de doações. Todos os esforços, deputado Rogério Mendonça, da medicina em tentar dar qualidade de vida ou mesmo de sobrevida a quem tem um órgão comprometido não podem ser desprezados por conta do preconceito ou da mera falta de solidariedade.

Srs. deputados, a liderança catarinense nas doações deve servir como estímulo no campo da saúde. O avanço da medicina, em especial dos complexos transplantes, é uma condição que vai demandar cada vez mais investimentos no setor público. Não há como escapar dessa situação, embora determinados procedimentos, que no passado apresentavam custos exorbitantes, hoje se tenham transformado em corriqueiros."

Portanto, quero destacar o número de transplantes no estado de Santa Catarina e dar parabéns à equipe de profissionais da Saúde do hospital Santa Isabel, que tem dado um exemplo para o Brasil.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Muito obrigado, sr. presidente.

Quero registrar com satisfação a presença nesta Casa do vereador Luiz Carlos Müller, de Rio do Oeste, presidente do partido, que está tratando de assuntos daquela cidade, aqui, neste Parlamento.

Também quero registrar a presença do meu amigo Neuse, ex-vereador e ex-prefeito de Fraiburgo, aqui no plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência dá as boas-vindas aos nossos visitantes.

Inscrito para falar o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e telespectadores da TVAL, quero externar o nosso grande pesar pela morte das 28 pessoas no acidente do extremo oeste catarinense, mais precisamente no município de Descanso.

Vinte e dois corpos já foram identificados, e mais de 90 pessoas feridas estão em hospitais, além de outras que não chegaram a ir para os hospitais, mas foram feridas e sofreram com o acidente. Foi um dos maiores acidentes do nosso estado, infelizmente mais uma vez por imprudência de motoristas que colocam em risco e matam pessoas inocentes que trafegam pelas estradas de Santa Catarina.

Queremos registrar esse sentimento de profundo pesar às famílias que perderam seus entes queridos. Inclusive o governo do estado decretou luto de três dias, pelo falecimento dessas pessoas que infelizmente perderam a vida nesse grave acidente.

Srs. deputados, quero aproveitar para dizer que o primeiro ônibus das pessoas acidentadas foi o das pessoas que estiveram ontem na festa da Cooperativa Regional Alfa, comemorando os 40 anos da empresa. É uma das grandes cooperativas do nosso estado, que tem um grande peso econômico e social, pois tem um grande número de associados. Queremos deixar os nossos cumprimentos para toda a direção, para todos os funcionários e, principalmente, para os agricultores, a maioria agricultores familiares, que fazem essa cooperativa tão importante, que é a Cooperativa Regional Alfa.

Queremos, também, aproveitar o dia de hoje para ressaltar aqui desta tribuna que no dia 5 de outubro foi a data comemorativa do Dia do Empreendedor. Foi um dia de comemoração, mas acima de tudo um dia de luta.

(Passa a ler.)

"Queremos destacar que no dia 5 de outubro o presidente Lula assinou o Decreto Federal n. 6.204, que regulamenta a participação das micro e pequenas empresas nas compras governamentais, conforme dispõe no capítulo V - Acesso aos Mercados, arts. 42 a 49, da Lei Complementar n. 123/2006 - Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

A partir da edição do decreto as micro e pequenas empresas terão exclusividade nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no valor de até R$ 80 mil, preferência no caso de empate nas licitações", tendo possibilidade inclusive das micro e pequenas empresas estarem 10% acima da grande empresa e ainda poderem disputar na licitação das compras governamentais.

(Continua lendo.)

"Segundo o Sebrae nacional, em análise de dados do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da secretaria de Política Econômica do ministério da Fazenda, atualmente, dos cerca de R$ 300 bilhões comprados pelo poder público, apenas 17% são adquiridos pelas micro e pequenas empresas, devendo aumentar em 13% o volume, atingindo 30% do total das compras, no prazo de cinco anos.

Isto significa que atualmente os governos federal, estaduais e municipais, juntamente com outros órgãos públicos, como o Judiciário e o Legislativo, adquirem das micro e pequenas empresas R$ 52 bilhões e com essas medidas devem aumentar aproximadamente em R$ 39 bilhões, passando para R$ 90 bilhões.

Atualmente 150 mil micro e pequenas empresas vendem ao setor público e deverá aumentar consideravelmente este número. Estima-se que essas medidas irão gerar 971 mil novos empregos (novos postos de trabalho diretos) e superar em dois milhões indiretos.

Subcontratações: o Decreto n. 6.204/2007 prevê subcontratação de micro e pequenas empresas pelas empresas de maior porte em até 30% do valor total do contrato. Mas poderá exceder este limite se for fixado no edital.

Diversas prefeituras municipais e estados já estão regulamentando a questão das compras governamentais, a exemplo de Minas Gerais, Amazonas, entre outros estados."

Achamos fundamental o Decreto n. 6.204, do governo Lula, que regulamenta as compras governamentais, que é um extraordinário mercado para as nossas micro e pequenas empresas. Esperamos que de fato, a partir desse decreto do governo federal, os estados de Minas Gerais, do Amazonas e outros, assim como o de Santa Catarina, possam também o mais rápido possível, através de decreto, regulamentar as compras governamentais aqui no estado.

Já estamos com um projeto de lei tramitando nesta Casa e esperamos que esse tema seja encaminhado imediatamente, porque a regulamentação da questão das compras governamentais pode ser feita através ou de decreto governamental ou de uma lei desta Casa. É uma grande oportunidade para as micro e pequenas empresas tanto em nível de estado como em nível de município, como é o caso de Joinville.

Srs. deputados, estamo-nos preparando para o dia 5 de novembro, juntamente com o Sebrae, com a nossa subcomissão, vinculada à comissão de Economia, presidida pelo deputado Silvio Dreveck, para fazer um grande evento nesta Casa e discutir aqui em Santa Catarina todo o potencial que são as compras governamentais. De fato, há uma grande expectativa desse grande mercado, que hoje pode chegar a R$ 90 bilhões e no futuro ter um crescimento de no mínimo mais 14%, na questão das compras governamentais.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Nobre deputado, v.exa. tem razão. A Lei Geral da Micro e Pequena Empresa deu possibilidade de os estados, por decreto ou lei estadual, dirigirem as suas compras, com um teto de até R$ 80.000,00 para micro e pequenas empresas. Também existe um projeto de lei de minha autoria, que tramita nesta Casa, que trata desse assunto. E isso é fundamental. Ou damos uma atenção para as micro e pequenas empresas deste estado e do país e alavancamos a economia ou não teremos sucesso.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Temos aqui a Medida Provisória n. 136 que o governo encaminhou para esta Casa, retirou de pauta e está em tramitação, substituindo o Projeto de Lei n. 405, que trata do prazo de pagamento das dívidas das micro e pequenas empresas que estão em dívida com o estado. Pedimos ao governo do estado agilidade nesse processo, para não perdermos a oportunidade das micro e pequenas empresas aderirem ao Simples nacional e poderem ficar em dia com o estado de Santa Catarina, pagando os débitos em 120 meses, como é a promessa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu só gostaria de deixar registrada aqui a presença do pastor Francisco, da Assembléia de Deus, do município de Laguna, com os empresários Gilmar Borges e Osmar Vieira, que vieram visitar esta Casa na tarde de hoje.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência dá as boas-vindas aos visitantes de Laguna. Sintam-se em casa.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Quero apenas registrar a presença do presidente do PMDB de Rio do Oeste, pois é uma alegria tê-lo aqui. Registro também a presença dos vereadores Valírio Haverroth e Valdair José Becker, que estão aqui nesta Casa, juntamente com o diretor do hospital Luiz Bertoli e do sr. Arnoldo.

É um prazer tê-los aqui na nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência dá as boas-vindas aos visitantes de Rio do Oeste apresentados na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, or até sete minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores que nos acompanham assiduamente pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, utilizo o espaço do meu partido para falar objetivamente, deputado Onofre Santo Agostini, sobre esse momento exuberante, de alegria e, sobretudo, de realização de festas em nível nacional, que vive Santa Catarina.

Sabemos que nessa primeira quinzena do mês de outubro são realizadas em Santa Catarina mais de 20 festas regionais. Festas que são fundamentais, deputado José Natal, porque preservam a nossa cultura, a nossa tradição e valorizam a nossa gastronomia. Além do aspecto cultural, essas festas aquecem a nossa economia e geram muitos postos de trabalho para o povo catarinense. Todas são importantes, mas a grande festa é a Oktoberfest de Blumenau, que nasceu após a enchente de 1983, com um viés de solidariedade. É uma das maiores festas do Brasil.

Deputado Onofre Santo Agostini, no final de semana fomos prestigiar a Efapi, no município de Chapecó, e verificamos como aquela região cresceu, está pujante, como está bem administrada pelo prefeito João Rodrigues e como aquela festa é importante para a economia de Santa Catarina e do sul do Brasil.

Deputado Onofre Santo Agostini, a Efapi, aquela trilha de exposições de negócios, vai fazer a transação de aproximadamente R$ 100 milhões em negócios. Isto é significativo, é fundamental. E a nossa cultura, a nossa tradição é muito importante.

Srs. deputados, vejam que a Rede Globo filmou os seus seis ou oito primeiros capítulos da novela das oito no seu município, em São Bento do Sul, resgatando a nossa cultura e a nossa tradição. Portanto, sinto-me no dever, deputado Onofre Santo Agostini, e na obrigação de enaltecer e de parabenizar os gestores públicos, o governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, mas fundamentalmente o povo catarinense, que é um povo exuberante, alegre, inteligente, pragmático e que externa todas essas características nesse momento da realização das nossas festas.

Santa Catarina, deputado Onofre Santo Agostini, é um dos estados do Brasil que tem a maior diversidade étnica do Brasil. Vivemos em harmonia em Santa Catarina. Temos um estado que se destaca em todos os aspectos no nosso país.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Darci de Matos, também tive o privilégio de acompanhar v.exa., juntamente com o presidente da Casa e de outros deputados, entre os quais, e já se encontrava em Chapecó, o deputado Pedro Uczai. Lá estavam muitas autoridades, deputados federais, senadores da República, enfim, foi uma festa de tirar o chapéu como diz o nosso caboclo.

Realmente, só de expositores estavam mais de 650 naquele evento.

V.Exa. bem frisou que R$ 100 milhões serão o movimento da festa. Haverá um dia em que, segundo os dados, 50 mil pessoas deverão, no final de semana, passar por Chapecó.

Queremos realmente aqui cumprimentar o prefeito João Rodrigues pela organização da festa, pelo bonito evento, mas principalmente o povo de Chapecó e de todo o oeste de Santa Catarina, que está participando desse extraordinário encontro do comércio, da indústria, etc.

Chapecó dá a demonstração de que tem um potencial muito grande, não só em Santa Catarina, como no Brasil. Agora, começamos a entender por que Chapecó luta pela criação do estado de Iguaçu. Realmente é uma maravilha visitarmos aquela região.

Parabéns pelo seu pronunciamento, parabéns ao prefeito João Rodrigues e ao povo do oeste de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado.

Podemos, entre todas as dezenas de festas que são realizadas em Santa Catarina, destacar a Oktoberfest, a Fenarreco, a Festa das Tradições no município de Joinville, a Schützenfest, de Jaraguá do Sul, e a Schlachtfest, no município do deputado Silvio Dreveck. Mas na esteira desse momento que vive Santa Catarina, sra. presidente, eu não poderia deixar de fazer alusão a uma audiência pública que será realizada pela comissão de Turismo e Meio Ambiente, no dia 18, portanto, na semana que vem, no município de São Bento do Sul. Nessa ocasião vamos falar com as autoridades empresariais, com os agentes turísticos, com a comunidade política do planalto a respeito da rota turística da Serra Dona Francisca.

Sabemos, deputado Silvio Dreveck, que a nossa região tem características fundamentais para potencializar e, sobretudo, desenvolver o turismo, porque temos uma região, deputado Moacir Sopelsa, melhor do que a região de Gramado e porque estamos próximos ao mar, às praias e temos todas as características de gastronomia, de etnias, áreas topográficas e culturas similares à da região de Gramado. Portanto, o que falta é dotar aquela região de infra-estrutura, e essa vai ser a pauta e o assunto que vão nortear a realização dessa audiência pública, com a sua participação, deputado Silvio Dreveck, porque v.exa. representa São Bento do Sul e todo o planalto.

Então, na quinta-feira, dia 18, será realizada essa audiência. E eu tenho certeza de que haveremos de estabelecer ações e metas para que possamos dar a nossa contribuição para o desenvolvimento da cultura e sobretudo do turismo do planalto norte catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sra. presidente e srs. deputados, primeiramente manifesto aqui, em nome da nossa bancada, o Partido do Trabalhadores, e certamente também em nome de toda a Assembléia Legislativa, o nosso sentimento e a nossa solidariedade às famílias que perderam os seus entes queridos nesse trágico acidente ocorrido no oeste do estado no dia de ontem.

Por isso solidarizo-me, somado a tantas outras vozes, com as famílias dessas pessoas que foram vítimas desse acidente ocasionado pela irresponsabilidade causada por motoristas que trafegam nas nossas estradas.

Em segundo lugar, quero lamentar aqui, em nome da nossa bancada, que lutou tanto contra os pedágios neste país, contra os pedágios em Santa Catarina e que mobilizou as entidades da sociedade civil, através deste Parlamento e da Frente Parlamentar contra o Pedágio, que tivemos de assistir nos noticiários de ontem e hoje à definição dos pedágios neste país.

O nosso partido vai continuar com os seus princípios, o nosso partido vai continuar defendendo o patrimônio público e sempre se manifestará contrário a essa forma de gestão das nossas rodovias no país.

Em terceiro e em último lugar, o que me move estar aqui hoje é o fato de trazer a história, eu sou historiador, da América Latina, a história de uma liderança que mexeu com várias gerações nesses últimos 40 anos da juventude, desde as décadas de 60, 70, 80 e neste momento, eis que se comemorou no dia de ontem os 40 anos da morte e execução de Che Guevara.

Manifesto aqui em duas grandes direções o meu discurso. Qual a formação de Che Guevara? Não só profissional, como médico de uma família argentina, mas a formação humana, o caráter, apersonalidade, a integridade, os sonhos, as utopias de construir. Ele não foi especialista em estratégia militar, em tomada de poder. O Che Guevara era um grande humanista que se indignava com as injustiças, que se indignava com os processos de exploração e dominação sobre os povos da América Latina produzidos e protagonizados, principalmente, pelos Estados Unidos, país imperialista. Portanto, foi uma figura histórica que se indignou com as injustiças e que produziu esperança para construir uma sociedade sem exploração, sem dominação, uma sociedade igualitária, uma sociedade onde o imperialismo não poderia ser hegemônico.

Ele queria construir uma sociedade com justiça. Ele foi uma figura humana, um líder que defendeu a necessidade de conhecimento, de cultura, de escola, de hospitais, de construção de uma sociedade não só economicamente justa, mas uma sociedade culturalmente plural e diversificada, uma sociedade humanista. E ele alimentou um profundo amor à humanidade.

(Passa a ler.)

"Permita-me dizer-lhes, com o risco de parecer ridículo, que o revolucionário é movido por grandes sentimentos de amor[...] Todos os dias é preciso lutar para que esse amor à humanidade viva se transforme em fatos concretos, em atos que sirvam de exemplo de mobilização" (Che Guevara). [sic]

Portanto, é esse o sentimento que temos que trazer aqui quando construímos tantas experiências na América Latina, tantas ditaduras militares de um lado e sonhos, utopias, de outro. Mas o outro lado do meu discurso é a memória e a história do Che, que aqui precisa ser vivificada. Não quero torná-lo herói, torná-lo um mito, mas quero colocá-lo dentro da história. Por isso a memória dele é fundamental para o nosso presente e para o nosso futuro.

O nosso Brasil precisa ser uma nação soberana e independente. Quando vejo capitais estrangeiros comprarem as nossas usinas, as nossas terras, quando vejo eles se apoderarem de nossas rodovias para levarem o lucro para o estrangeiro, vejo que o Che é atual, contemporâneo e futuro.

Temos que construir uma sociedade, uma América Latina integrada, onde os povos possam sentir-se gente, dignos de poderem ficar de pé.

Quando eu vejo uma revista que não quer apagar a memória e a história, mas quer resignificar o papel e a história de Che; quando vejo a revista *Veja* publicar artigo do tipo "Che, a farsa do herói" e leio os artigos de Diogo Mainardi e outros, que tentam descaracterizar a memória e a história de Che; quando uma revista presta um serviço aos imperialiastas; quando uma revista presta um desserviço à história; quando uma revista diz que uma sociedade democrática tem que ter o direito de livre expressão, mas não pratica isso; quando uma revista tenta desconstruir a história de um líder, de um humanista, de alguém que se indignou com as injustiças, essa revista não está exercendo o direito de livre expressão!

"Há 40 anos morria o homem e nascia a farsa."

Olhem o que uma revista é capaz de dizer! Será que nós todos somos idiotas, ignorantes de não conhecer a história de Che, a vida de Che? Quando ele construiu hospitais e escolas em Cuba, ele foi construindo a luta de uma sociedade mais justa e igualitária na América Latina.

E essa revista a serviço dos imperialistas, a serviço desses que mataram tanta gente nessa América Latina, tem que ser banida da história deste país. Essa revista faz um desserviço para a democracia, portanto, deveria ser tocado fogo nela. Eu não tenho fósforo aqui, porque senão eu tocaria fogo nessa porcaria de revista! Mas, então, rasguemos essa revista! Rasguemos essa porcaria de revista, porque ela não presta serviço para a democracia deste país!

Por isso, temos que trazer à memória a história do Che como esperança, como utopia, como sonho, como justiça, como igualdade.

Nós, que somos do PT, que somos do Partido dos Trabalhadores, que lutamos com os pobres do campo, com os pobres da cidade, com os agricultores, deputado Dirceu Dresch, somos contra esse capitalismo tanto destrói e seremos Che sempre!

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, pessoas presentes aqui nas galerias, colegas de imprensa, funcionários desta Casa, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, assomo à tribuna para fazer um agradecimento ao governador Luiz Henrique da Silveira e ao secretário da Segurança Pública Ronaldo Benedet.

Eu não poderia ter outra justificativa senão vir a esta tribuna, deputado José Natal, para fazer um agradecimento. E não é porque somos Oposição que não devemos agradecer quando é feita alguma coisa. Deputado Elizeu Mattos, não tenho qualquer vergonha ou qualquer tipo de censura em vir aqui agradecer quando é feita alguma coisa, principalmente em minha região.

Eu sou de Joinville, e ontem, deputado Valmir Comin, o governador Luiz Henrique da Silveira e o secretário Ronaldo Benedet estiveram lá exatamente para anunciar, deputado Pedro Uczai, o pacote de segurança para a cidade de Joinville. Ontem, inclusive, o deputado Nilson Gonçalves veio a esta tribuna e falou do pacote de segurança, porque naquele momento o governador estava em Joinville anunciando o pacote de segurança.

Então, hoje venho aqui agradecer a presença do governador e do secretário Ronaldo Benedet, que chegou a Joinville com um boné da Polícia de Nova Iorque, e ficou durante todo o tempo com ele em sua cabeça, anunciando o pacote de segurança. E pacote embrulha alguma coisa, não é, deputado? A pessoa pega o pacote e coloca algo dentro do pacote, deputado Dagomar Carneiro. O problema foi quando abriram o pacote e veio a frustração. Quando Joinville foi abrir o pacote que o governo do estado levou sobre segurança, deputado Darci de Matos, foi uma frustração.

Estamos vivendo em Joinville um caos na segurança, não só no que se refere à falta de um policiamento ostensivo, mas principalmente com relação à polícia investigativa, deputado Professor Grando. E eu pensava que o pacote de segurança que o governador foi ontem em Joinville anunciar seria para que pelo menos fizéssemos exames de digitais, exames de DNA, em Joinville, que poderíamos ter um pouco mais de credibilidade com o trabalho da polícia investigativa quando os aparatos necessários para investigação são dados aos investigadores, ao policiamento civil. Eu pensava que íamos ter nesse pacote para a segurança mais estrutura para a Polícia Militar. Eu pensava que iam anunciar a construção de novas delegacias, que entregariam veículos. Mas olhem só o grande pacote de segurança pública anunciado ontem com todo o *staff* do governo, em Joinville.

Vão reformar a energia elétrica do Copom, mas nenhuma câmera nova, nenhum equipamento novo. Vão reformar a fiação elétrica do Copom. Isso vai dar uma segurança para Joinville incrível! Está prevista a pintura do prédio onde fica a delegacia de polícia, em frente à casa do governador. E isso aí vai acabar com a mortandade em Joinville! Reformarão o heliponto do 8º Batalhão da Polícia Militar. E com isso não vai mais haver bandido por lá! Também foi anunciada a compra de 30 veículos, que em breve vão chegar à cidade.

Deputado Silvio Dreveck, esse foi o pacote de segurança para Joinville, uma pacote que parece desses de supermercado, quando você compra leite e o pacote começa a desmanchar e você não sabe mais o que fazer. Esse é o pacote de segurança que o governo do estado anunciou em Joinville. Vejam bem: depois de um almoço na casa da Agronômica com a bancada de vereadores do PMDB, que acertou as coisas por lá, eles levaram o governador a Joinville para dar o pacotaço da segurança. Mas isso não foi um pacote, foi uma brincadeira.

Temos em Joinville uma senhora que perdeu seu marido, seis meses atrás, atropelado por um motoqueiro, perto do hospital regional. E há seis meses ela não consegue pegar o seguro de vida do marido, porque o IML sequer deu o laudo cadavérico do rapaz depois de todo esse tempo. Foram saber onde estava, e viram que o médico saiu do IML levando consigo todos os documentos. E agora não acham o laudo cadavérico do homem morto há seis meses.

Temos em Joinville, deputada Odete de Jesus, a prova de um assassinato, pois se sabe quem matou, sabe-se onde mora o assassino, mas ele não está preso porque falta o exame de DNA que está há nove meses aqui, na Capital. Por outro lado, temos um homem que é acusado de um estupro. Não teve sangue, não teve sêmen, enfim, não teve nada, mas o cidadão está preso, porque a Polícia diz que houve estupro e que foi ele que estuprou.

Então, venho aqui agradecer a boa-vontade, mas o que me deixou indignado e fez-me assomar à tribuna não foi só a surpresa do que estava dentro do pacote de segurança para Joinville, mas a frase estampada hoje na coluna de Jeferson Saavedra, do secretário da Segurança Pública. Há uma foto em que ele está usando um boné da Polícia de Nova Iorque. E quando foi perguntado sobre a criminalidade em Joinville, ele disse o seguinte: "Aqui é o lugar que menos incomoda o estado." Joinville é o lugar que menos incomoda o estado? Por que será que só há um parlamentar de Joinville que vem falar na tribuna o que precisa? Porque os outros não falam. E quando falo, vem um aqui dizer que estou falando mal de Joinville.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Dagomar Carneiro por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, antes de iniciar o meu pronunciamento, gostaria de reiterar o convite a todos os deputados para se fazerem presentes na Fenarreco, que vai até domingo. Quinta-feira, amanhã à noite, alguns deputados que confirmaram presença serão nossos convidados na cidade de Brusque.

Gostaria, sra. presidente, de ler aqui o manifesto do deputado Sargento Amauri Soares, que se deslocou para o local do acidente e me pediu que usasse este horário para fazer a leitura desse manifesto.

(Passa a ler.)

"Estamos de luto na Caserna Catarinense!

Senhores e senhoras, minha ausência à sessão de hoje deve-se ao acidente ocorrido na noite de ontem, dia 9 de outubro, entre os municípios de São Miguel d'Oeste e Maravilha, tragédia que vitimou mais de 20 pessoas, entre elas quatro praças do Corpo de Bombeiros, uma praça da Polícia Militar e um bombeiro voluntário.

Nossos irmãos de farda tombaram no cumprimento de sua missão. Estavam a serviço da população, alguns deles apresentaram-se, mesmo de folga, para ajudar a socorrer as vítimas de um acidente envolvendo um ônibus. E um segundo acidente os atingiu enquanto buscavam salvar vidas, aliviar a dor.

Honra e glória a cada irmão de farda que morreu a serviço da sociedade!

(a)Deputado Sargento Amauri Soares"

E o meu outro assunto, por coincidência, sra. presidente e srs. deputados, também é com relação a acidentes de trânsito ocorridos na minha região, no município de Brusque.

Nobres pares, na rodovia Antônio Heil, em Brusque, durante o ano de 2006, ocorreram 151 acidentes, com 11 mortes. E até agora, em 2007, já ocorreram 144 acidentes, com 11 mortes. Inclusive, no último final de semana perdemos cinco vidas de brusquenses, na rodovia Antônio Heil. Inclusive um cirurgião médico, grande profissional, filho de um médico, o dr. Moser, residente em Brusque há muitos anos e que já foi vice-prefeito da nossa cidade. Foi um acidente trágico.

O meu pronunciamento é para alertar, primeiro, pelo grande número de vidas que estamos perdendo, no dia-a-dia, em acidentes de trânsito, seja por imprudência, seja por falta de qualidade nas nossas rodovias ou por falta de sinalização.

Vejam, srs. deputados, só neste ano, na região de Brusque, já ocorreram 47 mortes em acidentes de trânsito, envolvendo as cidades de Brusque, Guabiruba, Nova Trento, São João Batista e Botuverá. Foram 47 mortes, um número extremamente alto, e a maioria foram jovens que perdem a sua vida no início de uma carreira profissional.

Por isso, sra. presidente, estou fazendo uma indicação para ser enviada ao secretário de Infra-Estrutura, deputado federal Mauro Mariani, ao presidente do Deinfra, Romualdo França Júnior, e ao governador do estado, pedindo com urgência a recuperação da rodovia Antônio Heil, devido ao grande número de veículos que transitam por essa tão importante rodovia que dá acesso a Brusque. São mais de dez mil veículos/dia nesse trânsito.

Com a implantação do porto seco próximo à Itaipava, aumentou o movimento, o volume de trânsito pesado. E a sinalização da Antônio Heil deixa muito a desejar.

Então, pedimos urgência providências, para que possamos evitar esses acidentes, essas perdas de vidas humanas que estão acontecendo na avenida Antônio Heil. Ao mesmo tempo pedimos a recuperação da parte asfáltica, pois devido ao trânsito pesado que trafega por essa rodovia existem vários pontos que estão bastante danificados, exigindo sua recuperação com urgência.

Sabemos que foi incluída no BID V a duplicação da BR-486, da rodovia Antônio Heil, mas sabemos que o BID V pode levar dois ou três anos, e é urgente que ainda neste ano comecem as obras de recuperação daquela rodovia.

Era isso que queria colocar, sra. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, sras. deputadas e amigos que acompanham nossos trabalhos na Assembléia Legislativa, parece-me que a linguagem que os nossos governantes entendem para poder repassar os direitos adquiridos das entidades é a greve, e os professores estão firmes na sua greve, trabalhando 30 minutos horas/aula, quando deveriam ser 45 minutos. Por que, srs. deputados? Porque as perdas no decorrer do tempo foram muitas.

O plano de carreira do magistério não existe mais. O triênio de 6% de outrora caiu para 3%. A data-base para reposição salarial, que era sempre no mês de abril, srs. deputados, agora não existe mais. As licenças-prêmio estão suspensas através da Portaria n. 017 de 02/06/2006. Está suspenso há um ano o que é direito adquirido. Quanto à carga horária, agora só há alteração temporária. Isso só poderá implicar em perdas na aposentadoria dos professores. O estágio probatório, que era de dois anos, passou para três. Quer dizer, a guilhotina está vindo mesmo.

O desconto do Ipesc, que era de 8%, passou para 11%, vejam o presente que os professores ganharam, e está prestes a chegar a 22%! E não sei o que eles vão comer daqui alguns dias, deputado Antônio Aguiar!

Os juros e a correção monetária dos salários atrasados durante o governo de Paulo Afonso, referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 1998, serão pagos em 2008. Os professores que estão entrando com ações receberão em 2008. Eles têm direito de receber, pois o salário foi atrasando, atrasando.

Também há uma ação de cobrança referente ao ano de 1980, do governo Pedro Ivo Campos, e os professores que entrarem com a ação também estarão recebendo os juros relativos a salários atrasados.

Quanto aos abonos atrasados referentes há dois meses, estamos cobrando do Executivo, porque esse Poder pagou o mês de outubro, mas deixou de pagar agosto e setembro. Isso faz falta! São R$ 100,00, é pouquinho, mas já faz falta na mesa do trabalhador.

Graças a Deus, mais ou menos sete mil professores que entraram com ações já ganharam.

Eu sou a décima oradora inscrita. O número dez para mim é uma maravilha! Hoje é dia dez. Estou inscrita em décimo lugar e vou dar continuidade ao meu pronunciamento.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sra. deputada! Realmente a sua inscrição é número 10.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente, sra. deputada e srs. deputados, a bancada do PSDB, reunida no dia de hoje, no tradicional almoço, pediu-me que viesse ocupar a tribuna para praticar um ato de solidariedade.

(Passa a ler.)

"Muitas vezes já ocupei esta tribuna para abordar os graves problemas das rodovias de Santa Catarina. O nosso estado passa a ser o estado recorde em acidentes, apesar da pequena malha viária.

Hoje, contudo, é com o coração cheio de pesar que venho, em nome do meu partido, o Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, prestar solidariedade a todos os envolvidos nos dois trágicos acidentes acorridos na noite de ontem, na BR-282, no trecho entre a cidade de Maravilha e de São Miguel d'Oeste, acidentes que envolveram um ônibus e duas carretas. Com esse triste fato, temos um saldo de 28 mortos e mais de cem feridos."

O nosso presidente, deputado Julio Garcia, quando deu início à sessão de hoje, com muita justiça prestou a homenagem do nosso Parlamento às famílias enlutadas, quando concitou os srs. deputados a um minuto de silêncio.

É realmente triste abrirmos os jornais e vermos estampado nas primeiras páginas o que aconteceu de tão grave na noite de ontem, igualmente ao ligarmos a TV, o rádio, enfim, também nas ruas, nos locais de trabalho, o assunto são os acidentes de ontem. O Brasil inteiro, hoje, está a comentar os dois graves acidentes.

(Continua lendo.)

"Mas nós, parlamentares do PSDB, queremo-nos unir em atos de solidariedade com os familiares, que foram surpreendidos por esse duro golpe que vitimou, além dos motoristas e passageiros dos dois veículos envolvidos no primeiro acidente, policiais militares, policiais civis, jornalistas e voluntários que estavam prestando a solidariedade que nós, do PSDB, estamos a prestar desta tribuna. Estavam eles prestando, naquele momento, resgate às vítimas do primeiro acidente. Eram pessoas movidas com o único objetivo de ajudar, mas foram atingidos pelo choque da segunda carreta desgovernada."

É triste, mas temos que fazer esse registro para que possa servir de exemplo para aquelas pessoas imprudentes que estão a nos assistir, para não causarem mais acidentes em qualquer lugar deste país.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Nobre deputado Marcos Vieira, nosso líder do PSDB, quero cumprimentá-lo em nome do partido, que tem, em Santa Catarina, de 80 a 100 mil filiados. Queremos conclamar toda a grande família peessedebista para chorar junto com essas famílias, e não se consegue medir a sua dor. Então, o que nos cabe, deputado Marcos Vieira, na condição de representantes da sociedade catarinense, é tomar algumas providências para que, com o tempo, possamos tirar um pouco do grande movimento das nossas estradas, especialmente o de cargas.

Somente para v.exa. ter uma idéia, o freio normal de uma carreta, se fosse transformado no freio de um carro comum, para conseguir parar regularmente como imaginamos que um carro desses pare, ele teria que ter de 200 a 260 pneus no chão para conseguir responder. Imagino que aquela não foi a vontade do motorista, evidentemente, ele deve ter feito de tudo para evitar, mas ele não teve alternativa senão deixar correr aquela massa de carga esmagando tanta gente.

Eu quero me solidarizar a eles e saudar v.exa. pelo tema.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, meu líder, v.exa. falou, e já falamos desta tribuna diversas vezes, que o povo brasileiro é solidário. Ele se coloca à disposição deste país e das pessoas. E lá estavam algumas pessoas, inclusive, militares, que estavam de folga em casa, mas que se prontificaram a ajudar, abnegadas pessoas anônimas que foram dar a sua contribuição. E aí ocorreu a segunda calamidade, até por uma falta de atenção, porque fazer um prejulgamento agora é imprudente.

Mas quero dizer, com certeza absoluta, que o pronunciamento de v.exa. é o sentimento do PSDB de Santa Catarina, de todos do Parlamento e da sociedade.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Quero, sra. presidente, encerrar o meu pronunciamento concitando todos para que prestemos hoje a solidariedade aos irmãos e irmãs que perderam suas vidas, assim como às respectivas famílias que perderam seus entes queridos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Boa-tarde, sra. presidente e srs. parlamentares! Os meus cumprimentos extensivos a todos os presentes, aos que assistem à TV Assembléia e aos que escutam a Rádio Alesc Digital.

O assunto que vou falar, hoje, aqui é bastante pertinente, lembrando a grande desgraça que tivemos na região de Descanso.

(Passa a ler.)

"Quero, hoje, abordar o assunto que está na ordem do dia, que é o pedágio nas rodovias federais, que será cobrado em várias e importantes estradas, a partir do segundo semestre do próximo ano, entre as quais o trecho norte da BR-101 - o já duplicado, deputado Manoel Mota - e todo o percurso da BR-116 em Santa Catarina.

Aguardei para me manifestar depois da confirmação do leilão que determina a exploração das rodovias federais pela iniciativa privada, porque havia uma série de liminares, uma batalha jurídica, em desenvolvimento na Justiça Federal.

A Advocacia Geral da União conseguiu cassar todas aquelas liminares, de forma que o leilão aconteceu, e uma empresa espanhola ganhou o direito de explorar a maior parte dos trechos licitados, oferecendo deságios consideráveis sobre os preços máximos determinados pelo governo.

Quero dizer que não sou contra a cobrança de pedágio. Ao contrário, sou a favor, desde que o pedágio seja justo, com o preço adequado aos serviços ofertados, ao investimento feito, à conservação de nossas rodovias. Já viajei por vários países onde o pedágio é fato consumado. Na Europa é muito comum. E justamente na Alemanha, onde não havia pedágio, ao menos nas regiões onde circulei por rodovias, pude constatar que ali haviam as piores estradas. Foi o pior trecho da minha viagem.

O brasileiro vê com desconfiança o pedágio, mas em São Paulo há estradas pedagiadas que são muito bem conservadas. O que a população não aceita é a roubalheira. E por isso vê com ceticismo a implantação do pedágio, achando que já paga o imposto que está embutido nos combustíveis - a Cide -, que há bitributação e que ainda haverá mais dinheiro no bolo, mais dinheiro para ser desviado. Agora, se o serviço for bom, se o pedágio for barato e a estrada ótima, não há por que se queixar, pois é certo que o governo tem dificuldade para investir em vários setores, e a infra-estrutura é um deles.

Quero aproveitar ainda para, no tema transportes, falar de outro assunto. Sou de Criciúma e cresci vendo a força da integração da Ferrovia Tereza Cristina, que precedeu a BR-101 como via responsável pela identidade regional. Foi inaugurada no final do século 19. Uma companhia inglesa foi responsável por sua construção, de Imbituba a Lauro Müller. Depois foi estendida a Urussanga, Siderópolis, Criciúma e Araranguá. E em torno desses ramais as cidades desenvolveram-se. Além do carvão, as marias-fumaças transportavam a nossa gente do sul.

O estado ganhou depois a ferrovia São Paulo-Rio Grande, que passa por Santa Catarina, e o ramal entre Porto União e São Francisco do Sul, seguido da linha do Vale, entre Trombudo Central e Itajaí. Por fim, já nos anos 60, a última ferrovia foi construída em Santa Catarina, ligando o planalto serrano ao planalto norte.

Nossas estradas de ferro já vinham perdendo força com o crescimento da indústria automobilística nacional, impulsionada pelo governo Juscelino Kubitschek, que determinou uma nova opção: a da integração rodoviária. E foram praticamente esquecidas durante os anos dos governos militares, que nada investiram nesse modal.

Mas, além do saudosismo de quem viveu uma época em que os trens tiveram maior influência em nosso cotidiano, ficou gravada a importância das grandes composições ferroviárias para a nossa economia. Por isso, é salutar ver ressurgindo o debate sobre a reativação de ramais e a construção de novas ferrovias e perceber que o governo federal, com seu Plano de Aceleração de Crescimento - PAC -, trabalha na linha do planejamento estratégico, valorizando a integração multimodal, que vem ao encontro dos interesses catarinenses de fortalecimento dos nossos portos, os grandes portais para as transações da economia em tempo de globalização.

Quando se fala numa ferrovia leste-oeste que possa consolidar uma ligação entre o Atlântico e o Pacífico, representando um Corredor Bioceânico de fundamental importância para, por exemplo, as agroindústrias da região oeste, há de se refletir sobre o significado de um investimento de tal porte."

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Tenho orgulho de ouvir o aparte do eminente deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero cumprimentá-la e parabenizá-la pelo tema tão importante. V.Exa. sabe que nos mobilizamos e fizemos de tudo para impedir o pedágio. Acho que a sociedade brasileira está sendo penalizada, primeiro, porque houve uma mobilização dos empresários do transporte de cargas para que fosse implantada a Cide e assim serem construídas e mantidas as estradas. Foram mais de R$ 40 bilhões arrecadados. E além do mais, esse imposto tão caro é cobrado no combustível e paga quem abastece. Daí é o usuário quem paga. Mas o pedágio será pago pela população, porque o valor será repassado no transporte. E quem pagará? A população! Por isso que é bitributação e é injusta a carga tributária paga pela sociedade.

Por essa razão somos contra. Vamos continuar lutando e não baixaremos a cabeça, porque a população precisa de alguém que lute e trabalhe com responsabilidade e lealdade. E é isso que estamos fazendo pelo povo catarinense!

Muito obrigado, deputada!

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Muito obrigada pelo seu aparte, deputado Manoel Mota. V.Exa. é contra e eu sou a favor!

(Continua lendo.)

"É um investimento vultoso e de longo prazo, que exige adesão da sociedade, dos segmentos produtivos e da vontade política dos governantes. Nos últimos dez anos, o PIB brasileiro cresceu 32%, mas as exportações cresceram 136%. Com a economia crescendo, é preciso investir maciçamente nos transportes.

Felizmente, o transporte ferroviário já acelerou e vem crescendo a taxa de 9% ao ano em nosso país. E ainda estamos muito distantes do crescimento verificado em outros países e continentes.

Em 2001, conforme dados do ministério dos Transportes, o Brasil dispunha de 3,4 quilômetros de ferrovias para cada mil quilômetros quadrados de nosso território. Temos uma frota de locomotivas com idade média de 25 anos, e muitas de nossas ferrovias estão sucateadas. Os reflexos são muito sérios. Estima-se que as empresas brasileiras trabalham com R$ 118 bilhões em excesso de estoques. Fazem isso como forma de proteção contra a ineficiência do transporte, deputado Manoel Mota, conseqüência de atrasos, acidentes e roubos de cargas. São valores alarmantes.

Então, como tudo se faz por etapas, é salutar que possamos voltar a acreditar nos trens, assim como também acredito na expansão do transporte marítimo para cargas e passageiros. Tudo começa com a decisão de investir, a vontade política, como tem feito o governador do estado de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, um homem com visão de futuro.

E na mesma linha está o Congresso Nacional, como demonstraram os parlamentares presentes aqui nesta Casa, segunda-feira, quando foi realizado o seminário que debateu prioridades para o Orçamento da União e o Plano Plurianual 2008 a 2011."

Meus colegas, era isto o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente e srs. deputados...

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - A deputada Ada De Luca falou sobre o transporte ferroviário e, para concluir, gostaria de dizer que ele é importante, sim. E em Santa Catarina temos a ALL - América Latina Logística -, com 1.300 quilômetros de ferrovias que já existem e que não estão sendo bem aproveitadas pelo nosso governo.

Tivemos no PPA a inclusão de um orçamento de R$ 442 milhões para a restauração da ALL, uma vez que ela sai de São Francisco do Sul e vai a Piratuba. Atravessa o norte de Santa Catarina e chega a Piratuba. E esse valor fará com que possamos ter a recuperação desse anel ferroviário.

Parabéns, deputada Ada De Luca, por trazer este assunto à Assembléia Legislativa!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Srs. deputados, num segundo momento da minha fala apresentarei um projeto fantástico, Paternidade Responsável, desenvolvido em Lages. Mas quero me reportar hoje - e estamos discursando sobre isso há dias - a um assunto importante. Lamentamos o acidente ocorrido ontem no oeste - é triste o que está acontecendo nas estradas de Santa Catarina e do Brasil -, que vitimou fatalmente quase três dezenas de pessoas. E próximo a esse acidente ocorreu outro, que ocasionou a morte de uma ou duas pessoas.

Semanalmente, aqui desta tribuna, temos discursado sobre o trânsito. O Código Brasileiro de Trânsito acaba de completar dez anos, e nós estamos discursando todos os dias que a violência no trânsito mata mais no Brasil do que a guerra do Iraque, que a violência no trânsito significa o equivalente à queda de cinco *boeings* por dia, como aquele acidente que aconteceu lá em São Paulo, com vítimas fatais e vitimados acidentados.

Nós discursamos sobre a violência no trânsito todos os dias, e nós, aqui neste Parlamento, ficamos somente no discurso, porque somos regidos, deputado Moacir Sopelsa, por uma legislação federal e nada podemos fazer para impedir ou, talvez, inibir a imprudência que está acontecendo no trânsito de Santa Catarina.

Não sou eu, deputado Pedro Uczai, que vou fazer o julgamento, mas no acidente que aconteceu no oeste, pelo que acompanhei na televisão, houve imprudência, sim. Pelo que foi mostrado - e isso não é um prejulgamento e sim o que vimos -, uma carreta na contramão, numa curva, pegou um ônibus de trabalhadores que, numa oportunidade ímpar, num evento promovido por uma cooperativa, tiveram momentos de alegria em Chapecó. E eles voltavam para as suas casas, talvez para contar a novidade para aqueles que ficaram trabalhando nas suas propriedades.

Outra imprudência: uma hora e meia depois, deputado Marcos Vieira, novamente na contramão, um caminhão veio trazendo tudo o que tinha pela frente e vitimou aqueles que estavam socorrendo as vítimas que ali estavam.

O que podemos fazer aqui neste Parlamento? Só discursar, discursar, discursar?! O que podemos fazer? Vemos a imprudência todos os dias, apresentamos requerimentos todos os dias, mas sem respostas, o que é um verdadeiro descaso para com esta Casa!

Há um mês e meio apresentei um requerimento para o Deinfra e o DNIT, para que pelo menos arrumassem placas da Polícia Federal, do Samu, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar nas rodovias, para que nós, quando andarmos por elas, possamos denunciar aqueles que fazem as loucuras nas estradas. O que é pior: não recebemos sequer as respostas dos requerimentos. Isso vale para o nosso governo do estado e para o governo federal, DNIT e Deinfra. Não recebemos sequer uma resposta se vão arrumar as placas ou não! E quando lembramos do número do telefone e tentamos ligar, são telefones que não conseguimos falar, pois sempre estão ocupados. O que podemos fazer?

Faço um apelo a esta Casa para que possamos montar uma equipe e a Casa se mobilizar, no sentido de encontrar meios na legislação de trânsito para que possamos ajudar, no mínimo, com leis mais severas e rigorosas no estado de Santa Catarina. Não dá mais para ficarmos discursando, não dá mais para assomarmos a esta tribuna para darmos os pêsames àqueles que perderam pessoas! Não dá mais! Precisamos fazer algo, tomar alguma atitude concreta e não ficar somente nas palavras. Eu acho que com um esforço de todos aqui na Assembléia Legislativa, porque aqui é a Casa das Leis dos catarinenses, poderemos achar caminhos para minimizar a dor daqueles que sofrem devido aos acidentes que acontecem todos os dias nas estradas catarinenses.

É só querermos e termos vontade, deputado. Ou vamos querer ouvir todos os dias, todas as semanas, todos os meses, discursos de pesar, de lamentações, aqui nesta tribuna?! Esse deve ser um esforço nosso, desta Casa, dos deputados, da Presidência, da Mesa!

Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, estou pegando todos os meus requerimentos e vou reapresentá-los, porque acho que devemos exigir respeito com esta Casa quando fazemos um requerimento. Na Ordem do Dia, o presidente encaminha requerimentos, moções, mas ninguém responde, pois parece que não temos eco, porque ninguém dá ouvidos ao que estamos falando aqui! Na verdade, estamo-nos enganando, porque está faltando um pouco de respeito com esta Casa, com relação aos requerimentos que fazemos. E com respeito e seriedade, acho que vamos contribuir muito com o estado e parar com esses *boings* e mais *boings* que caem todos os dias nas nossas rodovias, vitimando pessoas no estado de Santa Catarina e no nosso Brasil.

Esse é um desabafo que eu faço, deputado Moacir Sopelsa. Eu trafego todas as semanas pela BR-282 e vejo coisas e mais coisas. E ficamos sem saber o que fazer. Sequer lembramos o telefone de emergência para ligar!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

Eu gostaria de comunicar que a assessoria do deputado Pedro Baldissera informou a sua ausência na sessão de hoje devido à sua presença na região oeste do estado de Santa Catarina, onde o deputado está prestando solidariedade às famílias, devido ao acidente que ocorreu naquela localidade.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Eu queria convidar todos os deputados que fazem parte da Frente Parlamentar Cooperativista para, após a Ordem do Dia ou o término da sessão, uma reunião na sala de imprensa, para eleger a primeira diretoria.

Eu agradeço aos deputados, se eles puderem participar.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Feito o devido registro, passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0153/2007, de origem governamental, que autoriza a aquisição de imóveis no município de Laguna (instalação do 3º Pelotão da Guarnição Especial de Polícia Militar Ambiental).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0279/2007, de autoria do governador do estado, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Biguaçu (instalação do centro de treinamento e do comando do Corpo de Bombeiros Militar).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0282/2007, de autoria do governador do estado, que autoriza a aquisição de imóveis no município de Criciúma (instalação de postos e unidades de treinamento do Corpo de Bombeiros Militar).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0283/2007, de autoria do governador do estado, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Garopaba (instalação do 3º Pelotão da Guarnição Especial).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0284/2007, de autoria do governador do estado, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Garopaba (construção do quartel do Corpo de Bombeiros Militar).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0285/2007, de autoria do governador do estado, que autoriza a aquisição de imóveis no município de Gaspar (instalação do quartel do Corpo de Bombeiros Militar).

Ao presente projeto de lei foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0286/2007, de autoria do governador do estado, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Imbituba (instalação do 3º Pelotão da Guarnição Especial).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0289/2007, de autoria do governador do estado, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Otacílio Costa (abrigar o Corpo de Bombeiros Militar).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0416/2007, de autoria do governador do estado, que autoriza a aquisição de imóvel no município de Guaramirim (instalação do Batalhão da Polícia Militar).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0004/2007, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que altera a Resolução n. 09, de 2006, que dispõe sobre as honrarias instituídas pela Assembléia Legislativa.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sra. de presidente.

A SRA. PRESIDENTE ANA PAULA LIMA - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Gostaria que v.exa. explicasse melhor essa emenda modificativa à Resolução n. 09, que dispõe sobre as honrarias instituídas na Assembléia Legislativa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -V.Exa. quer que eu leia a emenda modificativa, deputada Odete de Jesus?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Não conheço essa emenda porque não faço parte da comissão de Constituição e Justiça. Não tenho conhecimento dessa alteração e gostaria de ter, para votar mais tranqüila.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sra. deputada Odete de Jesus, é um projeto de resolução que dispõe sobre as honrarias, sobre as medalhas da Casa, e a emenda modificativa a esse Projeto de Resolução n. 0004/2007 tem o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"O art. 1º do Projeto de Resolução n. PRS/0004/2007 terá a seguinte redação:

Art. 1º Ficam acrescidos à Resolução nº 09, de 19 de abril de 2006, que dispõe sobre as honrarias instituídas pela Assembléia Legislativa, a Seção X-C, o art. 20-C e o Parágrafo único ao art. 25, com a seguinte redação:

Seção X-C

Medalha do Mérito Ambiental do Legislativo Catarinense

Art. 20-C Fica instituída a Medalha do Mérito Ambiental do Legislativo Catarinense

§ 1º A comenda será outorgada pela Assembléia Legislativa, anualmente, no dia Mundial do Meio Ambiente, a pessoas, empresas e instituições que desenvolvam ações de destaque em defesa do meio ambiente.

§ 2º As homenagens serão encaminhadas à Mesa pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, após análise das propostas recebidas dos Senhores Deputados.

§ 3º O número de agraciados não deverá ultrapassar a quinze em cada ano.

[...]

Art. 25. [...]

Parágrafo único. Na ausência do Deputado proponente, por ocasião da Sessão Solene de outorga de medalhas, este somente poderá ser representado por outro Parlamentar por ele indicado". [sic]

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sra. presidente Ana Paula Lima, estou satisfeita pela explicação.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) -Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0430/2007, de autoria do deputado Silvio Dreveck, que denomina Oscar Eugênio Grossi a rodovia SC-460, que liga o perímetro urbano do município de Irineópolis à BR-280.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Srs. deputados, temos também o Projeto de Lei n. 0460/2007, extrapauta.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0460/2007, de autoria da Mesa Diretora, que altera o § 3º do art. 1º da Lei n. 13.669, de 28 de dezembro de 2005.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, gostaria de conhecer essa emenda modificativa que altera o § 3º do art. 1º da Lei n. 13.669, de 28 de dezembro de 2005, pois não faço parte da comissão de Constituição e Justiça. Mas gostaria de conhecer o teor da emenda para poder votar com mais tranqüilidade.

Muito obrigada, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - O Projeto de Lei n. 0460/2007, que altera o § 3º da Lei n. 13.669, de 28 de dezembro de 2005, tem o seguinte teor:

"Art. 1º. O § 3º do art. 1º da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - [...]

§ 3º O vencimento dos cargos integrantes do grupo de atividades de direção e assessoramento superior, código PL/DAS-8, tem como parâmetro remuneratório o fixado para a classe de cargo de Procurador, assegurada a isonomia com as respectivas chefias mediante gratificação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

A emenda modificativa tem o seguinte teor:

"Altera o § 3º do art. 1º, da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005." [sic]

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - É para substituir o procurador-geral Michel Curi, exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Isso mesmo, deputada Odete de Jesus. O procurador Michel Curi se aposentou e foi criado o cargo de procurador-geral. E este projeto é para os vencimentos do procurador-geral.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente, na verdade o sr. Michel Curi é o único procurador efetivo da Casa. E ele está-se aposentando em razão de ter sido alcançado pela compulsória. A Mesa Diretora toma essa medida para suprir um vácuo que agora passa a existir.

Então, em razão disso, há necessidade de votarmos o presente projeto de lei para que a Casa possa ter condições de ter os seus procuradores. É por extrema e imperiosa necessidade, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Deputado Marcos Vieira, a Casa, já prevendo o afastamento do procurador-geral Michel Curi, que, diga-se de passagem, é um excelente procurador e que deixa marcas na Assembléia Legislativa, deveria ter lançado concurso público para procurador.

Sra. presidente, ausento-me dessa votação. Não vou votar. Vou ficar ausente, porque creio que para esses cargos deveria haver concurso público, ou seja, abrir publicamente para os interessados poderem inscrever-se e prestar o concurso público.

Portanto, sou contra, voto contra. O Partido Republicano Brasileiro vota contra. Sou a favor do concurso público, pois quando ingressei no Magistério tive que estudar montanhas de livros para prestar o concurso. Sou professora concursada, prestei concurso e hoje estou de posse do Magistério porque fiz concurso.

Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Tenho a mesma posição da deputada Odete de Jesus, ou seja, poderia ter sido feito ou encaminhado para fazermos um concurso público para o preenchimento de cargos de carreira.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria, com o voto contrário dos srs. deputados Décio Góes, Dirceu Dresch e Jailson Lima.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente, pelo que vejo não temos mais matéria constante na pauta da Ordem do Dia. E todas as matérias que votamos até agora na presente sessão estão aptas a serem votadas em redação final.

Requeiro que v.exa. consulte os líderes presentes no sentido de encerrarmos a presente sessão e convocarmos extraordinariamente outra, para que possamos fazer a votação da redação final das matérias que foram apreciadas na tarde de hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Consulto os srs. líderes se há possibilidade de votarmos a redação final dessas matérias na tarde de hoje.

(Os líderes aquiescem.)

Com a concordância de todos os srs. líderes, encerramos a presente sessão ordinária, convocando outra, extraordinária, para 16h25min.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 036ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 16h25min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Jailson Lima - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO MARCOS VIEIRA (pela ordem) - Sugere a votação em bloco das matérias.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Registra a reabertura do banco de sangue de Canoinhas.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Refere-se ao acidente na BR-282 que ceifou a vida de vários associados da Cooperativa Alfa.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Moacir Sopelsa ao Corpo de Bombeiros pelo acidente na BR-282.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Elizeu Mattos de solidariedade aos senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos.

DEPUTADO RENATO HINNIG (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Elizeu Mattos de solidariedade aos senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Elizeu Mattos de solidariedade aos senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Elizeu Mattos de solidariedade aos senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos.

DEPUTADA ADA DE LUCA (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento do deputado Elizeu Mattos de solidariedade aos senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Enaltece o trabalho que realiza o CIEE.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Parabeniza toda a diretoria do CIEE pelo trabalho que realiza.

Explicação Pessoal

DEPUTADO SILVIO DREVECK Aborda o PL n. 0430/2007, que denomina Eugênio Grossl a rodovia que liga a BR-280 ao município de Irineópolis; aborda a audiência pública sobre o PPA.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Coloca a necessidade de iluminação da serra de Corupá até São Bento do Sul.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Externa suas condolências aos envolvidos no acidente da BR-282; aborda a cobrança de pedágio; comenta a audiência pública sobre o amianto.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Registra a presença do ex-deputado Elói Ranzi.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Vargem Bonita.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Refere-se ao projeto Paternidade Responável.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Sugere o encerramento da sessão para a escolha dos dirigentes da Frente Parlamentar do Cooperativismo.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Reporta-se ao projeto Paternidade Responsável.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Comunica a sanção do projeto de lei que declara patrimônio cultural os murais artísticos de Martinho de Haro no Colégio Industrial de Lages e no antigo Palácio das Indústrias em Florianópolis.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0153/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0279/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0282/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sra. presidente, praticamente todas as matérias são de procedência do Poder Executivo e tratam sobre a aquisição ou destinação de imóveis, então se pudermos votar em bloco, seria mais rápido.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Vamos fazer a votação em bloco.

Como as próximas matérias tratam de votação da redação final de projetos de aquisição de imóveis, votaremos em bloco.

Votação da redação final dos Projetos de Lei n.s: 0283, 0284, 0285, 0286, 0289 e 0416/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0004/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0430/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0460/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada com voto contrário da deputada Odete de Jesus e dos deputados Jailson Lima e Décio Góes.

Esta Presidência comunica ainda que serão enviadas aos destinatários as Indicações n.s: 0636, 0637 e 0638/2007, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0639 e 0640/2007, de autoria do deputado Darci de Matos; 0641 e 0642/2007, de autoria do deputado Jailson Lima, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sra. presidente, nobres deputados, deputado Jailson Lima, as equipes já estão em treinamento na cidade de Joinville, em Florianópolis para a reabertura, ainda este mês, do banco de sangue de Canoinhas, o Hemosc.

É uma reivindicação justa e antiga da comunidade e a indicação do nobre deputado faz jus. Só que já está em andamento, deputado.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Reno Caramori, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Porto Belo e Treze Tílias, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Cooperalfa, cumprimentando-o pelo aniversário de fundação da entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Francisco Lemos, cumprimentando-o pelo aniversário da empresa Santa Rita.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao senador Raimundo Colombo, cumprimentando-o pela indicação à Presidência da CPI das ONGs.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Lions Clube do Brasil e Distrito Múltiplo LD, cumprimentando-o pelo Dia Mundial do Lions Clube.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Kennedy Nunes, que requer o desarquivamento da PEC n. 0002/2004, de autoria da bancada do Partido Progressista.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Cooperalfa, manifestando pesar pelo trágico falecimento de associados da cooperativa.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigada, deputada Ana Paula Lima.

Eu quero registrar, se ainda conseguir, com muito pesar, o fato ocorrido na noite de ontem com esse trágico acidente que ceifou a vida de muitos associados da Cooperativa Alfa. Também, da mesma forma, tenho um requerimento registrando as condolências ao Corpo de Bombeiros pela imprudência daqueles que ocupam as nossas rodovias.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de me solidarizar com o deputado Moacir Sopelsa e de assinar o requerimento de sua autoria, que manifesta solidariedade ao Corpo de Bombeiros pelo que aconteceu, uma vez que a vida deles foi ceifada em trabalho, juntamente com os associados da Cooperalfa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - V.Exa. quer subscrever, deputado Antônio Aguiar?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sim, os dois requerimentos.

(O autor aquiesce.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a aquiescência do sr. deputado Moacir Sopelsa, o deputado Antônio Aguiar também subscreve o requerimento.

Requerimento de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros, manifestando pesar pelo trágico falecimento de membros da corporação.

Este requerimento leva a assinatura também do deputado Antônio Aguiar.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Elizeu Mattos, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos, manifestando apoio por sua postura ética, lamentando o afastamento da comissão de Constituição e Justiça daquela Casa e condenando a manobra política adotada.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu queria pedir permissão ao autor para subscrever este requerimento, pela situação a que foram submetidos os nobres senadores. É uma vergonha para este país.

Então, quero subscrever junto com o deputado Elizeu Mattos este requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Consulto o deputado Elizeu Mattos.

(O sr. deputado Elizeu Mattos aquiesce.)

Com a aquiescência do autor, assina este requerimento também o deputado José Natal.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Renato Hinnig.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Deputada Ana Paula Lima, da mesma forma gostaria de pedir autorização ao deputado Elizeu Mattos para subscrever este requerimento.

(O sr. deputado Elizeu Mattos aquiesce.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a concordância do deputado Elizeu Mattos, o deputado Renato Hinnig assina também o requerimento.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Da mesma forma, deputada, quero pedir ao deputado Elizeu Mattos para subscrever esse requerimento.

(O sr. deputado Elizeu Mattos aquiesce.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a concordância do deputado Elizeu Mattos, o deputado Moacir Sopelsa assina também o requerimento.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Obrigado, sra. presidente.

Não tem cabimento o que aconteceu no Senado Federal. Isso é uma vergonha para nós, políticos!

Então, peço permissão ao deputado Elizeu Mattos para subscrever o seu requerimento, em solidariedade ao nosso grande líder e representante da ética do Brasil Pedro Simon.

(O autor aquiesce.)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a autorização do deputado Elizeu Mattos, o deputado Edson Piriquito assina também o requerimento.

Requerimento de autoria do deputado Cesar Souza Júnior, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos presidentes da Rede SC e do Ibope, cumprimentando-os pela realização da 1ª Edição do Projeto Ímpar -Indicador das Marcas de Preferência e Afinidade Regional.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Dirceu Dresch, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Cooperativa Regional Alfa - Cooperalfa, cumprimentando-o pelo aniversário da entidade.

A Presidência defere de plano.

A Sra. Deputada Ada De Luca - Peço a palavra, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ada De Luca.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Eu gostaria também de endossar o requerimento de deputado Elizeu de Mattos, dar todo o apoio e dizer que nós ainda temos o senador Pedro Simon como referência, como dignidade, como transparência e como honra neste Brasil.

Muito obrigada!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - A deputada Ada De Luca também subscreve o requerimento de autoria do deputado Elizeu Mattos.

Requerimento de autoria do deputado Julio Garcia, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao psicólogo Robson José Kindermann Sombrio, cumprimentando-o pela iniciativa pioneira de instalação da minibiblioteca à disposição da comunidade de Braço do Norte.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Julio Garcia, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro do Planejamento, solicitando o cumprimento da Lei n. 8.8878/1994, que determina a reintegração dos servidores demitidos pelo governo Collor.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando estudos visando uniformizar a idade constante do Estatuto do Idoso.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matérias na pauta da Ordem do Dia.

Também se encontra na mesa um requerimento do Centro de Integração Empresa/Escola - Ciee, que solicita dez minutos da sessão do dia de hoje, dia 10 de outubro, para apresentar o balanço social desta entidade, conforme previsto em lei.

Este requerimento teve a assinatura de vários líderes de diversos partidos políticos.

Consulto a deputada Odete de Jesus para saber se está de acordo.

(A deputada Odete de Jesus aquiesce.)

Com a anuência de todos os líderes desta Casa, vamos suspender a sessão pelo prazo de dez minutos para a manifestação do Centro de Integração Empresa/Escola - Ciee.

Peço ao deputado proponente Jorginho Mello que encaminhe a pessoa que irá se manifestar até a tribuna desta Casa.

Está suspensa a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Srs. deputados, a sessão estava suspensa e vamos reabri-la agradecendo as palavras do srs. Mércio Felski, trazendo um retorno do Ciee.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Sra. presidente, eu não poderia deixar de, como vice-presidente regional do CIEE durante alguns anos, enaltecer o trabalho excepcional que essa instituição não-governamental, que não recebe recursos públicos, desenvolve em Santa Catarina há muitos anos.

O presidente Mércio Felski foi humilde, colocou simplesmente alguns poucos dados, mas o CIEE não só coloca jovens para fazer estágio, para ter oportunidade de um emprego, como também e principalmente forma cidadãos. O CIEE tem um trabalho de iniciação à formação profissional e tem dado uma contribuição significativa para que a juventude catarinense possa ser inserida definitivamente no mercado de trabalho.

Hoje à noite teremos uma audiência pública nesta Casa para tratar da questão do estágio em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Sra. presidente, queremos reconhecer o empenho de toda a diretoria do CIEE que presta um relevante serviço ao estado de Santa Catarina, que dão oportunidade à juventude, e assim ganha o estado e a juventude um investimento extraordinário.

Por isso registro o reconhecimento do Parlamento por esse belíssimo trabalho.

Então, queremos cumprimentar todos, a diretoria e dizer que esse é o caminho da oportunidade para o jovem se preparar para o futuro brilhante, que nós esperamos que seja o melhor dos catarinenses. O CIEE tem dado a sua participação para que alcancemos esse estágio tão importante e fundamental para o desenvolvimento de Santa Catarina.

Parabéns a toda diretoria!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Feito os devidos registros, sras. deputadas e srs. deputados, passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o deputado Silvio Dreveck, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, em primeiro lugar eu quero fazer menção ao Projeto de Lei n. 0430/2007, aprovado nesta Casa e que no dia de hoje teve aprovada a sua redação final, que denomina a rodovia que faz a ligação da BR-280 com o município de Irineópolis, que denominamos Oscar Eugênio Grossl, ilustre cidadão de saudosa memória.

(Passa a ler.)

"Oscar Eugênio Grossl, natural de Porto União (Santa Catarina), nascido em 28 de junho de 1944, junto com seus pais, fixou residência em Irineópolis no ano de 1958. Iniciou sua vida profissional como agricultor, carpinteiro e pedreiro.

Em 1970, após aprovação em concurso público, ingressou na prefeitura municipal de Irineópolis, onde ocupou as mais diversas funções. Formado técnico de contabilidade, que na época fornecia habilitação plena, foi, por muitos anos, contador da prefeitura municipal.

Foi eleito prefeito municipal de Irineópolis no período de 1º de fevereiro de 1983 a 31 de dezembro de 1988, exercendo, também, nessa época a presidência da AMURC - Associação dos Municípios da Região do Contestado. Exerceu o cargo de vereador no período entre 1º de janeiro de 1993 e 31 de dezembro de 1996. Eleito vice-prefeito municipal assumiu o cargo em primeiro de janeiro de 1997, sendo que em 06 de novembro do mesmo ano passou a exercer o cargo de prefeito municipal, devido ao falecimento do então prefeito municipal, Dalmo Edson Sfair.

No período em que foi prefeito (1983-1988), estava sendo construída a BR-280. Graças a sua forte influência junto aos líderes políticos da região, bem como do então governador, Esperidião Amin, Oscar conseguiu recursos para a construção da rodovia SC-460, que dá acesso à cidade de Irineópolis, num total de 5,75 quilômetros, cuja inauguração se deu em 21 de setembro de 1986.

Em Irineópolis, Oscar sempre participou da vida social, sendo presidente da Sociedade Recreativa e Cultural de Irineópolis, presidente do Esporte Clube Iguaçu, presidente do Rotary Club e presidente do Centro Espírita João Maria Agostinho por mais de dez anos.

Oscar Eugênio Grossl faleceu em 13 de abril de 2005, aos 60 anos, vítima de um infarto fulminante."

Feito o registro, por essa homenagem merecida, quero aqui agradecer a todos os parlamentares que votaram a favor desse projeto de lei, homenageando o sr. Oscar Eugênio Grossl, de saudosa memória, dando seu nome à rodovia SC-460, que dá acesso ao município de Irineópolis.

Outro assunto que me traz a esta tribuna é a audiência pública que tivemos aqui na segunda-feira, juntamente com o nosso deputado federal Cláudio Vignatti e com o senador José Maranhão, que preside a comissão Orçamentária.

O deputado federal Cláudio Vignatti, relator do PPA nos deu a oportunidade, deputados Jailson Lima e Décio Góes de, pela primeira vez, aqui em Santa Catarina, expressar e sugerir as nossas reivindicações nos mais diversos segmentos da sociedade catarinense.

E faço uma reflexão, até por conta do acidente que ocorreu no extremo oeste e que nós lamentamos muito. Quando ocorrem acidentes as causas podem ser as mais diversas, pode ser imprudência de um motorista ou de outro, pode ser uma falha mecânica e pode ser a deficiência na rodovia, não posso e nem quero aqui julgar.

Pensando neste mesmo assunto, voltamos àquela segunda-feira, quando tivemos a oportunidade de sugerir que no Orçamento da União seja incluído o trecho da BR-280, que liga Jaraguá do Sul a São Bento do Sul, uma vez que aquela rodovia, no trecho de Jaraguá do Sul/São Francisco do Sul, já tem recurso previsto no Orçamento para a duplicação, e no trecho de São Bento do Sul/Jaraguá do Sul e vice-versa não há previsão orçamentária nenhuma.

É um trecho sinuoso com a serra de Corupá, o deputado Antônio Aguiar conhece bem, e já tivemos uma pequena melhoria que foi a sinalização feita pelo DNIT, mas necessita urgentemente de uma terceira faixa em determinados pontos críticos e precisa de uma recuperação em trechos em que a pista está danificada, não só para justificar o aspecto da rodovia em si, mas também para dar segurança aos usuários, principalmente porque é um corredor que vem absorvendo toda a economia do norte catarinense e do sudeste do Paraná ao Porto de São Francisco do Sul. Os acidentes lá têm sido freqüentes, não só pela imprudência, mas também pelo estado daquela rodovia.

Tivemos também, deputado Antônio Aguiar, a oportunidade de sugerir que fosse incluída no Orçamento da União a travessia de Rio Negrinho que também é um ponto crítico, em função do aumento de veículos e do desenvolvimento industrial que ocorreu com as grandes fábricas, como é o caso do Piên, no Paraná, que consome toda a madeira do norte catarinense.

Porto União, nossa cidade vizinha, também necessita de investimentos para fazer o deslocamento, ou seja, a ligação de uma nova alternativa de rodovia entre a BR-280 e a BR-153. Espero que possamos contar com o apoio de todos, com nossos deputados estaduais e federais, independente de cor partidária, porque é um assunto que merece atenção tanto nossa quanto dos nossos colegas deputados federais.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de cumprimentar v.exa. por tratar de um tema regional, e por descrever tão bem a participação do estado de Santa Catarina ao fazer, ao governo federal, as reivindicações mencionadas.

Gostaria de me reportar especialmente a Corupá e São Bento do Sul, onde a neblina se faz presente quase todos os dias. Precisamos, sim, da iluminação pública, principalmente no segmento da serra, que se torna quase intransitável à noite devido à neblina forte.

Acho que já foi feito o pedido para a iluminação da serra de Corupá a São Bento do Sul, que realmente beneficiaria essas duas cidades e todos aqueles que por lá transitam, pois fica difícil trafegar à noite com neblina.

V.Exa. está de parabéns pelo relevante tema apresentado.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar, v.exa. conhece muito bem aquela rodovia, conhece a região, e como disse, principalmente no trecho de Jaraguá do Sul a São Bento do Sul, mais precisamente na serra, nós sabemos que há necessidade de investimentos, porque é sinuosa, com aclividade e com jazidas que dificultam a construção de uma terceira faixa.

Há necessidade de se buscar alternativas, porque certamente se continuar o fluxo de veículos pesados, que cada vez aumenta mais em função das exportações, se não for feito algo, poderá certamente haver maiores prejuízos, tanto para a nossa economia quanto para os usuários.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - A Presidência gostaria de cumprimentar o dr. Silvio Dagoberto Orsatto, juiz da vara da Fazenda de Lages; a presidente do Instituto Paternidade Responsável, sra. Jaqueline Rech, juntamente com o deputado Elizeu Mattos, que vai explanar em sua fala sobre esse magnífico projeto na região serrana.

Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sra. presidente deputada Ana Paula Lima, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, deputados aqui presentes. Também quero externar as minhas condolências, os meus pêsames a todos os familiares, todos os envolvidos no acidente que aconteceu ontem na BR-282.

Diante desta barbárie do trânsito, sabemos que nem sempre acidentes ocorrem devido à falta de conservação das estradas. Esse foi um acidente típico da imprudência, que deixou Santa Catarina de luto por três dias, tão bem encaminhado pelo governador do estado.

Quero, diante disso, como médico, desejar boa sorte e bom trabalho a todos os médicos e a todas as equipes de saúde que estão dando e deram o atendimento inicial a todos os pacientes e familiares. Eu vivi a tragédia da BR-470, da serra da Santa, depois da cidade de Pouso Redondo, quando houve o acidente com um ônibus de argentinos. Eu estava no hospital regional quando chegou aquela avalanche de pacientes, e com toda certeza a situação agora não é diferente.

Por isso, boa sorte aos colegas médicos, sempre com prudência e usando a sabedoria que Deus nos propiciou e às escolas médicas e de enfermagem, para que todos que trabalham nesses serviços prestem o melhor atendimento possível.

Sou um dos parlamentares que se posicionou contra os pedágios de Santa Catarina. Houve o leilão por parte do governo federal - governo que defendo porque sou do Partido dos Trabalhadores e entendo a postura adotada -, porém continuo achando que o nosso estado poderia ficar sem os pedágios. Mas, diante da iminência do fato houve o leilão e temos que ressaltar diferenças. Quais são? As diferenças se devem ao estilo do leilão e aos preços que foram dados pelos vencedores.

Às vezes questionamos o fato de empresas internacionais ganharem diversos leilões no Brasil, como ganhou agora a empresa espanhola, se não me engano, em cinco ou sete trajetos de pedágios do país.

Pergunto: Como é que puderam, numa mesma planilha proposta, apresentar valores tão inferiores aos apresentados por empresas nacionais? O presidente da Associação Nacional dos Transportes, na *Gazeta Mercantil*, faz uma manifestação dizendo que a empresa vencedora é uma empresa sólida, tem um histórico honrado por onde atua e por anda trabalha, e como diz: "Tem café no bule para investimentos!"

Ao mesmo tempo ele faz um questionamento, porque compara o preço levantado nessas concessões com o preço dos pedágios no estado de São Paulo, no trecho entre Anhanguera e Bandeirantes, onde o custo por quilômetro quadrado naquele estado custa R$ 0,12, e a média de custo do leilão vencedor ontem foi de R$ 0,02 por quilômetro. É uma diferença de R$ 0,10 por quilômetro, quando comparamos os valores praticados e o que vai ser praticado neste leilão, onde o preço vencedor foi de 40% ou 45% do valor estimado inicialmente como valor mínimo.

De qualquer maneira nos cabe a vigilância, deputado Décio Góes. Nós sabemos que esses editais, muitas vezes permitem alterações de acordo com a ocorrência dos investimentos futuros. No entanto, essas mesmas alterações poderiam ocorrer no leilão vencedor do preço máximo de R$ 4,52, que era a fase inicial, por praça de pedágio, sendo que a tarifa de Santa Catarina deverá ficar na ordem de R$ 2,54, num deságio de 39,35% na divisa entre a BR-116 e Curitiba. E na BR-101, R$ 2,25 com 40.95% de deságio.

Então, dos males, o menor. Acho que o preço praticado é extremamente plausível com aquilo que acreditamos que seja um pedágio mais justo. Mas, teve que vir uma empresa de fora para apresentar esses valores. E a CR Almeida, que era a grande dúvida nossa que tivesse feito o edital de licitação, ficou fora de todos os editais.

Ao mesmo tempo, quero dizer aos parlamentares desta Casa que todos estarão recebendo um DVD com os dados da audiência pública que fizemos sobre o amianto. Na semana passada, a comissão de Constituição e Justiça deu um parecer colocando que o banimento do amianto no Brasil seria algo inconstitucional e nós pedimos vista ao processo.

Estamos encaminhando a cada parlamentar um compacto da audiência pública que fizemos porque a legislação brasileira diz que cabe ao Sistema Público de Saúde e a Constituição diz que cabe ao estado garantir saúde para o cidadão brasileiro. E se a Constituição diz isso, não dá para permitir, deputado Antônio Aguiar, em nosso país, que o amianto prolifere doenças e mais doenças, principalmente o mesotelioma, que é um câncer, quando hoje temos fibras alternativas.

Se a caixa d'água de amianto foi proibida, por que não o restante? Porque se comprovou que aqueles que durante um determinado tempo consumiam água em caixas d'água de amianto estavam sujeitos a patologias, a doenças, que são primordialmente o câncer, em decorrência do amianto liberado na água. Falo isso como médico.

Por isso a razão do meu projeto e da deputada Ana Paula Lima pedindo que venha para esta Casa o debate sobre amianto. E não queremos que isso acabe o ano que vem, não! Vamos dar um prazo até o ano de 2010. Faremos uma emenda para até o ano 2010 as empresas se adequarem, sabendo que a principal empresa de Santa Catarina é do sul do estado, da região de Criciúma.

A comunidade econômica européia já baniu o amianto, assim como o Chile e diversos outros países no mundo afora. Por isso a nossa defesa, e vamos dar um parecer na comissão de Justiça e solicitar que venha para o plenário esse debate. Cabe aos deputados se pronunciarem, sabendo da responsabilidade que têm. Principalmente todos sabem que nós não estamos ilesos ao componente proveniente desse material que há em abundância no Brasil, mas que é usado como matéria-prima, principalmente na construção civil.

Portanto, como deputado e médico, faço este pronunciamento pedindo que os parlamentares tirem 20 minutos do seu tempo para assistir ao compacto da audiência pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quero registrar, com a permissão de v.exa., a presença em nosso plenário do ex-deputado Elói Ranzi, do município de Maravilha. Ele, assim como toda a sociedade catarinense, também está consternado com a tragédia ocorrida na noite de ontem, e relatava-me agora que, inclusive, perderam a vida naquela tragédia diversas pessoas da relação pessoal do nosso ex-deputado Elói Ranzi.

Apesar de ser um dia muito triste, seja bem-vindo e tenha um bom retorno a esta Casa! E gostaria de dizer, deputado Elói Ranzi, que estamos apreensivos com toda essa questão da operação que o governo fez com o Besc, antecipando aqueles títulos do Ipesc que v.exa. ajudou a renegociar e que tem como finalidade específica e pura, deputado Pedro Uczai, o pagamento de pensão e aposentadoria. Estamos muito preocupados e esse é um assunto que vamos debater a fundo na próxima semana.

O Sr. deputado Moacir Sopelsa - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, também quero registrar aqui a presença dos vereadores da Vargem Bonita: Lair Nogueira da Silva e Vilmar Luiz Abatti, desejando-lhes boas-vindas!

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência deseja boas-vindas aos vereadores de Vargem Bonita!

Com a palavra o próximo orador inscrito, eminente deputado Elizeu Mattos, líder do planalto lageano.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, hoje apresentaremos um projeto que está fazendo sucesso na região de Lages, o Paternidade Responsável. Foi apresentado hoje pela manhã na comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher da qual eu faço parte, presidida pela deputada Ada De Luca, e trata-se de um projeto que poderíamos levar para toda Santa Catarina.

Vou resumir: o Paternidade Responsável nada mais é do que dar sobrenome dos pais àqueles que não têm, não pela via judicial, mas pela via da conversa. Por via de uma equipe multidisciplinar, será dado nome àquelas crianças que não têm o sobrenome dos seus pais.

E foi através do Paternidade Responsável criado pelo dr. Silvio Orsatto, que está aqui presente juntamente com o juiz de direito do município de Lages e também com a presidente do Instituto de Paternidade Responsável, sra. Jaqueline Reche, que nasceu o primeiro laboratório de DNA público. Graças a esse projeto de Paternidade Responsável, hoje Santa Catarina é um dos únicos estados que têm um laboratório público de DNA. Antes as pessoas ficavam dois ou três anos na fila de espera para fazer o exame de DNA, e hoje em 45 dias estão sendo resolvidas as questões de paternidade.

Mas para mostrar o que é o Paternidade Responsável, peço à nossa técnica que exiba um filme para que os deputados Professor Grando, Décio Góes, Jailson Lima, José Natal e os demais parlamentares que aqui se encontram assistam. E será bom que ele seja copiado não só por Aracaju e Rio Grande do Sul, mas por Santa Catarina também.

(Procede-se à exibição de um vídeo.)

Só para esclarecimento aos parlamentares, gostaria de dizer que conforme estudo feito pela secretaria da Educação, só na rede pública estadual mais de 80 mil crianças não têm o sobrenome do pai no estado de Santa Catarina. Isso significa que só na área da educação estadual mais de 10% não têm o sobrenome do pai, portanto, não têm pai, só mãe.

Está aqui a equipe do dr. Silvio Orsatto, e esse programa realmente é fantástico. Às vezes não levamos a sério certos programas que não despendem de dinheiro. Nesse aqui não há custo nenhum para dar um sobrenome a uma criança, a um adolescente. E talvez damos muito valor nesta tribuna quando se fala em dinheiro. Qual é o custo do projeto? Quantos milhões vai-se gastar no projeto? Nesse projeto não se gasta milhões, mas se dá dignidade às crianças que estão aí, que ficam, às vezes, com raiva porque não sabem de onde vieram.

Nós somos acostumados a discutir os milhões dos grandes projetos e esquecemos de trazer ao debate grandes projetos sem milhões e que vão beneficiar milhares de pessoas no nosso estado. Apenas propomos, dr. Silvio, que cada um de nós leve esse projeto Paternidade Responsável para as nossas regiões, e que esse projeto não seja só copiado por Aracaju e Rio Grande do Sul, mas que os catarinenses copiem algo bonito que foi feito na região de Lages! Copiar aquilo que é bonito é bom, mas copiar o que é feio, não!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Natal, líder de São José.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. deputado Antônio Aguiar, estão inscritos para falar o deputado José Natal, assim como eu e os deputados Décio Góes e Professor Grando. E gostaria de propor que, regimentalmente, encerrássemos a sessão para tratarmos da escolha dos dirigentes da Frente Parlamentar do Cooperativismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Consultamos os líderes com relação ao pedido do deputado Moacir Sopelsa.

(As lideranças aquiescem.)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu concordo com o deputado Moacir Sopelsa. Mas já que não farei uso da tribuna, quero aqui fazer a minha manifestação falando das duas importantes questões mencionadas pelo deputado Elizeu Mattos.

Ontem ele trouxe a esta Casa a questão dos senadores Pedro Simon e Jarbas Vasconcelos, e hoje vários parlamentares que estão aqui neste plenário ficaram comovidos com o que v.exa. apresentou. E com certeza absoluta Santa Catarina, por ser um estado diferente dos demais da Federação, haverá de levar avante esse projeto.

Parabéns! V.Exa. cada dia tem surpreendido mais os deputados e a sociedade de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, quero fazer apenas duas comunicações: a primeira é que o nosso projeto de lei foi sancionado e o governo do estado declarou como patrimônio cultural do estado de Santa Catarina os murais artísticos de autoria de Martinho de Haro, localizados no Colégio Industrial, no município de Lages, e no antigo Palácio das Indústrias, no município de Florianópolis. Realmente esse patrimônio vai ser preservado agora por toda a vida.

E a segunda comunicação é que terei que estar presente numa reunião, junto com o sr. presidente da Assembléia Legislativa, para abrir um canal de comunicação com os professores. Esta é a semana dos professores que estão em luta reivindicando, e temos que estar presentes nessa reunião, juntamente com o presidente do Poder Legislativo, para abrir esse canal de comunicação com o Poder Executivo, principalmente com o secretário da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Conforme acordo de líderes, encerraremos a presente sessão para fazermos parte da reunião da Frente Parlamentar do Cooperativismo.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, em homenagem ao Dia do Motorista de Ambulância.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 023ª SESSÃO SOLENE DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 10 DE OUTUBRO DE 2007 ÀS 19H PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA COMEMORAÇÃO AO DIA DO MOTORISTA DE AMBULÂNCIA PROPOSIÇÃO DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI

SUMÁRIO

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Refere-se à importância do trabalho do motorista de ambulância.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Parabeniza os motoristas de ambulância pelo trabalho que realizam.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Aborda o papel do motorista de ambulância no bem-estar do paciente.

PADRE PEDRO KOEHLER - Enaltece o trabalho realizado pelos motoristas de ambulância.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Externa sua gratidão pelo trabalho realizado pelos motoristas de ambulância.

SR. JOEL FLOR - Agradece, em nome de todos os motoristas de ambulância, pelas homenagens recebidas.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene em homenagem aos motoristas de ambulância do estado de Santa Catarina.

Convido os excelentíssimos srs. deputados Cesar Souza Júnior e Serafim Venzon para conduzirem à mesa as autoridades que serão nominadas.

Excelentíssimo sr. Joel Flor, presidente da Associação dos Motoristas de Ambulância de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. coronel Nilo José Pedrini Júnior, diretor do hospital público da Polícia Militar, neste ato representando o comandante da Polícia Militar de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. padre Pedro José Koehler, capelão do Hospital de Caridade, neste ato representando dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, arcebispo de Florianópolis;

Excelentíssimo sr. José Augusto Nascimento, vice-prefeito municipal de Vargem Bonita e motorista de ambulância;

Excelentíssimo sr. prefeito municipal de Agronômica, Antônio Pedroso;

Excelentíssimas autoridades, srs. deputados, a presente sessão solene foi convocada por este deputado e na comissão de Saúde, em homenagem ao Dia do Motorista de Ambulância de Santa Catarina, que é o dia 10 de outubro.

Antes da execução do Hino Nacional, quero pedir um minuto de silêncio em homenagem póstuma a todas aquelas pessoas que padeceram naquele terrível acidente ocorrido no oeste de Santa Catarina, mas de modo muito especial ao motorista de ambulância, Clóvis José Fluck, 35 anos, motorista da ambulância do Samu, que também padeceu naquele acidente.

Portanto, antes da execução do Hino Nacional, convido todos para, de pé, prestarmos um minuto de silêncio em memória das vítimas fatais e principalmente do motorista Clóvis José Fluck.

(Procede-se a um minuto de silêncio.)

Agora, sim, convido todos para permanecermos de pé para a execução do Hino Nacional, interpretado pelo coral da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Jailson Lima, que também é médico, para compor a mesa.

Registro a presença das seguintes autoridades, e peço desculpas por não chamá-las à mesa devido o pouco espaço:

Vereador e amigo Marino Madruga, do município de Capão Alto;

Sr. Fernando Faveri, secretário municipal de Saúde de Morro da Fumaça;

Sr. Francisco José da Silva Dionísio, neste ato representando a secretaria municipal de Saúde de Florianópolis;

Sr. Nery José Frizzo, vereador do município de Tangará;

Sr. Teotônio Rodrigues, vice-presidente da Associação dos Motoristas de Ambulância de Santa Catarina;

Sra. Sadiana Arruda Melo Coelho Lopes, primeira-dama do município de Capão Alto, que nos honra, sem dúvida, com sua presença;

Subtenente Silvio Amílcar Aparecido Farias, neste ato representando o hospital e guarnição de Florianópolis;

Sr. Rubens José Martins de Abreu Filho, representando neste ato o secretário municipal de Turismo, Cultura e Esporte de Florianópolis;

Sra. Soraia Müller, neste ato representando o secretário de Saúde do município de Jaraguá do Sul, sr. Sérgio Luiz;

Sr. Rudolf Clebsch, diretor-presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau;

Registramos ainda a presença das delegações de motoristas de ambulância dos seguintes municípios: Tangará, Capão Alto, Jaraguá do Sul, Campo Belo do Sul, Joaçaba, Ibiam, Florianópolis, Agronômica, Vargem Bonita, Blumenau, Rio do Sul e Morro da Fumaça.

Neste momento, concedo a palavra, para falar em nome da Situação, ao deputado Cesar Souza Júnior.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Boa-noite a todos os presentes!

Cumprimento o deputado Onofre Santo Agostini, autor da proposição desta sessão solene; srs. deputados Serafim Venzon e Jailson Lima; componentes da mesa, motoristas de ambulância aqui presentes vindos das mais variadas cidades de Santa Catarina; autoridades, senhoras e servidores desta Casa, em rápidas palavras quero, em primeiro lugar, cumprimentar o deputado Onofre Santo Agostini, pela pertinência da proposição desta homenagem, desta sessão solene no Parlamento, na Casa do Povo de Santa Catarina.

Os profissionais que estão nesta noite sendo homenageados, exercem um trabalho duro, difícil, por várias particularidades. A primeira delas é por terem como profissão que, diariamente, enfrentar as nossas estradas perigosíssimas. Isso por si só já torna a sua profissão das mais difíceis. Prova disso é essa tragédia que marcou tão tristemente Santa Catarina, na noite de ontem, acontecida exatamente há 24 horas. E, em especial, porque Santa Catarina, de tantos títulos positivos no Brasil, ostenta o nada positivo título de campeã nacional em acidentes de automóveis. Isso num dos países com o trânsito mais violento como é o Brasil.

Portanto, os motoristas aqui presentes têm a missão tão difícil de trafegar por essas estradas. Entretanto, não se dirigem para qualquer direção, mas para a direção do salvamento e do auxílio a pessoas que, freqüentemente, se encontram em situação de emergência na questão da saúde, na questão dos seus tratamentos de saúde. Enfrentam uma carga psicológica muito pesada todos os dias, pois encontram as pessoas no seu momento de maior fragilidade, vulnerabilidade e fraqueza e não basta só saber conduzir com destreza, mas é preciso também, por vezes, ser psicólogo, ser um pouco médico e, acima de tudo, um ser humano que passe segurança, carinho e otimismo às pessoas com dificuldades na vida.

Portanto, senhores e senhoras motoristas de ambulância aqui presentes e todos aqueles que se espalham por Santa Catarina, esta Casa, nesta noite, reconhece o trabalho e a importância de todos vocês na saúde catarinense e na promoção da melhoria social do nosso estado. Mas reconhece, fundamentalmente, que sem o trabalho valoroso de cada um de vocês, indo freqüentemente além do profissionalismo, além do horário de trabalho pago, além daquilo que se espera, muitas vidas seriam perdidas, porque acima do profissionalismo há o ser humano diante de outro ser humano num momento difícil da vida.

Parabéns a cada um de vocês pelo trabalho duro. Mais uma vez cumprimento o deputado Onofre Santo Agostini, por tão pertinente homenagem. E fica aqui desta Casa e deste deputado os cumprimentos pela atividade tão importante, tão difícil e não freqüentemente reconhecida que vocês exercem diariamente.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Falará em nome da Oposição o ilustre deputado Jailson Lima, que também é médico.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado Onofre Santo Agostini.

Quero cumprimentar e parabenizar v.exa. por esta iniciativa;

Quero cumprimentar o deputado Cesar Souza Júnior;

Cumprimento o nosso companheiro Serafim Venzon e os demais companheiros da mesa;

Cumprimento os companheiros Chico, de Rio do Sul, comunicador da Rádio Mirador, e o empresário Neoci, da TV RBA;

Cumprimento todos os motoristas de ambulância, as senhoras e os senhores, eu sou médico de formação, como disse o deputado Onofre Santo Agostini, e quando vim para cá, muitos disseram que o deputado Onofre Santo Agostini era o deputado dos motoristas de ambulância e aqui aprendi a saber por quê. É porque realiza um importante papel na questão da saúde nesta Casa a muitos mandados e com sua história faz-nos aprender.

Falo aqui não como um parlamentar da Oposição, porque saúde não tem situação e nem oposição. Todos temos, como princípio, o melhor para a cidadania. E hoje mesmo, numa manifestação minha nesta tribuna, diante do acidente que ocorreu na BR-282, lembrei do acidente na BR-470 com os argentinos, há dez anos, porque naquele dia estava de plantão no Hospital Regional de Rio do Sul. E o agente público, deputados Onofre Santo Agostini e Serafim Venzon, que também é médico, quando começa a chegar ao hospital uma ambulância atrás da outra, muitas vezes se desespera por não ter braços, pernas e mente para atender todo mundo.

Imaginem v.exas. como ficam os companheiros motoristas de ambulância, que muitas vezes levam os pacientes, muitos já em óbito ou que morrem no decorrer da caminhada, desesperados por não terem muitas vezes uma assistência técnica que os acompanhe.

Fui prefeito da cidade de Rio do Sul e sabemos o que representa no dia-a-dia levar e trazer pacientes principalmente para os pequenos municípios. Muitas vezes um prefeito, que não tem formação na área da saúde, ao ter que reduzir despesas, acaba reduzindo até na diária do motorista de ambulância, sem saber que ele tem que tomar café, almoçar e jantar e voltar dirigindo para o seu município. E quando está num município pequeno, ele tem sobreaviso de 24 horas, não tendo hora para ser chamado. Isso acaba ocasionando até acidente, como o que ocorreu no ano passado, levando ao óbito um motorista de ambulância, uma médica e uma enfermeira, que foram chamados a 1h para trazer um adulto e uma criança a Florianópolis e, ao retornar, às 6h, sofreram um acidente na cidade de Taió.

Por isso, porque sei da vida sacrificante que os motoristas de ambulância levam, eu quero aqui reconhecer o seu trabalho, dizendo que eles carregam almas e carregando almas eles as salvam. E o nosso papel, como parlamentar, neste momento é reverenciá-los. Parabéns a todos vocês!

Parabéns também ao deputado Onofre Santo Agostini pela iniciativa.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, que também é médico.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, excelentíssimo sr. deputado Onofre Santo Agostini, sr. deputado Jailson Lima e sr. deputado Cesar Souza Júnior, ao saudar v.exas., eu quero pedir permissão para cumprimentar todos os membros já citados que compõem a mesa.

Cumprimentamos o prefeito, o vice-prefeito, as primeiras-damas, o pessoal da imprensa e, de forma especial, todos os homenageados de Santa Catarina, que estão aqui em número de 80 ou 100 motoristas de ambulância, mas sei que cada um de vocês representa pelo menos dez ou 20 motoristas que também recebem a nossa homenagem.

Pedimos permissão ao deputado Onofre Santo Agostini para prestar uma homenagem, na Assembléia, a vocês aqui presentes e a tantos ausentes, mas que fazem este belo trabalho, o mesmo trabalho que a mãe ou o pai fazem sem repugnância alguma aos pacientes pelas secreções ou excreções que vierem a expelir, transportando-os carinhosamente sem tê-los conhecido antes, sem ter tido contato mais íntimo antes, enfim, carregando-os tal qual o bom samaritano.

Então, sem conhecer antes os pacientes, eles os trazem para cá ou para algum hospital de Santa Catarina e inúmeras vezes pedem por eles, recomendam por eles, pedem para agilizar o atendimento e colocá-los à frente. E vocês, que estiveram tantas horas junto ao paciente, muitas vezes incorporam o problema como se o paciente fosse um ente querido pelo que passaram juntos e pela função que lhe prestam.

O poder político local precisa manifestar o afeto, o carinho, a bondade na hora que alguém está doente, mas quem expressa este sentimento, o olhar, as mãos, o coração são vocês, com o Orçamento da prefeitura, com o Orçamento do estado, mas são vocês que carregam essa expressão.

Certamente, deputado, à medida que a tecnologia e a medicina avançam nos métodos de diagnóstico, bem como nos procedimentos terapêuticos, eu imagino que com o tempo as estradas continuarão com o mesmo tamanho e com a mesma distância, mas haverá mais necessidade do que agora de fazer o transporte do paciente.

Há 30 anos - o deputado Jailson Lima, quando estava se formando, foi testemunha disso - fazia-se muito menos o transporte de pacientes, porque o único procedimento que havia do médico na época na sua cidade era a apalpação, o olhar, o cheiro, o tato, enfim, os sentidos do médico praticamente elucidavam o diagnóstico e o procedimento dependia muito mais da habilidade dele do que de muitas técnicas.

À medida que nós evoluímos, tanto no diagnóstico quanto no tratamento, aumenta a necessidade, dentro da otimização dos recursos, de transportar o paciente. Eu imagino que daqui a 20, 30 anos teremos esta atividade ainda em maior número do que agora, uma necessidade que tende a aumentar justamente para garantir o melhor atendimento ao paciente.

Por isso quero associar-me a v.exa., deputado Onofre Santo Agostini, e aos deputados desta Casa, para prestar esta justa homenagem ao samaritano que está em cada um de nós.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Com a palavra o padre Pedro Koehler, que fez questão de estar presente nesta sessão para homenagear você, motorista de ambulância.

O SR. PADRE PEDRO KOEHLER - Boa-noite a todos! É uma alegria poder estar aqui neste momento também representando o arcebispo dom Murilo Sebastião Ramos Krieger.

Desejo cumprimentar o deputado Onofre Santo Agostini e na sua pessoa cumprimento todos os demais componentes da mesa, bem como o coral da Assembléia Legislativa, as demais autoridades e, especialmente, os dignos motoristas de ambulância.

Sou capelão há 17 anos do hospital SOS Cárdio. Atualmente, moro no Hospital de Caridade, em Florianópolis, depois de trabalhar 25 anos como reitor da Catedral Metropolitana. Estou há 40 anos em Florianópolis. Tenho acompanhado todo o desenvolvimento, por assim dizer, desses 40 anos para cá, de Florianópolis, tenho acompanhado a trajetória maravilhosa deste venerando, mas jovem, e cheio de dinamismo deputado Onofre Santo Agostini, que sempre admirei.

Papai foi político, foi vereador de Itajaí e foi comerciante. Eu tenho sempre procurado acompanhar a política. Não sou político partidário porque creio que o sacerdote deve sempre procurar unir e muitas vezes se o sacerdote toma um partido, isso pode não acontecer. Sou também a favor de que haja sacerdotes no Senado, na Câmara Federal e também na Assembléia Legislativa representando e colocando muitas vezes dinamismo, colaborando naquilo que for possível.

Mas eu estou aqui especialmente para homenagear, fazer parte desta homenagem a esses dignos motoristas - é a segunda homenagem, pelo que me consta, que está havendo -, que muitas vezes ficam no anonimato. Quando muitos estão dormindo, eis os motoristas das ambulâncias nas estradas. Quando muitos, pela manhã, estão descansando ou à noite já repousando, eis os motoristas das ambulâncias. Quanto sacrifício, quanta luta ali no volante, quanta tensão! Mas eles estão sempre de coração aberto, como já foi muito bem frisado aqui, como verdadeiros samaritanos atendendo todos com carinho, com distinção.

Nas segundas-feiras, mais ou menos 45 ou 50 ambulâncias sobem a colina do Morro da Boa Vista, como era conhecido bem antigamente, hoje Hospital de Caridade, que está com 242 anos de existência, o hospital mais antigo de Santa Catarina. E eu tive a oportunidade de percorrer outros hospitais ainda esta semana e vi que muitos motoristas de ambulância, os quais cumprimentei ao passar por eles, estavam com uma expressão de cansaço em seus rostos. Motoristas lá do oeste, da serra, do Alto Vale de Itajaí, do sul do estado transportando pessoas sempre incansavelmente.

Que Deus continue a abençoar vocês! Que Nossa Senhora da Boa Viagem esteja sempre presente para que continuem com a proteção de São Cristóvão, a fim de poderem levar, com muita paciência, com muito carinho, com muita dedicação, com muita disponibilidade, com muita atenção, esses pacientes aos hospitais, como bem frisou o deputado Cesar Souza Júnior, meu grande amigo. Eu trabalhei com o seu pai, há 33 anos, na Rádio Guarujá, e que feliz memória eu tenho do Cesar, que foi também um grande deputado.

Então, meus parabéns a todos vocês. Parabéns também, como eu disse na entrevista agora há pouco, ao deputado Onofre Santo Agostini por esta lembrança.

Há pessoas muitas vezes que se dedicam tanto em favor de uma comunidade, em favor dos nossos semelhantes e nem sempre são lembradas. Imaginemos nesta hora que aqui estamos quanta tristeza dos familiares desse motorista que morreu. Então, é uma justa homenagem fazer um minuto de silêncio em favor desse motorista que, no cumprimento do seu dever, perdeu tragicamente a vida, como tantas outras pessoas.

Eu já falei com muitos motoristas de ambulância nas horas que estão trafegando nas estradas - talvez muitos dos senhores retornem hoje às suas cidades de origem - e são 293 municípios, pelo que me consta, no estado de Santa Catarina. Multipliquemos, então, 293 por tantos motoristas de ambulância e quantos sacrifícios esses motoristas já tiveram que fazer, levando e atendendo, às vezes, como muito bem acentuou o deputado, pacientes em fase final, terminal ou mesmo presenciando óbitos durante a trajetória de ida e de retorno aos municípios mais distantes.

Que Deus continue sempre presente na vida de vocês concedendo saúde, vida, dinamismo, alegria e esperança para todos vocês, motoristas de ambulância!

Mas quero novamente cumprimentar o deputado Onofre Santo Agostini por esta feliz idéia, os nossos cumprimentos também a todos os motoristas em nome do nosso arcebispo dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, que me pediu que os cumprimentasse em seu nome, porque ele também reconhece esse trabalho maravilhoso e nem sempre fácil de centenas ou talvez até mais de um milhar de motoristas de ambulância do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Onofre Santo Agostini) - Eu convido o deputado Jailson Lima para que, por gentileza, assuma a condução dos trabalhos para que este deputado possa fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado Onofre Santo Agostini. Está com v.exa. o microfone.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Eu quero, com muito prazer, cumprimentar o deputado Jailson Lima, que neste momento conduz os trabalhos desta sessão;

Quero cumprimentar o ilustre deputado, dr. Serafim Venzon, e o meu prezado amigo deputado Cesar Souza Júnior;

Cumprimento também o coronel Nilo José Pedrini Júnior, meu amigo, que neste ato representa a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina;

Meus cumprimentos ao Joel Flor, presidente da Associação dos Motoristas de Ambulância do Estado de Santa Catarina;

Meus cumprimentos aos dois vice-prefeitos que nos honram neste momento com a sua presença;

Quero cumprimentar, de modo respeitoso e carinhoso, o meu prezado amigo padre Pedro José Koehler, que com seu bonito pronunciamento nos deixou até emocionados.

Quero cumprimentar a primeira-dama, os srs. vereadores e os srs. motoristas de ambulância.

Como já foi dito, naquele trágico acidente de ontem faleceram aproximadamente 30 pessoas, sendo que 29, parece-me, já foram identificadas, e faleceu também o motorista de ambulância do Samu, o sr. Clóvis José Fluck.

Sabe, deputado Jailson Lima, todos os motoristas são muito importantes, como o motorista de ônibus, o motorista de caminhão, o motorista de táxi, enfim, todos os motoristas são muito importantes, mas o motorista de ambulância tem uma importância extra porque ele não conduz mercadoria, ele não conduz pessoa normal, ele conduz pessoa debilitada.

Eu tenho dito e vou repetir, padre Pedro Koehler, que o motorista de ambulância tem de estar com um olho na missa e um olho no padre; ele tem de estar com um olho na estrada e um olho no paciente. Porque ele tem hora para tudo, para levar o paciente para fazer o exame, para ir ao médico. Enfim, ser motorista de ambulância é uma profissão muito especial e importante. Às vezes, infelizmente, srs. deputados e autoridades, poucos reconhecem o seu valor!

Eu tive o privilégio, assim como o deputado Jailson Lima, de ser prefeito e procurei valorizar o motorista de ambulância, mas só agora é que eu realmente comecei a sentir a importância que ele tem. Se não fosse a boa vontade do Joel Flor, da diretoria da associação, nós não estaríamos aqui! Foi através de um movimento organizado por alguns que serão homenageados, inclusive, hoje que surgiu esse movimento para a criação da Associação dos Motoristas de Ambulância.

Hoje, nós temos aqui em Florianópolis, graças ao Joel Flor e à diretoria, uma casa alugada, infelizmente alugada, onde o motorista de ambulância pode chegar para tomar o seu banho, o seu café e, se necessário, almoçar, tirar um cochilo e descansar para poder regressar ao volante e conduzir a pessoa que precisa muito dele.

Só eu e o Joel sabemos as dificuldades que tivemos para criar essa associação e conseguir essa casa. Em Santa Catarina temos 1.587 motoristas de ambulância devidamente cadastrados. Infelizmente, associados são apenas 300, e a associação vive da mensalidade do motorista e de subvenções sociais que conseguimos. Conseguimos equipar a casa. Fomos ao governo do estado e pedimos, já que não conseguimos a casa, os recursos para equipar a casa com camas, fogão, geladeira, louça, material de limpeza e roupa de cama. Conseguimos os recursos do governo, através de subvenção social, e lá está a casa devidamente equipada.

O aluguel, às vezes o Joel corre e diz: "Deputado do céu, vamos ter que pôr uma bicicleta, uma televisão na rifa para poder pagar o aluguel, porque não temos mais dinheiro".

É difícil a luta dessa gente! É difícil, padre Pedro Koehler, porque se fosse uma categoria importante tenho certeza absoluta de que tudo ficaria fácil; se fosse uma categoria importante, esta Casa estaria repleta de gente; se fosse uma categoria importante, quem sabe nós tivéssemos uma banda para receber os nossos motoristas. Infelizmente não é assim!

Ainda bem que existem pessoas como o deputado Serafim Venzon, como o jovem e dinâmico deputado Cesar Souza Júnior, como o deputado Jailson Lima, como o padre Pedro, como o coronel, como o nosso vice-prefeito, vereadores e pessoas que reconhecem o trabalho que vocês fazem.

Quantas vezes percorro hospitais e lá está o motorista tirando dinheiro do seu bolso, míseros recursos que recebe, pagando lanche não só para as pessoas doentes, mas também para os acompanhantes, que muitas vezes não têm um centavo no bolso.

Há pouco tempo o Joel foi ao meu gabinete e disse: "Deputado, me empresta R$ 10,00 porque também não tenho dinheiro, mas tenho que pagar o lanche". Eu respondi: "Para você, Joel, vou arrumar almoço". Ele então me diz: "Não! É que a pessoa que está na minha ambulância não tomou nem café da manhã; já são 15h e ainda não almoçou."

É assim! Tenho dito e repetido que o motorista tem que fazer o papel de médico, de psicólogo, de padre, de tudo, e ainda ser o bom samaritano aqui citado, ser aquele que procura minimizar o sofrimento e a dor.

Perguntei há pouco tempo, deputado Jailson Lima, para um motorista, qual é o sentimento quando morre alguém dentro da ambulância. "O que você sente?" Ele me respondeu bem sério: "Perdi um pedaço de mim. Quando estou conduzindo e não consigo, por várias circunstâncias, chegar a tempo de levar aquela pessoa ao hospital, ao médico e a pessoa morre, tenho a impressão de que tiraram um pedaço de mim". Esse é o sentimento, tanto é o carinho e o amor do motorista de ambulância por aquele que ele conduz.

Nós somos autor da Lei n. 13.522, que institui o dia 10 de outubro como o Dia Estadual do Motorista de Ambulância. Já tramita no Congresso Nacional um projeto de lei de autoria do senador Raimundo Colombo e do deputado Gervásio Silva para instituir o dia nacional do motorista de ambulância. Mas não basta só isso! Só isso não é suficiente. Temos que criar leis para que o motorista de ambulância tenha uma profissão definida.

Existem prefeituras, deputado Jailson Lima, que não pagam insalubridade, sequer a periculosidade. Os motoristas de ambulância que recebem até R$ 500,00 por mês são poucos. Precisamos reconhecer essa profissão, fazendo a sociedade reconhecer a qualidade e a qualificação dos nossos queridos motoristas de ambulância.

Na minha cidade, deputado Jailson Lima, existe uma escola, o Colégio Juscelino Kubitschek, que se especializou em curso para motorista de ambulância. Ensina como fazer os primeiros socorros, como proceder, como fazer isso, como fazer aquilo. Mas é um colégio particular, o curso é pago, srs. deputados. Já tentei várias vezes, e graças à amizade que tenho com o diretor do colégio ele faz um preço bem baratinho para especializarmos os nossos motoristas, dando as instruções elementares para que eles aprendam, cada vez mais, a minimizar o sofrimento do ser humano.

Por isso fiz o requerimento ao sr. presidente, que infelizmente teve que se ausentar por ter outro compromisso, para realizarmos esta sessão solene para nós, os 40 deputados, podermos olhar no fundo dos olhos de cada um de vocês e dizer: muito obrigado pelo trabalho extraordinário que fazem! Para olharmos para cada um e pedir desculpas pelas vezes que nós não agimos como parlamentar, como homem público, ou como aqueles que mantêm o poder e não fazemos leis em benefício de vocês. Por isso estamos nesta sessão solene, que é transmitida pela TVAL.

Lamentavelmente, tristemente, digo que esta Casa deveria estar repleta de gente; deveria estar entupida de gente para dizer muito obrigado a cada um de vocês, mas infelizmente a sociedade muitas vezes é hipócrita. A sociedade muitas vezes gosta de bajular aquele que lhe dá o retorno político, financeiro, social e assim por diante. Mas o importante é que nós estamos aqui. Aqui estão os deputados para dizer isso a vocês. Por isso agradeço aos que puderam vir.

Deputado Jailson Lima, não há muitos motoristas nesta sessão porque os coitados não têm como vir. Sei que existe prefeito que não permitiu que usassem a ambulância para vir. Ainda no domingo participei de uma reunião em Vargem Bonita. E para chamar a atenção da sociedade, dos municípios, eles fazem um desfile de ambulâncias na cidade. Lá eu soube que muitos prefeitos ou muitos secretários municipais proibiram os motoristas de comparecerem a esta sessão solene.

Mas não faz mal, vocês vieram. Vocês representam os 1.587 motoristas de ambulância que não puderam estar presentes por várias circunstâncias: por falta de dinheiro, por falta de passagem, por falta de compreensão, por falta de solidariedade, mas vieram para receber a homenagem que esta Casa, que nós deputados fazemos com muito prazer e muita alegria. Vocês não imaginam o que brota no coração de todos os deputados, principalmente desses que aqui estão.

Ao ser humano não foi dado o poder de penetrar no íntimo, no coração e na alma de cada um para saber da alegria, da importância e da emoção que sentimos neste dia 10 de outubro. Como disse o padre Pedro, nós também queremos fazer: que Deus, na Sua bondade infinita, proteja cada um de vocês, cada família, cada cidadão. Que no momento em que vocês estiverem dirigindo, façam com o mesmo amor e com a mesma solidariedade que têm feito até agora.

Antes de encerrar, permitam, srs. motoristas e suas excelentíssimas esposas, que eu possa elevar também o meu pensamento à padroeira do Brasil, à Imaculada Conceição de Aparecida, para que ela abençoe, dê coragem e ânimo para vocês. Não desanimem, não desistam mesmo na injustiça, na incompreensão. Continuem a lutar, a cumprir com o seu dever, transportando vidas humanas.

Um dia, acho que não vai demorar muito, porque tenho fé e acredito que o poder público ou, quem sabe, a sociedade no seu todo haverá de reconhecer a importância de vocês; haverá de dizer a todo o Brasil, a Santa Catarina e a cada município que os motoristas de ambulância são pessoas da mais alta relevância pelo trabalho extraordinário que fazem em favor dos que precisam.

O rico não precisa do motorista da ambulância, só às vezes, mas nós, sociedade, precisamos de vocês. Por isso, Deus os ajude, que a padroeira do Brasil os abençoe e, como disse o deputado padre Pedro, que São Cristóvão esteja sempre junto, para que vocês trilhem toda a estrada e que ninguém sofra acidentes.

Deputado Jailson Lima, na minha região, no município de Brunópolis, um motorista, o Juca, foi escalado para conduzir um doente. Saiu de Brunópolis de madrugada, chegou a Florianópolis, deixou o doente, voltou para a sua terra e quando lá chegou já havia outra determinação para conduzir outro doente com urgência a Florianópolis. Veio. Na volta, cansado e com sono, bateu o carro; morreram sete pessoas, inclusive ele.

Por isso minha homenagem a todos aqueles que partiram no cumprimento do seu dever. Tenho certeza de que eles não estão aqui fisicamente para receber a homenagem, mas na dimensão em que se encontram estarão ao menos dizendo: meus colegas motoristas de ambulância, façam aquilo que nós não pudemos fazer, mas sejam solidários ao ser humano e, acima de tudo, ajam com amor e com compreensão.

Um abraço muito fraterno e que Deus nos ajude!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Parabéns, deputado Onofre Santo Agostini, quero honrosamente lhe repassar os trabalhos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Agora convido o deputado Jailson Lima para fazer a entrega de placa, em nome deste Poder, ao sr. Joel Flor, presidente da Associação dos Motoristas de Ambulância, pela relevante contribuição e pela dedicação que tem demonstrado em favor de sua categoria.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Cesar Souza Júnior para fazer a entrega de placa, em nome deste Poder, ao sr. Ismael Benedito das Neves, fundador e primeiro presidente da Associação dos Motoristas de Ambulância do Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido o deputado Serafim Venzon para fazer a entrega de placa, em nome deste Poder, ao sr. Nelsi Felisberto da Silva, pelos relevantes serviços prestados à Associação dos Motoristas de Ambulância deste estado.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido o padre Pedro Koehler para fazer a entrega de placa, em nome deste Poder, ao radialista Francisco Clóvis dos Santos, pelos relevantes serviços prestados à Rádio Mirador, de Rio do Sul, à imprensa e à Associação dos Motoristas de Ambulância do Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Neste momento concedo a palavra ao presidente da Associação dos Motoristas de Ambulância, nosso amigo Joel Flor, que com muita luta preside aquela associação.

O SR. JOEL FLOR - Cumprimentando o exmo. sr. deputado Onofre Santo Agostini, aproveito e cumprimento os demais deputados aqui presentes e as autoridades.

Gostaria de chamar o sr. Teotônio Rodrigues, vice-presidente da Associação dos Motoristas de Ambulância, para fazer a entrega de uma pequena lembrança e uma camiseta, que juntos escolhemos, ao deputado Onofre Santo Agostini. Quando fomos comprar o presente ficamos em dúvida, e o Teotônio disse para escolher estes, porque cada vez que o deputado olhar, vai lembrar-se de nós.

(Procede-se à entrega dos presentes.)

(Palmas)

As coisas não funcionam se não tivermos o apoio das pessoas. Eu peço que o Deco faça a entrega da placa e de uma camiseta da Acma para o meu amigo secretário Fernando Faveri, de Morro da Fumaça, que está representando todos os secretários do estado de Santa Catarina que sempre deram apoio à Acma, não importando o local onde o motorista vá.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Eu gostaria que o Ismael das Neves fizesse a entrega da outra placa ao sr. Antônio Pedroso, meu secretário de Saúde, que a merece porque em todos os lugares de Santa Catarina, não importando a distância, ele nunca me negou condução para fazer o nosso encontro de motoristas, as nossas reuniões.

Muito obrigado ao sr. Antônio, em meu nome e em nome da associação, porque ele pôs a secretaria e a prefeitura à disposição da associação.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Aproveito para pedir que o Ismael faça a entrega de uma camiseta ao Nelsi e ao Chico Santos.

(Procede-se à entrega de camisetas.)

(Palmas)

Quero agradecer ao Chico Santos, ao Ismael e ao Nelsi. Ao Ismael, por ter tido a brilhante idéia de criar a associação para essa categoria. Ao Nelsi e ao Chico Santos, por não medirem esforços para divulgar e ajudar a associação em todos os momentos.

Cumprimento, em especial, os srs. motoristas de ambulância aqui presentes e as suas esposas, bem como os secretários aqui presentes.

(Passa a ler.)

"Gostaria de dizer que muito me orgulho em ser um representante dessa honrosa categoria que começou a ser realmente reconhecida no dia 10 de outubro de 2005, através de um projeto de lei apresentado pelo deputado Onofre Santo Agostini, a Lei n. 13.522."

Isso para nós foi um orgulho. Ali começamos a ser reconhecidos em todo o estado, deputado. Antes não éramos reconhecidos porque não tínhamos apoio, e v.exa. deu-nos esse apoio. Todos os outros presidentes que passaram pela associação quiseram ter o privilégio de conseguir levar a associação, mas não tiveram apoio de ninguém. E quando pegamos a diretoria, o nosso intuito era este: representar o motorista de ambulância em todo o estado de Santa Catarina.

Na primeira vez que viemos a esta Casa, ela estava lotada de motoristas e autoridades. E o deputado Onofre Santo Agostini me disse que quando foi falar em homenagear aos motoristas de ambulância, uma pessoa perguntou: "Mas o senhor vai fazer uma homenagem para esse tipo de gente"? Eu gostaria que hoje essa pessoa estivesse aqui, deputado, para escutar as suas palavras, bem como as dos deputados Serafim Venzon, Cesar Souza Júnior, Jailson Lima e do padre Pedro Koehler, e visse que há pessoas que reconhecem e gostam do motorista de ambulância.

(Palmas)

(Continua lendo.)

"Muitas vezes somos obrigados a fazer, além das nossas obrigações, o serviço de motorista, o papel de médico e de psicólogo. Somos a pessoa que eles têm como referência, deputados, quando saem de suas cidades, de suas casas para fazer um tratamento aqui na capital do estado, na nossa querida e bela Santa Catarina.

Fico muito contente e satisfeito quando, ao voltar, vejo que o paciente chegou em casa contente por sua viagem. Apesar dos seus problemas, às vezes graves, fico feliz que tenha sido proveitosa. E ao desembarcar de nossos veículos, eles nos dizem: 'Muito obrigado! Que Deus esteja sempre com vocês em suas andanças'. E assim fico feliz por ter ajudado mais uma pessoa.

Quando chego em casa e minha esposa pergunta como foi a minha viagem, como todos as esposas dos motoristas perguntam, respondemos que deu tudo certo. E ela me diz: 'Fiquei em casa rezando para que Deus e todos os anjos o acompanhassem em mais essa jornada'. Todos nós, motoristas, depois de respondermos a ela que deu tudo certo, agradecemos a Deus e vamos descansar para no outro dia uma nova pessoa podermos ajudar.

Ao deputado Onofre Santo Agostini, o carinho e respeito de todos os motoristas de ambulância por ter abraçado conosco a causa da categoria e criado o Dia do Motorista de Ambulância, para que seja criada a profissão do motorista de ambulância e acabarmos de vez com as perseguições políticas que existem em certos municípios do nosso estado. Assim, o motorista estará livre de perseguições.

Muitos motoristas, deputado, escutam o seguinte nas prefeituras e secretarias: "Vote em nós porque se não ganharmos estás fora". Mas ele não fica sabendo que há motoristas com mais de 15, 16, 17 anos de profissão, motoristas quase se aposentando, deputado. E por que ele está ali? Porque gosta da profissão, gosta de ajudar os seus munícipes, gosta de trabalhar junto com a administração. Então, eu não acho justo um político chegar e falar isso para um motorista de ambulância: "Ou votas em mim ou estás fora"! Acho que isso não deve acontecer mais.

(Continua lendo.)

"Para encerrar meu discurso, se vocês me permitirem, gostaria de deixar aqui uma mensagem a todos vocês, para refletirem quando estiverem em suas casas.

Num bairro pobre de uma cidade distante morava uma menina muito bonita. Ela freqüentava a escola local. Sua mãe não tinha muito cuidado e a criança quase sempre se apresentava suja. Suas roupas eram muito velhas e maltratadas.

O professor ficou penalizado com a situação da menina: como é que uma menina tão bonita podia ir para a escola tão mal arrumada? Separou um dinheiro do seu salário, embora com dificuldade, e resolver comprar-lhe um vestido novo. Ela ficou linda no vestido novo.

Quando a mãe viu a filha naquele lindo vestido, sentiu que era lamentável que sua filha, vestindo aquele traje novo, fosse tão suja para a escola. Por isso passou a lhe dar banho todos os dias, a pentear seus cabelos, a cortar suas unhas.

Quando acabou a semana, o pai falou: "Mulher, você não acha uma vergonha que nossa filha, sendo tão bonita e arrumada, more num lugar como este, caindo aos pedaços? Que tal você ajeitar a casa? Nas horas vagas vou fazer uma pintura, consertar a cerca e plantar um jardim".

Logo mais a casa se destacava na pequena vila, pela beleza das flores que enchiam o jardim e com o cuidado em todos os detalhes.

Os vizinhos ficaram envergonhados por morarem em barracos feios e resolveram também arrumar as suas casas, plantar flores, usar pinturas e a criatividade. Em pouco tempo o bairro estava transformado.

Um homem que acompanhava os esforços e a luta daquela gente pensou que eles bem mereciam o auxílio das autoridades. Foi ao prefeito, expôs suas idéias e saiu de lá com uma autorização para formar uma comissão para estudar os melhoramentos que seriam necessários ao bairro. As ruas de barro e lama foram substituídas por asfalto e as calçadas de pedra. Os esgotos a céu aberto foram canalizados e o bairro ganhou ares de cidadania.

E tudo começou com um vestido novo para uma criança. Não era a intenção daquele professor consertar toda a rua nem criar um organismo que socorresse o bairro. Ele fez o que podia, deu a sua parte, fez o primeiro movimento, que acabou fazendo com que outras pessoas se motivassem a lutar por melhorias.

Será que cada um de nós está fazendo a sua parte no lugar em que vive? Como seria melhor o mundo se cada um cumprisse a sua parte! Por acaso somos daqueles que somente apontamos os buracos nas ruas e as crianças a solto, sem escola e a violência no trânsito?

Lembremos que é difícil mudar o estado total das coisas, que é difícil limpar toda a rua, mas é fácil varrer a nossa calçada. É difícil reconstruir um planeta, mas é possível dar um vestido para uma criança pobre. As moedas de amor valem mais do que os tesouros bancários, quando endereçados no momento próprio e com bondade. Pensem nisto!"

Nossos agradecimentos a toda a equipe de funcionários do gabinete do deputado Onofre Santo Agostini, que nunca mediu esforços para nos ajudar.

Um forte abraço e muito obrigado! Retornando às suas casas, voltem com Deus!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO - Gostaria de agradecer ao nosso excepcional coral, que hoje está muito flamenguista para o meu gosto.

Neste momento, convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino de Santa Catarina, interpretado pelo coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Esta Presidência agradece a presença das excelentíssimas autoridades, dos srs. deputados que tiveram assento à mesa e também de todos os motoristas de ambulância, dos homenageados e também do nosso coral.

Antes de encerrarmos a presente sessão, convocamos outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Viva o Brasil!

Viva o motorista de ambulância!

Está encerrada a sessão.

P U B L I C A Ç Õ E S D I V E R S A S

EXTRATO

EXTRATO Nº 097/2007

REFERENTE: 01 Termo Aditivo ao Contrato CL nº 038/2007-00, celebrado em 31/07/07.
CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: ITAUTEC S.A.
OBJETO: Proceder alterações quantitativas, incluindo 42 (quarenta e dois) microcomputadores ao contrato original, especificamente na Cláusula Segunda, Item 1.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, b, e § 1º, da Lei n.º 8.666/93; Cláusula Quarta, item 2 do Contrato original; Autorização Administrativa.
Florianópolis, 04 de outubro de 2007.
Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC
Maurício D'Oliveira Gualhanone e Mario Paulo Lopes Terni

*** X X X ***

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/07

Aprova as Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referentes ao exercício financeiro de 2005.

Art. 1º Ficam aprovadas as Contas do Governo do Estado de Santa Catarina, referentes ao exercício financeiro de 2005, integradas pelas Contas do Poder Executivo, da Assembléia Legislativa, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Parágrafo único. A Ressalva 1.4, constante do Parecer Prévio sobre as Contas do Poder Executivo, passa a ter a seguinte redação:

"1.4. Não cumprimento das metas fiscais e falta de definição de metas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2005.

Não cumprimento das metas fiscais exigidas pela Lei de responsabilidade Fiscal e contidas na Lei nº 13.095/04

(Lei de Diretrizes Orçamentárias) em relação a Receita Total, Despesa Total e Resultado Primário, não definição das metas do Resultado Nominal e da Dívida Líquida do Governo Estadual."

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 06 de dezembro de 2006.

Deputado Antônio Carlos Vieira
Relator

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 501/2007

Institui a Semana Estadual de Conscientização do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual de Conscientização do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, objeto da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a ser comemorada anualmente do dia 13 ao dia 19 de julho.

Art. 2º A Semana Estadual de Conscientização do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, tem como objetivo:

I- informar a sociedade catarinense em geral que o ECA, em vigor desde 1990, é um importante instrumento de direitos, deveres e prevê medidas sócio-educativas para os jovens infratores como sujeitos com direitos e deveres a serem cumpridos;

II- conscientizar e sensibilizar à família, à comunidade, à sociedade em geral e o Poder Público dos deveres para com as crianças e os adolescentes;

III- mobilizar a sociedade em geral e o Poder Público no combate a todo tipo de exploração e violência contra os direitos das crianças e adolescentes no Estado de Santa Catarina;

IV- garantir a proteção integral da criança e do adolescente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus
Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente
Sessão de 11/10/07

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

"Depende de nós, quem já foi ou ainda é criança, que acredita ou tem esperança, que faz tudo por um mundo melhor...". Quem nunca ouviu a música cantada por Ivan Lins e sentiu a necessidade de fazer alguma coisa pelas crianças?

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, criado através da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, importante instrumento na luta pela defesa dos direitos da criança e do adolescente, objetiva assegurar em seu art. 4º, absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A presente proposta legislativa objetiva a instituição da Semana Estadual de Conscientização do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, objeto da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a ser comemorada anualmente do dia 13 ao dia 19 de julho, mês no qual se comemora o aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Uma ampla divulgação do ECA possibilita o conhecimento de seus objetivos por parte da sociedade em geral, que passará a atuar como parceiros na garantia pelos direitos da criança e do adolescente.

É certo que em nossa sociedade crianças e adolescentes ainda sofrem maus tratos, quer seja de ordem física, mental ou moral, sendo que, apesar da principal legislação norteadora de direitos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, estar em vigor há mais de uma década, muitas de suas normas legais, que visam em especial a proteção da criança e do adolescente não são nem mesmo conhecidas, quanto mais observadas pela sociedade, sendo que o objetivo da presente lei é permitir que em determinada data se concentre esforços a fim de que os direitos de crianças e adolescentes possam ser conhecidos, discutidos, analisado e cobrados de quem deva exercer a fiscalização, permitindo que nossas crianças e adolescentes possam ter uma base sólida para suas vidas, evitando-se traumas quando da fase adulta.

O Projeto ora apresentado visa estabelecer um canal de maior aproximação da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público no sentido de unificar idéias fortalecendo os objetivos do ECA, servindo como mecanismo unificado de proteção integral a criança e ao adolescente.

Pelo acima exposto, considerando a relevância social da matéria, contamos com o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 502/07

Institui a obrigatoriedade de todos os empreendimentos de interesse turístico nos municípios manter adaptações e acessibilidade a pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida no âmbito do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - Os municípios do Estado de Santa Catarina, cujos empreendimentos imobiliários que envolvam interesse turístico, de lazer ou negócios, eventos, feiras, convenções e afins, hotéis, pousadas ou similares, deverão adequar seus projetos arquitetônicos e de engenharia, consoante às normas e especificações de adaptação e acessibilidade, de acordo com a ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e as determinações da Lei Federal nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, bem como o manual de orientação para o turismo brasileiro - EMBRATUR/87.

Parágrafo único - Para fins de identificação considera-se empreendimento de interesse turístico qualquer estrutura que tenha objetivos o atendimento, entretenimento e hospitalidade destinada ao visitante ou residente, tais como:

I - eventos gerais e turísticos;

II - campanhas promocionais;

III - programas de capacitação e preparação de recursos humanos;

IV - atividades empresariais com projetos arquitetônicos e de engenharia como meios de hospedagem, alimentação e entretenimento;

V - Centros de Eventos e Convenções tradicionais, alternativos e outros que venham a sofrer adaptação para este fim;

VI - Centrais de Informação e Atendimento ao Visitante;

VII - terminais de transportes modais, utilizados para fins turísticos e recreacionais.

Art. 2º - As pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, deverão gozar de pelo menos uma acomodação adaptada nos empreendimentos relativos ao meio de hospedagem, com condições de segurança para utilização e autonomia dos espaços, inclusive nos banheiros e, ainda, dispor de equipamentos e pessoal capacitado para assegurar a recepção e acessibilidade.

Parágrafo único - As referidas adaptações deverão contemplar todos os tipos de deficiência, em conformidade com a classificação prevista no Decreto Federal nº. 3298/99.

Art. 3º - Os municípios deverão regulamentar a presente Lei no que concerne à construção de áreas de adaptação arquitetônica e de acessibilidade, observando sempre as legislações aplicáveis à espécie e as definições abaixo:

I - adaptações arquitetônicas: quaisquer alterações promovidas na edificação com objetivo de permitir à pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, superar as barreiras da mobilidade, bem como qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança de pessoas em geral.

II - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos das edificações dos sistemas e meios de comunicação por pessoa com deficiência;

III - adaptações das áreas comuns são: os locais públicos tais como os banheiros, estacionamentos, pistas de dança, quadras, áreas de lazer e esportes, arquibancadas e áreas de assentos, decks de saunas e piscinas, áreas de hidromassagem, bares, restaurantes e similares, ou onde mais aconteça fluxo de pessoas.

Art. 4º - Os empreendimentos devem estar identificados nos sistemas de registro e banco de dados estabelecidos pelo órgão oficial de turismo do Estado.

Art. 5º - A liberação de apoio, recursos e benefícios institucionais, técnicos e / ou financeiros destinados aos empreendimentos de interesse turístico promovidos por empresários, entidades, prefeituras, entidades ou comunidades, provenientes de órgãos voltados para o setor em nível estadual, só ocorrerá após a verificação de adequação ao conjunto de recomendações indicadas na legislação própria e na específica em relação a espaços físicos, mobiliários, equipamentos e pessoa capacitada para o atendimento e acessibilidade a pessoa com deficiência.

Art. 6º - Nos alvarás a serem concedidos para novos empreendimentos deverá constar

destaque para a adequação e adaptação a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, sempre

tendo como observância as normas legais vigentes.

Art. 7º - As pessoas jurídicas de caráter público ou privado que não cumprirem o disposto nesta Lei, será notificado em primeira avaliação e em seguida, casos não cumprindo as exigências iniciais estarão sujeitos a multas que serão definidas pelos municípios dependendo das especificações do empreendimento e do evento ou do local a ser contemplado com a utilização dos turistas.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 11/10/07

JUSTIFICATIVA

A Constituição da República Federativa do Brasil contempla em seu artigo 24, inciso IV, que é competência da União, do Estado e do Distrito Federal, legislar sobre a proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiências.

Quando falamos em integração social, estamos nos referindo não somente às atribuições de trabalho, educação, assistência social, jurídica ou de saúde, mas também e, principalmente, de lazer, cultura e atividades pessoais.

Neste sentido é que os Municípios do Estado de Santa Catarina, cujos empreendimentos envolvam interesse turístico, de lazer ou negócios, eventos, feiras, convenções e afins, hotéis, pousadas e similares, deverão adequar seus projetos arquitetônicos e de engenharia, consoante às normas da ABNT e as determinações da Lei Federal nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para que as pessoas portadoras de deficiências tenham realmente garantidos e respeitados seus direitos de cidadãos.

O presente Projeto de Lei visa garantir os direitos constitucionais das pessoas portadoras de deficiências, com evidente repercussão na área social, motivo pelo qual esperamos contar com o apoio dos colegas parlamentares para sua aprovação.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA MODIFICATIVA

O art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0110.6/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

§ 1º A Assembléia Legislativa, na data mencionada no *caput*, na primeira e terceira sessões legislativas, fará realizar Sessão Solene em homenagem aos vereadores municipais.

§ 2º A Sessão Solene de que trata o parágrafo anterior, será realizada na segunda-feira quando coincidir com a data mencionada no *caput*, ou transferida, preferencialmente, para a primeira segunda-feira subseqüente.

Sala das Sessões, em

Deputado Joares Ponticelli

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 03/10/07

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa é necessária para adequar a proposta ao disposto no Capítulo VII, do Título IV - Das Sessões Solenes - do Regimento Interno, o qual institui que "as Sessões Solenes serão realizadas sempre que possível às segundas-feiras".

Ainda, solicito que a Emenda Modificativa anterior, de minha autoria, acostada à folha 10 do Projeto de Lei em comento, seja desconsiderada.

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 09/10/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 110/07

Institui o Dia Estadual do Vereador.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual do Vereador, a ser comemorado, anualmente, no dia 1º de outubro.

§1º A Assembléia Legislativa, na data mencionada no *caput*, na primeira e terceira sessões legislativas, fará realizar Sessão Solene em homenagem aos vereadores municipais.

§2º A Sessão Solene de que trata o parágrafo anterior, será realizada na segunda-feira quando coincidir com a data mencionada no *caput*, ou transferida, preferencialmente, para a primeira segunda-feira subseqüente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

OFÍCIO Nº 4027/07 Florianópolis, 11 de outubro de 2007.

Exmo. Senhor

DEPUTADO JÚLIO CESAR GARCIA

Presidente Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

NESTA

Excelentíssimo Deputado,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a V.Exa. providências no sentido de alterar as áreas descritas no Projeto de Lei de aquisição de imóvel, no Município de Laguna, para a instalação do 3º Batalhão dda Guarnição Especial de Polícia Militar Ambiental de Laguna, tendo em vista que as mesmas diferem das áreas descritas nas respectivas matrículas, conforme especificação abaixo:

- no inciso I, o lote 06 da Quadra F, deverá constar área de trezentos e trinta e dois metros e vinte decímetros quadrados (332,20m²), matrícula nº 27.736;

- no inciso II, o lote 07 da Quadra F, deverá constar área de quatrocentos metros e setenta decímetros quadrados (400,70m²), matrícula nº 27.737; e

- no Inciso III, o lote 08 da Quadra F, deverá constar área de quinhentos e cinqüenta e quatro metros e dezessete decímetros quadrados (554,17), matrícula nº 27.738.

Atenciosamente,

Antônio Marcos Gavazzoni

Secretário de Estado da Administração

Emenda a Redação Final do Projeto de Lei N. 153/2007

Nos incisos do art. 1º do Projeto de Lei n. 0153/2007

Onde se lê:

"I - lote seis da quadra "F", com área de trezentos e noventa e três metros e setenta e sete decímetros quadrados, matriculado sob o nº 27.736 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laguna;

II - lote sete da quadra "F", com área de quatrocentos e vinte e sete metros e setenta e dois decímetros quadrados, matriculado sob o nº 27.737 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laguna; e

III - lote oito da quadra "F", com área de quinhentos e setenta e oito metros e noventa e dois decímetros quadrados, matriculado sob o nº 27.738 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laguna."

Leia-se:

"I - lote 06 da quadra "F", com área de 332,20 m² (trezentos e trinta e dois metros e vinte decímetros quadrados), matriculado sob o nº 27.736 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laguna;

II - lote 07 da quadra "F", com área de 400,70 m² (quatrocentos metros e setenta decímetros quadrados), matriculado sob o nº 27.737 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laguna; e

III - lote 08 da quadra "F", com área de 554,17 m² (quinhentos e cinqüenta e quatro metros e dezessete decímetros quadrados), matriculado sob o nº 27.738 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laguna."

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

JUSTIFICATIVA

A presente emenda faz-se necessária para adequação das áreas descritas nas respectivas matrículas.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 153/07

Autoriza a aquisição de imóveis no Município de Laguna.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação da DIMARCO - Distribuidora de Materiais de Construção LTDA, pessoa jurídica de direito privado, no Município de Laguna, bairro Esperança, loteamento Santo Antônio dos Anjos da Laguna, os seguintes imóveis:

I - lote 06 da quadra "F", com área de 332,20 m² (trezentos e trinta e dois metros e vinte decímetros quadrados), matriculado sob o nº 27.736 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laguna;

II - lote 07 da quadra "F", com área de 400,70 m² (quatrocentos metros e setenta decímetros quadrados), matriculado sob o nº 27.737 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laguna; e

III - lote 08 da quadra "F", com área de 554,17 m² (quinhentos e cinqüenta e quatro metros e dezessete decímetros quadrados), matriculado sob o nº 27.738 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laguna.

Art. 2º A aquisição de que trata esta Lei destina-se exclusivamente à instalação do 3º Pelotão da Guarnição Especial de Polícia Militar Ambiental de Laguna.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta do Orçamento Geral do Estado - Polícia Militar de Santa Catarina.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI Nº PL/0160.5/2007

O Projeto de Lei nº PL/0160.5/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre a proibição da cobrança de taxa pela expedição de diplomas universitários por instituições de ensino superior privadas, universidades públicas e fundações públicas de direito privado estaduais.

Art. 1º Fica proibida a cobrança de taxa para expedição de diploma pelas instituições de ensino superior privadas, universidades públicas e fundações públicas de direito privado estaduais.

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, inciso II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação ocorrer após sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício subseqüente àquele em que for implementado o disposto no artigo anterior."

Sala das Sessões, em

Deputado Darci Matos

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 03/10/07
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 09/10/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 160/07

Dispõe sobre a proibição da cobrança de taxa pela expedição de diplomas universitários por instituições de ensino superior privadas, universidades públicas e fundações públicas de direito privado estaduais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica proibida a cobrança de taxa para expedição de diploma pelas instituições de ensino superior privadas, universidades públicas e fundações públicas de direito privado estaduais.

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 5º, II, art. 12 e art. 14 da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação ocorrer após sessenta dias da publicação desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do exercício subseqüente àquele em que for implementado o disposto no artigo anterior.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 279/07

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Biguaçu.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação da Fundação Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, no Município de Biguaçu, um imóvel com área total de noventa e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis metros quadrados, sem benfeitorias, a ser desmembrado de uma área maior, matriculada sob o nº 15.173 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Biguaçu.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se à instalação do Centro de Treinamento e do Comando do Corpo de Bombeiros Militar de Biguaçu.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 282/07

Autoriza a aquisição de imóveis no Município de Criciúma.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Criciúma, os seguintes imóveis:

I - um terreno com área de doze mil, cento e quarenta e seis metros e quarenta e dois decímetros quadrados, parte de uma área maior matriculada sob o nº 57.245 no 1º Ofício do Registro de Imóveis de Criciúma; e

II - um terreno com área de dois mil, duzentos e um metros e cinqüenta decímetros quadrados, a ser desmembrado de uma área maior, matriculada sob o nº 48.174 no 1º Ofício do Registro de Imóveis de Criciúma.

Art. 2º A aquisição dos imóveis de que trata esta Lei tem por finalidade a instalação de postos avançados de serviço e de unidades de treinamento do Corpo de Bombeiros Militar no Município de Criciúma, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 4.814, de 17 de novembro de 2005, alterada pela Lei municipal nº 4.934, de 18 de agosto de 2006.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 283/07

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Garopaba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Garopaba, um imóvel com área total de novecentos e cinqüenta metros quadrados, sem benfeitorias, matriculado sob o nº 2.101 no Registro de Imóveis da Comarca de Garopaba.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se à instalação do 3º Pelotão da Guarnição Especial da Polícia Militar de Palhoça, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 361, de 24 de junho de 1991.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 284/07

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Garopaba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Garopaba, um imóvel com área total de um mil, duzentos e cinqüenta metros quadrados, sem benfeitorias, registrado às folhas nºs 118-119, do Livro 067, sob Escritura Pública de Sub-Rogação e Doação de Direitos Hereditários e Posse no Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se à construção da sede do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.085, de 21 de agosto de 2006.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 0285.6/2007

Altera dispositivo no Projeto de Lei nº 0285.6/2007:

Art. 1º O art. 2º do Projeto de Lei nº 285.6/2007 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se a instalação do Corpo de Bombeiros Militar, no terreno previsto no inciso I do art. 1º, e da Delegacia de Polícia da Comarca de Gaspar, no terreno previsto no inciso II do art. 1º, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 2.661, de 05 de outubro de 2005."

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI

APROVADO EM TURNO ÚNICO
Em Sessão de 10/10/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 285/07

Autoriza a aquisição de imóveis no Município de Gaspar.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Gaspar, duas áreas de terra a serem desmembradas do imóvel registrado sob o nº 12.608 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, conforme abaixo relacionado:

I - um terreno com um mil, oitocentos e um metros e vinte decímetros quadrados, sem benfeitorias; e

II - um terreno com dois mil, seiscentos e oitenta metros quadrados, sem benfeitorias.

Art. 2º A aquisição dos imóveis de que trata esta Lei destina-se à instalação do Corpo de Bombeiros Militar, no terreno previsto no inciso I do art. 1º e da Delegacia de Polícia da Comarca de Gaspar, no terreno previsto no inciso II do art. 1º, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 2.661, de 05 de outubro de 2005.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 286/07

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Imbituba.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Imbituba, um terreno com área de cinco mil e quarenta e três metros e três decímetros quadrados, sem benfeitorias, a ser desmembrado do imóvel matriculado sob o nº 7.464 no Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Imbituba.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei destina-se à instalação do 3º Pelotão da Guarnição Especial da Polícia Militar de Laguna, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 2.983, de 31 de outubro de 2006.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 289/07

Autoriza a aquisição de imóvel no Município de Otacílio Costa.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Otacílio Costa, um terreno com quatro mil, trezentos e vinte metros quadrados, com benfeitorias, a ser desmembrado de uma área maior, matriculada sob o nº 10.103 no 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Lages.

Art. 2º A aquisição do imóvel de que trata esta Lei tem por objetivo abrigar a unidade do Corpo de Bombeiros Militar de Otacílio Costa, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 1.458, de 19 de maio de 2004, alterada pela Lei nº 1.608, de 13 de junho de 2006.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 367/07

Denomina Nataniel Rezende Ribas a Rodovia SC-477, que liga Papanduva ao distrito de Iraputã, Município de Itaiópolis.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominada Nataniel Rezende Ribas a Rodovia SC-477, que liga Papanduva ao distrito de Iraputã, Município de Itaiópolis.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 374/07

Concede ao Senhor Paulo Konder Bornhausen o título de Cidadão Catarinense.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica concedido ao Senhor Paulo Konder Bornhausen o título de Cidadão Catarinense.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0379.0/2007

Fica suprimido o art. 2º do Projeto de Lei nº PL/0379.0/2007, que "Institui o dia estadual da imigração polonesa, no estado de Santa Catarina", renumerando-se o art. 3º para art. 2º.

Sala da Comissão, em

Deputado Marcos Vieira

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 03/10/07
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 09/10/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 379/07

Institui o Dia Estadual da Imigração Polonesa, no Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Imigração Polonesa, no âmbito do Estado de Santa Catarina, a ser comemorado no dia 3 de maio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0383.7/2007

O art. 1º do Projeto de Lei nº PL/0383.7/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Asilo Santa Luzia, com sede no município de Tijucas."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

Relator

APROVADO EM 1º TURNO
Em Sessão de 09/10/07
APROVADO EM 2º TURNO
Em Sessão de 09/10/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 383/07

Declara de utilidade pública o Asilo Santa Luzia, no Município de Tijucas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Asilo Santa Luzia, com sede no Município de Tijucas.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 416/07

Autoriza a aquisição de imóveis no Município de Guaramirim.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a adquirir, por doação do Município de Guaramirim, duas áreas de terra, relacionadas da seguinte forma:

I - um terreno com área de quatro mil e nove metros quadrados, sem benfeitoria, matriculado sob o nº 2.741 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Guaramirim; e

II - um terreno com área de quatro mil metros quadrados, sem benfeitoria, matriculado sob o nº 2.559 no Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Guaramirim.

Art. 2º A aquisição dos imóveis de que trata esta Lei destina-se à instalação da 2ª Companhia do 14º Batalhão da Polícia Militar, tendo sido sua doação autorizada pela Lei municipal nº 2.968, de 08 de junho de 2005, alterada pela Lei nº 2.979, de 15 de agosto de 2005.

Art. 3º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão.

Art. 4º O Estado será representado no ato de transmissão da propriedade pelo titular da Secretaria de Estado da Administração ou por quem for legalmente constituído.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 430/07

Denomina Oscar Eugênio Grossl a Rodovia SC-460, que liga o perímetro urbano do Município de Irineópolis à BR-280.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominada Oscar Eugênio Grossl a Rodovia SC-460, que liga o perímetro urbano do Município de Irineópolis à BR-280.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA A EMENTA DO PROJETO DE LEI Nº PL/0460.3/2007

A ementa do Projeto de Lei nº PL/0460.3/2007, passa a ter a seguinte redação:

"Altera o § 3º do art. 1º da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005."

Sala da Comissão, em

Deputado João Henrique Blasi

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 10/10/07

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI n. 460/07

Altera o § 3º do art. 1º da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O § 3º do art. 1º da Lei nº 13.669, de 28 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....

.....

§ 3º O vencimento dos cargos integrantes do grupo de atividades de direção e assessoramento superior, código PL/DAS-8, tem como parâmetro remuneratório o fixado para a classe de cargo de Procurador, assegurada a isonomia com as respectivas chefias mediante gratificação." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 de outubro de 2007

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA A EMENTA E ADITIVA AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 0030.2/2007

Acrescenta dispositivos e modifica a ementa do Projeto de Lei nº 0030.2/2007. "Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 336, de 2006, que cria os cargos de Agente de Escolta e Vigilância Prisional, vinculados ao Departamento de Administração Prisional, vinculados ao Departamento de Administração Prisional da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e dá outras providências".

Art. 1º O artigo 2º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O servidor titular de cargo ou emprego permanente do Estado, ao ser nomeado ou designado para exercer cargo de provimento em comissão, função técnica gerencial, função gratificada, de que trata o Anexo XIV, da Lei Complementar nº 381, de 2007 ou função de confiança, de que trata a Resolução de Plenário nº 002, de 2006 da ALESC, de quaisquer dos poderes do Estado, poderá optar pela remuneração do órgão de origem e pelas vantagens do órgão de destino, sem prejuízo do que trata o art. 92 da Lei nº 6.745, de 1985 e, sua disposição para o destino dar-se-á automaticamente com a publicidade do ato administrativo nomeador e/ou designador.

Art. 2º Fica acrescentado o artigo 3º com a seguinte redação:

"Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário".

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em

Deputado Marcos Vieira

Líder da Bancada do PSDB

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 09/10/07

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA

A necessidade da presente proposta de emenda ao Projeto de Lei nº 0030.2/2007, que também trata de servidor público, baseia-se na única dificuldade de movimentar servidores ocupantes de cargo ou emprego permanente para o exercício de cargo de provimento em comissão ou exercício de função gratificada em outro Poder do Estado de Santa Catarina, que é o ato de disposição.

As presentes emendas ao projeto de lei tratam de suprir necessidades dos três Poderes para que servidores e empregados permanentes do Estado de Santa Catarina, com qualificações técnicas, sejam disponibilizados sem burocracias.

Oportuno destacar que todos os servidores dos três Poderes catarinenses estão subordinados ao Estatuto do Servidor Público Civil, Lei nº 6.745, de 1985, que não prescreve em seus dispositivos óbice para o objeto da presente propositura, além disso, não prevê a exigência de ato administrativo de disposição conjunto com o ato nomeador ou designador.

É nesse sentido que esperamos contar com o apoio dos nobres pares desta Casa para aprovação desta propositura.

Deputado Marcos Vieira

Líder da Bancada do PSDB

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 030/2007

Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 336, de 2006, que cria os cargos de Agente de Escolta e Vigilância Prisional, vinculados ao Departamento de Administração Prisional, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei Complementar nº 336, de 08 de março de 2006, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos:

"Art. 4º .....

VI - aptidão física e mental; e

VII - carteira nacional de habilitação, categoria mínima "B"."

Art. 2º O servidor titular de cargo ou emprego permanente do Estado, ao ser nomeado ou designado para exercer cargo de provimento em comissão, função técnica gerencial, função gratificada, de que trata o Anexo XIV, da Lei Complementar nº 381, de 2006 ou função de confiança, de que trata a Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de quaisquer dos poderes do Estado, poderá optar pela remuneração do órgão de origem e pelas vantagens do órgão de destino, sem prejuízo do que trata o art. 92 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 e, sua disposição para o destino dar-se-á automaticamente com a publicidade do ato administrativo nomeador e/ou designador.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº PRS/0004.5/2007

O art. 1º do Projeto de Resolução nº PRS/0004.5/2007 terá a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam acrescidos à Resolução nº 09, de 19 de abril de 2006, que dispõe sobre as honrarias instituídas pela Assembléia Legislativa, a Sessão X-C, o art. 20-C e o Parágrafo único ao art. 25, com a seguinte redação:

"Seção X-C

Medalha do Mérito Ambiental do Legislativo Catarinense

Art. 20-C Fica instituída a Medalha do Mérito Ambiental do Legislativo Catarinense.

§ 1º A comenda será outorgada pela Assembléia Legislativa, anualmente, no Dia Mundial do Meio Ambiente, a pessoas, empresas e instituições que desenvolvam ações de destaque em defesa do meio ambiente.

§ 2º As homenagens serão encaminhadas à Mesa pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, após análise das propostas recebidas dos Senhores Deputados.

§ 3º O número de agraciados não deverá ultrapassar a quinze em cada ano.

(...)

Art. 25. (...)

Parágrafo único. Na ausência do Deputado proponente, por ocasião da Sessão Solene de outorga de medalhas, este somente poderá ser representado por outro Parlamentar por ele indicado."

Sala das Comissões, em

Deputado Joares Ponticelli

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 10/10/07

REDAÇÃO FINAL RESOLUÇÃO N. 011, DE 2007

Altera a Resolução nº 09, de 2006, que dispõe sobre as honrarias instituídas pela Assembléia Legislativa.

Art. 1º Ficam acrescidos à Resolução nº 09, de 19 de abril de 2006, que dispõe sobre as honrarias instituídas pela Assembléia Legislativa, a Sessão X-C, o art. 20-C e o parágrafo único ao art. 25, com a seguinte redação:

"Seção X-C

Medalha do Mérito Ambiental do Legislativo Catarinense

Art. 20-C Fica instituída a Medalha do Mérito Ambiental do Legislativo Catarinense.

§ 1º A comenda será outorgada pela Assembléia Legislativa, anualmente, no Dia Mundial do Meio Ambiente, a pessoas, empresas e instituições que desenvolvam ações de destaque em defesa do meio ambiente.

§ 2º As homenagens serão encaminhadas à Mesa pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente, após análise das propostas recebidas dos Senhores Deputados.

§ 3º O número de agraciados não deverá ultrapassar a quinze em cada ano.

. .....

Art. 25 .....

Parágrafo único. Na ausência do Deputado proponente, por ocasião da Sessão Solene de outorga de medalhas, este somente poderá ser representado por outro parlamentar por ele indicado."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser regulamentada por ato da Mesa.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 10 outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

RELATÓRIO

RELATÓRIO E VOTO AO RQC/0021.3/2007

Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, para apuração de fatos da "Companhia de Água e Saneamento do Estado de Santa Catarina - CASAN e dinheiro público no aliciamento de eleitores e outros supostos ilícitos, nas localidades de Rio da Prata e Colônia Ruthes no município de Rio do Campo e na estrada geral em Passo Manso no município de Taió".

Procedência: Comissão Parlamentar de Inquérito.

Relator: Deputado Marcos Vieira

Trata-se de Processo oriundo de Comissão Parlamentar de Inquérito visando apurar fatos relacionados a utilização da estrutura de Empresa Pública na captação de votos na eleição próxima passada.

Instalada tal CPI, suscitou seu Presidente, provocado por membro dela integrante, manifestação desta Comissão de Constituição e Justiça.

É o breve, porém, regimentalmente necessário, relatório.

DO EQUÍVOCO DO NOME A SER INVESTIGADO

Está-se diante de um erro material efetuado pelos subscritores do requerimento inaugural, pois, dirigiram o pedido em relação a empresa inexistente. Sim, Senhores Deputados, os nobres colegas que assinaram o pedido de abertura da referida CPI não mencionaram corretamente o nome de nossa companhia estadual de águas e saneamento.

O nome correto é Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, CNPJ 82508433/0001-17, com endereço à rua Emílio Blum, nº 83, Centro, Florianópolis, CEP 88.020-010

A pessoa jurídica Companhia de Água e Saneamento do Estado de Santa Catarina NÃO EXISTE! A consulta ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas resulta negativa quando a busca se dá por tal nome.

DA AUSÊNCIA DA PRÁTICA DE ATO ILÍCITO CRIMINAL DA PESSOA JURÍDICA

Admitindo-se *ad argumentandum tantum* que a nominação errada da pessoa a ser investigada não feriu de morte a CPI encetada pelo requerimento inaugural, é de se registrar que a determinação do fato dirigido à pessoa jurídica é inviável. Senão veja-se:

Qualquer que seja o resultado da CPI, sob nenhuma hipótese a pessoa jurídica será denunciada pelo Ministério Público, uma vez que não cometeu qualquer ilícito. Registre-se que se usa o termo DENÚNCIA na sua acepção técnica e não no seu uso popular. Denúncia é o documento judicial que dá início ao processo crime, depois da investigação procedida em inquérito.

Afinal, se algum ilícito foi praticado, o que se admite apenas para argumentar, o foi pelas pessoas físicas que de alguma forma se aproveitaram da pessoa jurídica. Nunca se poderá atribuir a pessoa jurídica, em questão, a prática de qualquer ato ilícito criminal.

Veja-se que a moderna jurisprudência, só recentemente vem admitindo a prática de ilícito ambiental pelas pessoas jurídicas, mas nunca a prática de ato ilícito criminal.

É tão cristalina tal assertiva que a "notitia criminis" acostada aos Autos traz como pretensos autores dos ilícitos apenas um servidor que faz parte do quadro funcional da pessoa jurídica.

Ressalte-se que o referido servidor não detém cargo de provimento efetivo, mas exerce, tão somente, cargo comissionado.

Agregue-se a estes argumentos o fato de que em se insistindo na permanência da pessoa jurídica no pólo passivo da CPI e sendo esta uma empresa pública, vale dizer, do patrimônio dos cidadãos catarinenses, inobstante o resultado dos trabalhos, estarão ela, a empresa catarinense, e seus empregados, estigmatizados como integrantes de uma farsa ou negociata praticados por pessoas físicas que sequer mereceriam integrar seus quadros, se verdadeiros forem os fatos mencionados na *notitia criminis*.

Registre-se que em CPIs largamente divulgadas pela imprensa como a CPI dos Correios; CPI do mensalão; CPI do Banestado; CPI do FGTS; CPI dos Bingos em nenhuma delas o *substantivo ou o nome próprio como ficaram conhecidas* foram alvo de investigação. Assim, naquela que ficou conhecida como a CPI dos Correios, não foi a Empresa EBCT que submeteu-se à investigação, mas seu empregado (flagrado recebendo propina) e eventuais beneficiários daquele esquema.

Não é diferente o que ocorreu com a CPI do Banestado onde o Banco não era o seu alvo, mas as pessoas que se aproveitaram dele, razão pela qual, embora a CPI tenha ficado conhecida popularmente de "CPI do Banestado", quando da delimitação dos fatos, a entidade financeira sequer foi mencionada, senão veja-se:

"com a finalidade de apurar as responsabilidades sobre a evasão de divisas do Brasil, especificamente para os chamados paraísos fiscais, em razão de denúncias veiculadas pela imprensa, reveladas pela operação macuco, realizada pela Polícia Federal, a qual apurou a evasão de U$ 30 bilhões, efetuada entre 1996 e 2002, por meio das chamadas conta CC5."

Do mesmo modo, em relação a tantas outras CPIs não mencionadas por absoluta falta de espaço e de tempo, não se procede investigação contra pessoa jurídica, mesmo porque, como no caso em tela, se algum irregularidade se praticou (o que se admite por apego ao debate) a empresa pública CASAN *É A VÍTIMA E NÃO O ALGOZ.*

DA INOCUIDADE (INUTILIDADE) DA INVESTIGAÇÃO

Com efeito, segundo dicção constitucional, o Estado Republicano Brasileiro é constituído de três Poderes independentes e harmônicos entre si (art. 2º) cada qual com sua atribuição específica. Vale dizer, cada um com sua atribuição funcional dentro de determinados limites intransponíveis.

Assim, embora sem necessidade de se tecer maiores considerações acerca da competência funcional de cada um dos poderes, é importante asseverar que pelo princípio da teoria dos freios e contrapesos, admite-se a prática de determinados atos por um Poder e que seriam típicos de outro, como por exemplo, a investigação promovida pelo Poder Legislativo por meio das CPIs.

O exercício dessa função excepcional, no entanto, desenvolve-se dentro de limites estreitíssimos, sob pena de invasão de competência de um Poder sobre outro, o que vale dizer, as CPIs instaladas e processadas na forma do artigo 58, § 3º, da CF se submetem a requisitos formais e também materiais. Dentre eles encontra-se aquele que refere-se à necessidade de serem constituídas com a finalidade de apurar fato determinado (§ 3º, do art. 58 da CF; § 3º do art. 47 da CE e art. 41 "caput" do RIAL). Transcreva-se os citados dispositivos, respectivamente:

> *"Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.*
>
> *§1º .....*
>
> *§2º .....*
>
> *§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores."*
>
> Art. 47 A Assembléia Legislativa terá comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as competências previstas no regimento interno ou no ato de que resultar sua criação.

(*omissis*) .....

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, além de outros previstos no regimento interno da Assembléia, serão constituídas mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 41. As Comissões Parlamentares de Inquérito, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, serão constituídas a requerimento de um terço dos membros da Assembléia, para apuração de fato determinado, pelo prazo máximo de 120 dias, mediante deliberação da própria Comissão."

Busque-se também nos grandes doutrinadores as explicações para os casos como o presente. Neste diapasão, o ilustre mestre da Universidade de Coimbra, GOMES CANOTILHO, assevera que:

"Exigência ineliminável do requerimento de inquérito é a determinação do objeto - a doutrina alemã alude a este respeito"exigência de determinabilidade" (Bestimmthitsgebot), pois um requerimento ou proposta que não indique os fundamentos e delimite o seu âmbito (note-se) deve ser liminarmente rejeitado. (Direito Constitucional, 4ª ed., Coimbra, 1989, p. 573

Não resta dúvida, portanto, quanto ao cabimento de uma investigação por um Poder (o Legislativo) que não tem esta atividade como corriqueira, desde que preencha os requisitos legais.

Da mesma forma, resta cristalino, que a atividade investigatória do Poder Legislativo nas CPIs, não se reveste da tecnicidade do órgão que tem essa atribuição como específica, vale dizer, o Ministério Público, ao abrigo das prerrogativas legais, no âmbito do Poder Judiciário.

Inobstante esta falta de aparelhamento investigatório, inolvidado pelo constituinte originário, julgou-se importante conferi-lo ao Poder Legislativo para que, na falta da investigação pelos organismos técnicos, não se ficasse sem a necessária investigação.

A título de um último exemplo, a CPI DO MENSALÃO, que ficou nacionalmente conhecida, enquanto ela desenvolvia-se não havia qualquer investigação paralela de outros órgãos da República, foi instalada e cumpriu sua finalidade investigativa, dando conhecimento do seu resultado ao Ministério Público Federal que a conheceu e deu provimento encaminhando, desta forma, ao Supremo Tribunal Federal, que, por sua vez, autorizou a abertura de inquérito criminal contra os 40 mensaleiros, como é de conhecimento de todos. Note-se que não ocorreu investigação paralela.

Não é, no entanto, o que ocorre na situação destes autos, afinal, a partir da "notitia criminis" ofertada no juízo da Comarca de Taió, o Ministério Público e o juiz da Comarca já tomaram as providências técnicas e judiciais para levantar todos os aspectos que norteiam os fatos que se pretende apurar nestes autos.

Aliás, investigação, mediante noticia crime acostada aos autos que teve seu início em Taió, já estava em andamento quando foi Instaurada a presente CPI.

Observem Srs. Deputados, não se está argumentando contra qualquer prerrogativa investigativa desta Casa Legislativa por meio de CPI, mas tão-somente asseverando que em havendo procedimento judicial que busque investigar o mesmo fato, torna-se óbvio, que a investigação pelos organismos competente tenderá a chegar a um resultado melhor.

É importante registrar que existem procedimentos a serem adotados na colheita de provas, sob pena de se tornarem imprestáveis. Em outras palavras, se alguma formalidade na colheita de provas pela CPI não for observada, essa prova se tornará imprestável ficando, inclusive impossibilitada de ser usada no processo judicial.

E, acima de tudo, como todo inquérito (aqui tomado como gênero) a Comissão Parlamentar de Inquérito chegará, no máximo, a servir de prova para uma ação judicial. Nunca se alcançará, por meio de uma CPI a condenação de quem quer que seja, por mais provas que possam haver, pois esta (a condenação) é uma prerrogativa do processo judicial e não de um inquérito ou CPI.

Assim, o que se observa é que a Comissão Parlamentar de Inquérito é um instrumento importante e indispensável num Estado Democrático de Direito, para ser utilizado, principalmente quando os órgãos responsáveis se omitem na investigação de fatos relevantes, mas, torna-se redundante e até temerário quando já há uma investigação judicial em andamento. Como ocorre na situação destes Autos.

DA INSTÂNCIA PENAL/ELEITORAL

Sendo incontroverso que se está diante da duplicidade de investigação, uma na área Judicial (em curso) e outra na Legislativa (a ser iniciada), resta verificar se há prejudicialidade de uma sobre outra, capaz de justificar o encerramento de uma delas.

Tomando-se por base o Decreto-Lei Federal 3.689, de 03.10.41, mais conhecido como Código de Processo Penal, se observa em seu artigo 93 que em situações análogas o agente público responsável pela condução da investigação deverá (observe-se que a utilização do verbo é no imperativo no sentido de obrigação), no mínimo, SUSPENDER o andamento de uma até a conclusão da outra, COMO FORMA DE SE EVITAR CHEGAR-SE À CONCLUSÕES CONFLITANTES NAS DUAS ESFERAS.

Veja-se, *ipsis litteris* o que diz o Código de Processo Penal:

"Art. 93. Se o reconhecimento da existência da infração penal depender de decisão sobre questão diversa da prevista no artigo anterior, da competência do juízo cível, e se neste houver sido proposta ação para resolvê-la, o juiz criminal poderá, desde que essa questão seja de difícil solução e não verse sobre direito cuja prova a lei civil limite, suspender o curso do processo, após a inquirição das testemunhas e realização das outras provas de natureza urgente.

Vejam Senhores Deputados, é o próprio Código de Processo Penal quem determina tal sustação da marcha processual quando houver duplicidade de investigação. Código, aliás, que segundo o Regimento Interno desta Casa, deve ser utilizado subsidiariamente na condução das CPIs. Veja-se o disposto no parágrafo único do artigo 153 do RIAL:

Parágrafo único. As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão subsidiariamente das normas contidas no Código de Processo Penal.

Ora Srs. Deputados, se o Regimento Interno deve ser observado, e realmente deve, a marcha processual desta CPI deverá ser, no mínimo, obstada uma vez que o Regimento Interno desta Casa determina que se cumpra os mandamentos do Código de Processo Penal, e este mesmo Código de Processo Penal manda que ocorra tal paralisação quando se está diante de uma situação como a presente. Ou seja, duplicidade de investigação.

Como cautela, o Código determina também, que nestas situações o Ministério Público deva se fazer presente na ação judicial (e por certo já se faz presente) para zelar pela celeridade da tramitação processual e pela correta aplicação da lei penal, senão veja-se o § 3º do art. 93 do CPP:

§ 3º. Suspenso o processo, e tratando-se de crime de ação pública, incumbirá ao Ministério Público intervir imediatamente na causa cível, para o fim de promover-lhe o rápido andamento.

DA AMPLITUDE DA CONSULTA Á CCJ

Como atribuição Regimental, compete a esta CCJ verificar a conformidade constitucional dos atos que lhe são submetidos, *in verbis*:

"Art. 72, São os seguintes os campos temáticos ou áreas de atividade da Comissão de Constituição de Justiça, cabendo-lhe, sobre eles, exercer a sua função legislativa e fiscalizadora:

I- ...

III - assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido em consulta pelo Presidente da Assembléia, pelo Plenário, por outra Comissão, ou em razão de recurso previsto neste Regimento;"

Assim, como a CPI se enquadra no termo "outra Comissão", apresenta-se legal e regimental a submissão do pleito do Sr. Presidente daquela Comissão Parlamentar, Deputado Onofre Agostini, à esta CCJ.

Neste desiderato é que instada pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento RQC 0021.3/2007, foi este Relator designado para oferecer manifestação circunstanciada, com a abrangência delimitada pelo disposto no artigo 142, inciso I do RIAL:

"I - à Comissão de Constituição e Justiça, por primeiro, o exame de sua admissibilidade, quando for o caso, e, nos demais, a análise dos aspectos da constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa, e pronunciar-se sobre o mérito das matérias de seu campo temático ou área de atividade;

Neste diapasão, embora o requerimento do Deputado Renato Hinnig tenha se limitado a determinados aspectos, a remessa dos Autos à CCJ lhe permite averiguar todos os aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade e regimentalidade, nos termos do inciso I, antes transcrito.

Por estes aspectos legais e regimentais impende asseverar que a Decisão desta Comissão poderá ser, inclusive, terminativa do feito se assim o entenderem seus membros, conforme se infere da leitura do artigo 143, do mesmo RIAL:

"Art. 143. Será terminativo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade ou injuridicidade."

Sempre, no entanto, observando as regras que lhe são inerentes para as suas decisões (art. 134), *in verbis*:

"§ 1º. As Comissões deliberarão por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros."

VOTO

Pelos argumentos expendidos, de fato e de direito, que demonstram a ABSOLUTA INOCUIDADE do Requerimento de abertura por DUPLICIDADE DE INVESTIGAÇÃO e da IMPOSSIBILIDADE DE PRÁTICA DE ATO ILÍCITO CRIMINAL POR PESSOA JURÍDICA, voto pelo ARQUIVAMENTO dos presentes Autos, requerendo, por oportuno, a remessa de inteiro teor deste caderno processual ao Ministério Público Estadual - Órgão responsável pelo impulso processual do respectivo Inquérito Policial - bem como ainda, que do resultado da Ação Penal, seja dada ciência oficial a este Poder Legislativo.

Sala da Comissão
Deputado Marcos Vieira
Relator

DESPACHO

Em virtude do parecer exarado pela Comisão de Constituição e Justiça, a tramitação do processo nº RQC/0021.3/2007, encaminhe os autos a Coordenadoria de Expediente, para que providencie a remessa de inteiro teor do caderno processual ao Ministério Público Estadual - Órgão responsável pelo impulso processual do respectivo Inquérito Policial - bem como ainda, que do resultado da Ação Penal, seja dada ciência oficial a este Poder Legislativo, conforme o que ficou deliberado pela referida Comissão de Constituição e Justiça.

Sala da Comissão, 10 de outubro de 2007.

Deputado Onofre Santo Agostini - Presidente da CPI - Casan/2007
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Renato Hinnig
Deputado Elizeu Mattos
Deputado Jailson Lima
Deputado José Natal Pereira
Deputado Sargento Amauri Soares

*** X X X ***

SEMINÁRIO

SEMINÁRIO DA REGIÃO SUL
PLANO PLURIANUAL DA UNIÃO 2008/2011
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DA UNIÃO 2008
CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO
Florianópolis, 08 de outubro de 2007.

A SRA. SORAIA BOABAID (Mestre-de-Cerimônias) - Autoridades presentes, senhoras e senhores, boa-tarde!

Estamos, neste instante, dando início ao Seminário Regional destinado a proporcionar a realização do debate regionalizado das matérias orçamentárias, Projeto de Lei Orçamentária para 2008 e Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008/2011.

Convidamos para compor a mesa as seguintes autoridades:

Excelentíssimo sr. deputado Jorginho Mello, presidente da comissão de Finanças e Tributação, neste ato representando o Poder Legislativo de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Deputado federal Mauro Mariani, secretário de estado da Infra-Estrutura, neste ato representando o excelentíssimo governador do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. senador José Maranhão, presidente da comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional;

Excelentíssimo sr. deputado Federal José Pimentel, relator-geral da proposta orçamentária para 2008;

Excelentíssimo Sr. Cláudio Vignatti, deputado Federal, relator do projeto de lei do Plano Plurianual para o período de 2008/2011.

Excelentíssimo sr. deputado federal, Manoel Júnior, relator setorial da área de Educação, Cultura, Ciência e Desporto do projeto de lei orçamentário para 2008;

Dr. Afonso Oliveira de Almeida, secretário de Planejamento e Investimentos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos o hino nacional.

(Procede-se à execução do hino nacional.)

Registramos ainda a presença das seguintes autoridades:

Excelentíssimo sr. Luiz Carlos Busato, deputado federal do estado do Rio Grande do Sul, representando o coordenador da bancada gaúcha, deputado Mendes Ribeiro;

Excelentíssimo sr. deputado federal Djalma Berger;

Excelentíssimo sr. deputado federal, Vilson Covatti, do estado do Rio Grande do Sul;

Excelentíssimo sr. deputado federal Nelson Goetten de Lima;

Excelentíssimo sr. deputado federal João Matos;

Excelentíssimo sr. deputado Antônio Aguiar, quarto-secretário da Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. deputado Pedro Baldissera;

Excelentíssimo sr. deputado Dirceu Dresch;

Excelentíssimo sr. deputado Décio Góes;

Excelentíssimo sr. deputado Pedro Uczai;

Excelentíssimo sr. deputado Sargento Amauri Soares;

Excelentíssimo sr. Humberto Luiz Brinhant, secretário de estado do Desenvolvimento Regional de São Joaquim;

Excelentíssimo sr. Neodi Sareta, prefeito do município de Concórdia, neste ato representando a Fecam;

Excelentíssimo sr. deputado Professor Sérgio Grando;

Excelentíssimo sr. Geraldo Althoff, representando o secretário da Articulação Nacional;

Excelentíssimo sr. Francisco Küster, ex-presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssima sra. Elizabete Baeso, representando neste ato a deputada estadual Ada De Luca;

Excelentíssimo sr. Francisco Alexandre de Castelli, superintendente federal de agricultura de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Jakson Pinelli, superintendente da secretaria especial de Aqüicultura e Pesca do escritório do estado do Paraná;

Excelentíssima sra. Maria das Graças Silva, presidente da Federação das Associações de Maricultores de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Osvani Cantalício Gonçalves, presidente do Sindicato dos Pescadores de Santa Catarina;

Excelentísimo sr. Carlos Alberto Aita, presidente do Sinduscon, do Rio Grande do Sul;

Excelentíssimo sr. Argeu da Silva Brum, diretor do Departamento Administrativo, neste ato representando a secretária de Infra-Estrutura e Logística do governo do Rio Grande do Sul;

Excelentíssima sra. Rosana Oppitz, primeira diretora administrativa, representando neste ato o presidente do CREA do Rio Grande do Sul, o sr. Gustavo André Longe;

Excelentíssimo sr. José Cláudio da Silva, representante do sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul;

Excelentíssimo sr. representante da Associação dos municípios do Rio Grande do Sul;

Excelentíssima sra. Inês Claudete Burg, representando neste ato a GT-Biodiversidade da Articulação Nacional de Agro-Ecologia;

Excelentíssimo sr. Dario Luiz Vitali, vice-presidente do sindicato das Indústrias da Pesca de Itajaí e região;

Excelentíssimo sr. Darci Zanotelli, presidente da Associação Bi-nacional Brasil/Argentina, ponte internacional Peperiguaçu;

Excelentíssimo sr. Ivo da Silva, presidente da Federação dos Pescadores do estado de Santa Catarina e presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Apicultores;

Excelentíssima sra. Ana Lúcia Pereira de Lacerda, coordenadora da Fundação Nacional de Saúde em Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. André Cleber de Mello, representante da Cooperativa de Produção Agropecuária de Jaraguá do Sul;

Excelentíssimo sr. Cézer Luiz Cerutti, representando o chefe do escritório do estado de Santa Catarina da secretaria especial de Apicultura e Pesca;

Excelentíssimo sr. Jurandi Teodoro Gugel, delegado federal de Desenvolvimento Agrário em Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. Antônio Valdir Vituri, representando neste ato a Eletrosul;

Excelentíssimo sr. Marco Arildo Prates da Cunha, diretor presidente da empresa de trens urbanos de Porto Alegre;

Excelentíssimo sr. Rodrigo Minotto, representando neste ato a secretaria de estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação;

Excelentíssimo sr. Jonny Zulauf, vice-presidente da Associação Empresarial de São Bento do Sul;

Excelentíssimo sr. Marcelo Sato, representando a deputada estadual Ana Paula Lima;

Excelentíssimo sr. Ronaldo Sielichon, presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre;

Excelentíssimo vereador Osni José Schroeder, presidente da Câmara Municipal de Rio Negrinho;

Excelentíssimo sr. Gervásio Simões De Maia, vereador e primeiro-secretário da Câmara Municipal de Rio Negrinho;

Excelentíssimo sr. Flávio Luiz Lammel, presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul;

Excelentíssimo sr. Walmir Humberto Piacentini, representando neste ato a Casan;

Excelentíssimo sr. Sabino Busanello, prefeito do município de Itapema;

Excelentíssimo sr. Francisco de Assis, ex-deputado estadual e secretário de Turismo do município de Itapema;

Excelentíssimo sr. Vilmar Sony Felske, secretário de Planejamento do município de Itapema;

Excelentíssima sra. Rosemary Comandoli, representando neste ato o deputado federal Carlito Merss;

Excelentíssimo sr. Luciano Dormer Rockman, vice-presidente da Federação Gaúcha de Futebol;

Excelentíssimo sr. Gilson Zimmermann, diretor executivo da Federação das Associações Empresariais de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. deputado federal Décio Lima;

Excelentíssima sra. Maria Luiza Monteiro Bonfim, presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Previdência Social do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. deputado federal José Carlos Vieira;

Excelentíssimo sr. Antônio Paulo Schwingel, secretário de Planejamento do município de Balneário Barra do Sul;

Excelentíssimo sr. Eber Moacir dos Santos, representando neste ato a deputada federal Maria Rosário, do Rio Grande do Sul;

Excelentíssimo sr. Beto Curi, secretário nacional da Juventude.

Neste momento, com a palavra o presidente da comissão de Finanças e Tributação, deputado Jorginho Mello, neste ato representando o presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Boa-tarde, senhoras e senhores.

Quero, inicialmente, saudar o senador José Maranhão, presidente da comissão mista do Orçamento no Congresso Nacional.

Sinta-se bem entre nós, senador.

Gostaria de saudar também as seguintes autoridades:

Excelentíssimo sr. deputado Mauro Mariani, secretário de estado da Infra-Estrutura, que está representando neste ato o governador de Santa Catarina, dr. Luiz Henrique da Silveira;

Excelentíssimo sr. deputado federal José Pimentel, relator-geral da proposta orçamentária para 2008;

Excelentíssimo sr. deputado federal Cláudio Vignatti, relator do PPA de 2008 a 2011.

Excelentíssimo sr. deputado federal Manoel Júnior, relator setorial da área da Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte, do Projeto de Lei Orçamentária;

Excelentíssimo sr. deputado federal João Matos (quero convidá-lo também para fazer parte da mesa dos trabalhos como coordenador do Fórum de Santa Catarina);

Excelentíssimo prefeito municipal de Concórdia, sr. Neodi Saretta, ex-deputado e ex-presidente desta Casa, que representa a Fecam (quero convidá-lo também para fazer parte da mesa dos trabalhos);

Excelentíssimo dr. Afonso Oliveira de Almeida, secretário de Planejamento e Investimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Registro também a presença da deputada estadual Ada De Luca e do presidente da Casan, sr. Walmor De Luca.

Senhoras e senhores, quero comunicar que estamos falando ao vivo para todo o estado de Santa Catarina, senador José Maranhão e deputado Cláudio Vignatti, através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Quero, em nome do presidente desta Casa, deputado Julio Garcia, que me confiou esta incumbência e esta responsabilidade, em nome dos 40 deputados de todas as bancadas, como presidente da comissão de Finanças e Tributação, dar as boas-vindas a todos que fazem em Santa Catarina e neste Parlamento uma discussão importantíssima, de interesse de todo o Brasil, dos estados do sul do Brasil.

Tenho certeza absoluta de que com o comando de v.exa., senador José Maranhão, não serão geradas expectativas mas sim contribuições e atendimento aos pleitos de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Portanto, quero dar boas-vindas a v.exa. Sinta-se bem em nosso meio, na Casa do Povo de Santa Catarina. Receba o nosso abraço e de todos os senhores que aqui estão da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Nós também estivemos visitando, no mês de agosto, conforme v.exa. está fazendo, todas as microrregiões de Santa Catarina realizando um trabalho parecido com este do Orçamento Participativo, ouvindo a comunidade e as pessoas, para que de forma muito democrática possam ser eleitas as prioridades de cada região.

Então, foi um trabalho feito por todos os srs. deputados que hoje já é sucesso em Santa Catarina.

Portanto, quero, de forma muito respeitosa, cumprimentá-lo.

Passo, neste momento, a condução dos trabalhos a v.exa., como presidente da comissão Mista, para que comande esta audiência pública na Assembléia Legislativa, ficando à sua disposição para auxiliá-lo no que for necessário.

O SR. SENADOR JOSÉ MARANHÃO - Boa-tarde a todos!

Desejo cumprimentar o deputado Jorginho Mello, presidente da comissão de Finanças e Tributação, que neste ato representa o Poder Legislativo de Santa Catarina.

Excelentíssimo sr. deputado Mauro Mariani, secretário de estado da Justiça, neste ato representando o sr. governador do estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo sr. deputado José Pimentel, relator geral da proposta orçamentária para 2008;

Excelentíssimo sr. deputado federal Cláudio Vignatti, relator do projeto de lei do Plano Plurianual para o período 2008/2011;

Sr. deputado federal Manoel Júnior, relator da área da educação, esporte, ciência e tecnologia no Orçamento Geral da União;

Excelentíssimo sr. deputado federal João Matos;

Excelentíssimo sr. Neodi Saretta, prefeito municipal de Concórdia, neste ato representando a Fecam;

Dr. Afonso Oliveira de Almeida, secretário de Planejamento e Investimentos do ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Minhas senhoras, meus senhores.

(Passa a ler.)

"Santa Catarina é o sétimo estado mais rico do Brasil, com o Paraná (quinto), com o Rio Grande do Sul (quarto) e controla 18,2% da economia do país.

A produção agrícola ocupa 25% da área total do estado. Ali se encontram também uma das maiores concentrações de granjas avícolas do mundo, uma significativa criação de suínos e o cultivo de arroz, milho, alho, cebola, fumo, feijão, maçã e outras frutas, cuja colheita representa mais da metade da produção anual do país.

O setor industrial caracteriza-se pela diversificação, de tal modo que nenhuma área da indústria participa com mais de 20% do Produto Interno Bruto do estado, o que propicia certa regularidade no crescimento econômico, evitando perigos de alternância entre crescimento e estagnação.

O estado é também um grande exportador. As indústrias de cerâmica e porcelana, localizadas principalmente na região central do estado, exportam seus produtos para mais de 60 países, empregando cerca de 10 mil pessoas.

Os índices sociais do estado estão entre os melhores do país:

- A renda *per capita* catarinense é de R$ 12.159,00, a quinta maior do Brasil;

- A taxa de mortalidade infantil é de 18,2 em cada mil nascidos vivos;

- É o segundo maior índice de alfabetização entre os estados do país, atrás apenas do Rio de Janeiro.

- Ainda assim, o estado tem diversos desafios pela frente.

- Encerrando uma população próxima de seis milhões de habitantes, distribuídos em 293 municípios, Santa Catarina enfrenta o desafio de aumentar as oportunidades de emprego nas zonas rurais reduzindo a migração para os centros urbanos.

- Para isso, precisa melhorar a infra-estrutura de apoio ao setor produtivo, reduzindo, entre outras coisas, o custo de transporte de cargas e pessoas e o índice de perdas agrícolas.

- Dos 447 distritos do estado, 29 ainda não dispõem de qualquer serviço de saneamento básico e apenas 96 dispõem de rede coletora de esgoto.

- O estado testemunha ainda a utilização de trabalho infantil em diversos setores da atividade econômica, a exemplo do madeireiro, as manufaturas de cristaleiras e cerâmicas, a construção civil, a indústria moveleira e o curtume.

- Esses exemplos mostram que o grande desafio que se impõe a Santa Catarina é o de promover a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes por meio de políticas de apoio ao crescimento econômico e de ações de inclusão social.

- Diversos projetos habitacionais, de erradicação do trabalho infantil, de atendimento socioeducativo e outros nas áreas de saúde, educação e assistência.

- As contribuições trazidas pelos presentes, pelos membros da comissão de Orçamento serão de muita valia para se chegar a uma boa compreensão sobre a adequação dessas ações e de como deve ser a política orçamentária para o nosso país.

- Por fim, não podemos deixar de chamar a atenção dos presentes para a importância do controle social dos cidadãos sobre os gestores públicos na apropriação e aplicação dos recursos que a União repassa a cada um dos municípios. Com o intuito de apoiar o controle social dos gastos, o Senado Federal lançou, na última terça-feira, o portal do Orçamento da União, com uma página dedicada a estados e municípios, por meio da qual todos os cidadãos poderão acompanhar não apenas as verbas do Orçamento e as emendas parlamentares, mas também quanto a União está repassando diariamente ao seu município e em que ações esses recursos deverão ser gastos.

Convidamos todos a visitar o novo portal, no endereço www.senado.gov.br, e difundir essa informação entre todos aqueles que necessitam de um meio fácil de acompanhamento do Orçamento público."

O objetivo fundamental, como já foi dito - eu faço questão de repetir que a comissão de Orçamento disponibiliza esse novo portal a todos os cidadãos do Brasil -, é permitir que a execução do Orçamento seja acompanhada e fiscalizada efetivamente pela sociedade e que através deste instrumento passe a ter as mais detalhadas informações sobre a elaboração, a execução e o acompanhamento do Orçamento, não somente no futuro exercício de 2008, como também sobre os atuais e anteriores, porque o banco de dados levantados pela comissão de Orçamento e a sua consultoria remontam ao ano de 1825.

Se alguém precisa de fundamentação histórica para qualquer trabalho, no sentido de conhecer e sobretudo no sentido de fiscalizar a execução orçamentária, basta um clic na internet para receber de pronto todas essas massas de informação.

Esse portal resultou do conhecimento que todos nós, da comissão de Orçamento e do Congresso Nacional, na nossa lida constante com o povo nas bases de nossa atuação, tivemos, porque é comum o cidadão de qualquer município brasileiro, de qualquer localidade, seja uma pessoa física, seja representante de uma associação comunitária, de sindicatos e de cooperativas, nos abordar para buscar essas informações que agora estão disponibilizadas de forma clara, de forma objetiva, como nunca antes foi feito.

Assim sendo, eu entendo que foi um passo decisivo que o Congresso Nacional deu na direção da maior transparência possível, não só do processo de elaboração do Orçamento, mas das contas públicas como um todo.

Eu quero informar aos presentes que os técnicos da comissão de Orçamento, os consultores, encontram-se em sala, aqui na Assembléia Legislativa, à disposição daqueles que querem oferecer sugestões para a elaboração do Orçamento, porque a finalidade primordial desta reunião é colher sugestões e informações que posteriormente vão ser processadas tecnicamente e politicamente também pelas nossas representações, representações do Brasil inteiro, na comissão de Orçamento e no próprio Congresso Nacional.

Então, os nossos consultores estão aí presentes para orientar as pessoas e também fornecer dados sobre número da proposta orçamentária para 2008 e do projeto de lei do Plano Plurianual para 2008 e 2011 para cada região e para cada estado brasileiro.

Quero informar ainda que as sugestões de emendas também poderão ser cadastradas e enviadas pela internet através dos seguintes procedimentos: entrar no *site* da Câmara dos Deputados, Orçamento Brasil, Seminários Regionais, cadastramento da sugestão, preencher e clicar em salvar. Aí você terá todas as informações.

Quero informar também que a lista para inscrição de oradores já está aberta. Lamentavelmente, o tempo é inelástico. Não podemos fazer o tempo maior e aqui nós vamos também ter essa limitação, até pelo adiantado da hora, de forma que estamos reservando dois minutos para cada orador, já que as propostas apresentadas serão feitas por escrito. Mesmo que não houvesse o discurso, evidentemente que elas seriam entendidas pelos setores técnicos da comissão de Orçamento.

Em seguida quero passar a palavra ao deputado Cláudio Vignatti, relator do projeto de lei do Plano Plurianual, que fará a explanação sobre o Plano Plurianual para 2008/2011 e sua atuação na relatoria.

O deputado Cláudio Vignatti, tem o tempo de 15 minutos que poderá ser prorrogado, já que aqui é o arcebispado do deputado Cláudio Vignatti em Santa Catarina.

Eu gostaria aqui de fazer um agradecimento público, testemunhado pelo povo de Santa Catarina, ao deputado Cláudio Vignatti. Sexta-feira realizou-se no meu estado, na minha querida Paraíba, essa mesma reunião, audiência pública da comissão de Orçamento, e nesse mesmo dia estava sendo recebido, na terra do deputado Cláudio Vignatti, ninguém menos do que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o seu chefe, e o chefe de todos os brasileiros é claro. O deputado Cláudio Vignatti, num gesto extraordinário de desprendimento e, sobretudo, de homenagem ao estado da Paraíba, não foi recepcionar o presidente da República para se fazer presente na reunião daquele estado.

Eu agradeço a ele mais uma vez e agradeço ao povo de Santa Catarina que soube escolher tão bem o seu representante no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Sr. senador José Maranhão, eu peço permissão a v.exa. para convidar para participar conosco na mesa o senador da República, Neuto De Conto, que acabou de chegar, e também a nossa senadora Ideli Salvatti.

O SR. SENADOR JOSÉ MARANHÃO - Quero dizer a v.exa. que assino embaixo essa convocação mais do que pertinente, uma homenagem a dois filhos desta terra que têm sabido representar o Senado da República com altivez, com competência e com brilho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Também aproveito para registrar a presença dos deputados Edinho Bez e Celso Maldaner, de Santa Catarina; do sr. Arosto Culau, representando o secretário de Planejamento do estado do Rio Grande do Sul, e do deputado federal José Alfonso Hamm, também do Rio Grande do Sul.

Com a palavra o deputado federal Cláudio Vignatti.

O SR. DEPUTADO FEDERAL CLÁUDIO VIGNATTI - Inicialmente quero saudar todos e todas com um boa-tarde.

Quero saudar o deputado Jorginho Mello, presidente da comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, na pessoa de quem saúdo os deputados estaduais e o presidente desta Casa, assim como o deputado Pedro Uczai e os demais deputados que colaboraram no processo de organização e disponibilidade desta Casa para fazermos esta audiência em Florianópolis.

Gostaria de saudar o nosso senador José Maranhão, presidente da comissão de Orçamento, que tem feito um trabalho extraordinário, reconhecido pelo Congresso Nacional, que preside a comissão ímpar, que é a única comissão permanente que une o Senado e a Câmara dos Deputados durante o ano inteiro, que é a comissão Mista de Orçamento.

Nossos agradecimentos ao senador pela oportunidade de estar coordenando a nossa audiência pública, e estar presente. Com certeza a região sul, a nossa capital, Santa Catarina, o povo catarinense está agradecido por essa deferência da sua presença aqui nesta tarde.

Eu gostaria de saudar o deputado federal Mauro Mariani, secretário de estado da Infra-Estrutura, que neste ato representa o governador do estado. O governador vai nos receber às 19h no palácio para termos uma conversa às 18h30min.

Quero fazer minha saudação ao João Matos, coordenador da bancada catarinense do Fórum Parlamentar, se me permitir, em nome de todos os deputados federais do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná, porque chegou o deputado André Vargas na tarde de hoje.

Quero saudar o nosso relator do Orçamento, porque temos feito o trabalho de forma conjunta, pela primeira vez há audiências públicas no Brasil para discutir o PPA e o Orçamento juntos. O Pimentel realizou uma bela audiência pública em Fortaleza na segunda-feira, onde estivemos presente, fizemos um trabalho harmonioso no Brasil.

Saudamos o deputado federal José Pimentel e externamos o nosso reconhecimento por essa figura que domina muito bem os cálculos e os números, e precisa dominar mesmo para ser relator do Orçamento.

Gostaria de saudar o deputado federal Afonso Hamm, referência especial, representando aqui o nosso ministro Paulo Bernardo. O deputado Afonso Hamm tem a responsabilidade da coordenação e elaboração, por parte do governo, do PPA e nos acompanha nessa audiência pública, a única que ele pôde acompanhar, mas que é na terra do relator do PPA, e estamos agradecidos por isso.

Quero saudar também o deputado Manoel Júnior, relator setorial, que tem acompanhado quase todas as audiências públicas da Educação, que é um dos maiores do Orçamento também no próximo ano, uma das prioridades orçamentária.

Saúdo o prefeito Neodi Saretta, ex-presidente desta Casa, representando todos os prefeitos de Santa Catarina e nosso prefeito de Concórdia.

Saúdo o senador Neuto De Conto, que chegou de avião de Chapecó para poder participar desta audiência pública, porque participou de outra audiência naquele município, da comissão de Agricultura na Efapi, hoje de manhã, e teve a oportunidade de estar aqui presente.

Quero saudar essa guerreira, a senadora Ideli Salvatti. O público feminino está bem representado aqui pela senadora.

Quero saudar aqui o sr. Arosto Culau que está representando o secretário de Planejamento do estado do Paraná. E saudar também o Beto Cury que está entre nós e que participará de um evento de lançamento da Conferência Nacional de Juventude, e é o secretário nacional da Juventude do governo federal.

Senhoras e senhores, com grande honra tenho a responsabilidade de fazer o relatório dos próximos quatro orçamentos do Brasil, que é o nosso PPA.

Nós vamos fazer uma breve apresentação daquilo que são as 600 e poucas páginas do PPA, dos eixos estratégicos que estão sendo priorizados para os próximos quatro anos no Brasil, para termos um pouco de deferência e um pouco da nossa realidade aqui presente.

Mas, ao mesmo tempo, quero dizer que a oportunidade que encontramos nesse processo todo de fazer o seminário e audiência pública, e aqui há representação de vários segmentos do movimento social, seja do campo ou da cidade, os vários movimentos políticos, de representação política institucional, remete, de fato, a uma qualidade da representação das sugestões.

A oportunidade que nós tivemos de contemplar, muitas vezes, o interesse que vem forte lá do Rio Grande do Sul, por exemplo, a questão do metrô de Porto Alegre - e a bancada gaúcha vem articulada para construirmos essa oportunidade -, e acolher sugestões que forem levantadas na audiência pública na tarde de hoje, seja ela por escrito ou falada.

Pelo andamento de todas as audiências públicas, temos passado das 18h, quando começa à tarde, mas não vamos sair daqui sem ouvir todos que precisam ser ouvidos, as reivindicações que precisam ser colocadas ou escritas. Nesta sala aos fundos há a sala de imprensa e a consultoria do orçamento, tanto da Câmara dos deputados, como também do Senado federal, está aí para ajudar a elaborar as proposições e transformar em emendas as sugestões de emendas. Todas aquelas acolhidas serão emitidas aos deputados e senadores de cada estado, e será dada a devida prioridade por este relator àquelas que forem levantadas na audiência aqui. Foi essa a forma que encontramos de valorizar o trabalho da comissão e essas audiências públicas.

Vamos à apresentação do PPA. O grande eixo do PPA com certeza o presidente Lula traduz na sua mensagem quando encaminha:

(Passa a ler.)

"'O nome do meu segundo governo será desenvolvimento. Desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade.'

O PPA, como é conhecido no setor público, é o plano que define estratégias, diretrizes, metas e objetivos de cada esfera de governo para quatro anos. Cabe ao PPA traduzir as orientações em iniciativas práticas capazes de gerar desenvolvimento com crescimento, associado à redução das desigualdades sociais e regionais, à promoção da igualdade de gênero, raça e etnia e à manutenção sustentada da estabilidade econômica e fiscal de preço.

O PPA está distribuído para os próximos quatro anos. São R$ 3,5 trilhões, definidos dessa forma: 2008, R$ 800 bilhões; 2009, R$ 872 bilhões; 2010, R$ 930 bilhões; 2011, R$ 981 bilhões.

Como é conhecido pelos prefeitos e pela Assembléia Legislativa de cada estado, não tão conhecido muitas vezes pelo movimento social, o PPA organiza os quatro anos do Brasil, por isso está em escala, e organiza os próximos quatro anos do país, já contando o primeiro ano do próximo presidente da República, como acontece para Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, neste momento.

Quando o governo do estado está elaborando aqui o seu PPA, já conta o PPA para o próximo orçamento, porque sempre o primeiro ano de qualquer prefeito, de qualquer governador, de todo o presidente da República consta como o primeiro orçamento feito pelo governo anterior para garantir a matriz orçamentária. Então, dessa forma trabalha os quatro anos.

O maior recurso, é claro, é a seguridade social e fiscal que leva no bolo do PPA; o segundo maior recurso está nas agências de crédito em nível nacional; os fundos com 4%; os demais com 3% e 7% em investimentos das estatais.

Esses recursos estão desta forma distribuídos: R$ 2.353 bilhões para a seguridades social; R$ 253,6 bilhões para investimentos das estatais; R$ 1,8 bilhões para renúncia fiscal; R$ 12,7 bilhões para plano de dispêndio global; R$ 138,7 bilhões para fundos; R$ 704,5 bilhões para agências oficiais de crédito e R$ 104,7 para parcerias.

Estão distribuídos da seguinte forma no bolo do PPA Nacional - e por isso há desenvolvimento -, o setor produtivo fica com a maior fatia, 36%; a área social com 28%; a questão da infra-estrutura, principalmente a questão do PAC com 20%; a questão da segurança, que aparece como um eixo, antes não aparecia com tantos recursos em nível nacional, com 5% do bolo distribuído no Brasil; a administração com 4% e demais com 7%.

No setor da infra-estrutura há uma grande quantidade de recursos para o financiamento de energia, seja eólica, biodiesel, fóssil, solar ou outras formas de energia renovável, com grande financiamento, tendo em vista a questão do crescimento econômico e a previsão da dificuldade de energia para os próximos anos no Brasil.

Outro setor é o transporte, que aparece com R$ 55,7 bilhões, 14%.

Outra questão importante é o saneamento, com R$ 20,9 bilhões. Esses R$ 20,9 bilhões que aparecem no saneamento, quero dizer para todos que é o maior investimento dos últimos 25 anos, se cumprindo nos próximos anos no Brasil. Nos 25 anos passados não foi investido tanto no estado brasileiro como será investido no saneamento nos próximos anos no Brasil por parte da União. Urbanismo com 4%, e a comunicação com 7%.

Os objetivos gerais, que estão descritos pelo próximo PPA:

- Promover a inclusão social e a redução das desigualdades;
- Promover o crescimento econômico, ambientalmente sustentável com geração de emprego e distribuição de renda;
- Proporcionar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com eqüidade, qualidade e valorização da diversidade;
- Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia, e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos;
- Implantar uma infra-estrutura eficiente e integradora do território nacional;
- Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do território nacional;
- Fortalecer a inserção soberana internacional e a integração sul-americana;
- Elevar a competitividade sistêmica da economia, com inovação tecnológica;
- Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos;
- Promover o acesso com qualidade à seguridade social, sob a perspectiva da universalidade e da eqüidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização.

Estratégia de Desenvolvimento. As três grandes agendas. O PPA, colocado como estratégia macro por três anos, remete um pouco do próprio investimento que nós colocamos anteriormente, e gostaria de chamar a atenção para as três agendas.

- Plano de desenvolvimento da educação - PDE;
- Agenda social do governo federal;
- O Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, vem para dentro do PPA com uma estrutura organizativa de implementação das políticas de infra-estrutura do governo federal, para os próximos quatro anos. Estão distribuídos da seguinte forma:

Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE

- Aumentar a qualidade da educação básica pública no Brasil;
- Reduzir a taxa de analfabetismo;
- Ampliar a rede de ensino profissional e tecnológico;
- Ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior.

Esses recursos que estamos vendo, são R$ 61 milhões de investimentos no país. Não vou repetir todo o quadro apresentado aí, vamos para o segundo, sobre o qual quero me deter especialmente.

O próximo quadro coloca como investimento estratégico a questão da educação básica brasileira. Esse investimento estratégico de educação básica se dá principalmente pela oportunidade do Fundeb, que vai criar, com certeza, uma nova marca de investimento na educação nos próximos quatro anos, porque universaliza a educação da creche ao ensino médio brasileiro. Por isso traz para dentro do PPA, pela primeira vez, a universalização desse investimento de educação brasileira.

Importante isso, porque está aqui o Beto Cury, o governo federal está começando a realizar as primeiras conferências da juventude. Vai ser lançada, às 17h na Assembléia Legislativa a Conferência da Juventude, porque 33% da nossa juventude no Brasil pode acessar à universidade porque conclui o ensino médio, mas 67% sequer pode acessar o ensino médio, pode acessar a universidade, porque não conclui o ensino médio neste país. Então, há uma necessidade de investimento do estado extraordinário.

A segunda questão é o ensino tecnológico. Santa Catarina já tem um plano de investimento e no Brasil existem 150 unidades de Cefets novas previstas no PPA nos próximos quatro anos. Maiores que as atuais existentes no país até hoje.

Toda a história do Brasil dos próximos quatro anos está prevista, sem esquecer a questão do ensino superior, porque o Brasil alfabetizado, com investimento do governo federal para a educação de jovens adultos e também o acesso a universidade, mesmo que esteja com menos recursos, até pela demanda que tem em nível nacional, mas a possibilidade que o presidente Lula desenha para os próximos 4 anos, é dobrar o número de estudantes em universidades públicas, em vagas públicas oferecidas pelo governo federal nos próximos quatro anos.

Nas agendas sociais previstas nesse montante, eu gostaria de chamar a atenção para algumas questões mais específicas da questão da Agenda Social brasileira. Há recursos tanto para a questão de gênero, como para a questão indígena e cultural; há recursos para a questão do Pronasci, que entra forte na questão de investimentos para os próximos quatro anos - e é preciso chamar a atenção para essa questão de investimento na Segurança.

Mas há recurso também, que aparece na tabela seguinte, continuado, tanto para o Bolsa Família em nível nacional, como também para a Política Nacional de Juventude, que tem R$ 7.381 bilhões. Também há investimentos novos colocados no PPA pela primeira vez, por parte do governo federal, com uma política de universalização do atendimento ao jovem que está fora da sala de aula e do mercado de trabalho, principalmente o jovem de 15 a 24 anos, na questão do ProJovem e outras políticas de cobertura, mas também que vai de jovens de 15 a 29 anos em outras políticas.

E também há recursos para a indenização das comunidades Quilombolas previstas na questão do PPA.

Nos investimentos também da agricultura familiar, o povo que trabalha nessa área, haverá uma continuidade de investimentos estratégicos, senadora Ideli Salvatti, que aumenta, para os próximos quatro anos - e é importante a imprensa saber. O financiamento da agricultura familiar será no valor de R$ 10 bilhões.

Então, há um aumento continuado no investimento no Pronaf nacional. Mas há uma coisa nova: mais R$ 10 bilhões para os próximos quatro anos. Isso significa que há R$ 12 bilhões sendo investidos neste ano, temos o acréscimo de R$ 10 bilhões para os próximos quatro anos, podendo chegar dessa forma a R$ 22 bilhões no final de quatro anos só no Pronaf em Santa Catarina, que é o estado que tem o maior investimento em contratos do Pronaf do Brasil, por incrível que pareça.

Mesmo sendo um estado pequeno, temos o maior investimento. E é bem aceito, quero dizer para todos vocês, especialmente no nordeste, onde o Pronaf é uma coisa nova, porque ele estava mais para o sul do Brasil e não estava nacionalizado.

Mas há uma coisa nova para a qual eu gostaria de chamar a atenção: junto com 2,4 milhões em contratos, está-se propondo, para os próximos quatro anos, no Brasil também, o investimento da assistência técnica para 2,4 milhões de famílias. Esses setores da área técnica, Epagri, MDA e outros setores que estão aqui presentes têm isso em conta, pois antes não havia assistência técnica financiada. Havia ausência de assistência técnica ao pequeno produtor. Então, agora veio o financiamento junto com a assistência técnica do governo federal ao pequeno produtor. Portanto, o governo federal volta a investir nessa questão.

Os outros recursos: investimentos continuados na Habitação. Habitação e saneamento tem um total de 95,9 bilhões de investimentos. Então, a política habitacional e o setor de construção civil, que está em franca expansão nacional, têm contribuído, de forma significativa, para a elevação do PIB na oferta habitacional nacional. O estado continua o investimento nessa área, assim como também na questão do saneamento, como anteriormente já havia colocado.

Para região sul: abastecimento de água, recursos carimbados, há R$ 441,7 milhões previstos; esgotamento sanitário - e o presidente da Casan, Walmor De Luca, está presente -, para a região sul há R$ 1.286 milhão previstos; manejo de águas pluviais, R$ 155,7 milhões; saneamento integrado, R$ 187,2 milhões; urbanização de assentamentos precários, R$ 732,3 milhões; num total de R$ 2.802,9 milhões de investimentos. Essa é uma área de recursos já carimbados, fora os recursos que podem ser elaborados e articulados pelos prefeitos e governadores de estado.

Outras questões que aparecem e que são importantes ter presente no ponto de vista da região sul:

• Modernização e adequação do sistema de produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas, no Paraná, com R$ 5,2 bilhões;

• Modernização e adequação dos sistemas de produção da Refinaria Alberto Pasqualini, no Rio Grande do Sul, com R$ 1,1 bilhão de investimentos;

• Implantação da usina termelétrica Candiota III, no Rio Grande do Sul, com R$ 749 milhões;

• Implementação da usina hidrelétrica Mauá, com 361 *megawatts* e Sistemas de Transmissão Associados em 230 quilowatts, com 41 quilômetros e 110 quilômetros de extensão - a Eletrosul conhece bem isso - com R$ 490 milhões;

• Ampliação de sistema de transmissão de energia elétrica na região sul (realização de 38 quilômetros e reforços em nove subestações), R$ 120,8 milhões;

• Implantação da usina termelétrica Sepé Tiaraju (Canoas) - segunda fase, com acréscimo de 90 *megawatts*, através de ciclo combinado, em Canoas, R$ 138,7 milhões;

• Construção do terminal de passageiros, de sistemas de pistas e pátios, de estacionamentos de veículos e acesso viário no Aeroporto Internacional de Florianópolis, R$ 301,7 milhões - é o aeroporto novo com esse investimento na previsão para a região sul;

• Ampliação dos sistemas de pistas e pátios e de macrodrenagem do Aeroporto Internacional de Curitiba, RS 122,7 milhões;

• Ampliação de Pista de Pouso/Decolagem do Aeroporto Internacional de Porto Alegre, RS 128,1 milhões - então, os três grandes aeroportos do sul foram contemplados com investimentos estratégicos previstos no PPA nos próximos quatro anos, nas demandas, inclusive, levantadas pelos três estados;

• Apoio à provisão habitacional de interesse social na região sul, R$ 238,3 milhões;

• Apoio à melhoria das condições de habitabilidade de assentamentos precários na região sul, R$ 137,1 milhões;

• Apoio à urbanização de assentamentos precários, no estado do Paraná, R$ 157,6 milhões;

• Manutenção de trechos rodoviários - na BR-116, no estado do Paraná -, R$ 119,3 milhões;

• Manutenção de trechos rodoviários - na BR-476, no estado do Paraná -, R$ 79,8 milhões.

• Dragagem e aprofundamento do canal de acesso ao porto de Rio Grande, RS - R$ 165 milhões;

• Ampliação de molhes do canal de acesso ao porto de Rio Grande, RS - R$ 168 milhões;

• Construção do trecho rodoviário, Esteio- Sapucaia, na BR-448, RS, R$ 250 milhões;

• Adequação de trecho rodoviário - Rio Grande-Pelotas, na BR-392, RS, R$ 285 milhões;

• Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul-Jaraguá do Sul- na BR-280, SC, R$ 123,4 milhões;

• Adequação de trecho rodoviário - Palhoça-divisa SC/RS, na BR-101, SC, R$ 803,2 milhões;

• Manutenção de trechos rodoviários, na BR-282, SC, R$ 101,2 milhões.

É importante salientar que sempre a maior emenda da bancada catarinense nos últimos anos foi a BR-282. Nessa previsão do PPA, quero dizer a vocês que não precisam mais ter emenda da bancada catarinense para a manutenção dessa rodovia, porque os recursos são para a manutenção total e recuperação total dessa rodovia, além da previsão da conclusão dessa rodovia, que está no PPA dela também. E a ordem de serviço que a ligará com a Argentina, que vai ser dada nos próximos dias, provavelmente, pelo presidente da República.

Então, só para ter presente aos deputados gaúchos, catarinenses e ao movimento social, trouxe um pouco das grandes obras estruturantes que estão previstas. No relatório que vocês receberam há o relatório total da região sul, que está na mão de vocês. Não podia trazer o relatório total para não tomarmos um tempo maior na questão do relatório total, mas o relatório total está na mão de cada um de vocês. Gostaria de perguntar à assessoria da comissão do Orçamento se é possível distribuir também aos integrantes da mesa o relatório resumido de investimentos que estão previstos e já carimbados para a região sul.

Uma coisa importante, para concluir esta apresentação no tempo que o presidente me deu aqui: há um cenário macroeconômico muito bem desenhado para os próximos quatro anos no PPA. Com esse investimento, sem dúvida nenhuma vamos ter um PIB mínino de 5% nos próximos quatro anos, desenhado na projeção muito otimista por parte do governo federal. Inclusive com o controle inflacionário previsto um pouco acima da média que estamos vivendo, hoje, no Brasil, com uma taxa de 4,5 e prevendo uma pequena oscilação possível inflacionária sempre um pouco mais otimista do que a real, necessária, inclusive, para a previsão econômica. E uma taxa de câmbio de certa forma quantitativa controlada, que é o exercício mais difícil do ponto de vista da economia.

Mas uma das coisas importantes, que está na tabela seguinte e que quero chamar a atenção, é a redução real e continuada da taxa Selic, tão exigida e tão reivindicada pelo povo brasileiro. Nos próximos quatro anos, esse investimento e a redução da taxa Selic remetem também a capacidade investimento do governo federal, porque reduz o custo da dívida pública, com uma redução real significativa de cada ano, chegando a uma taxa real Selic de 3.86%, somada a inflação com 8.5% no final de 2011.

Então, isso demonstra, de certa forma, para o setor produtivo nacional que vamos ter uma redução gradativa da taxa Selic. E com isso teremos uma oportunidade de investimento estratégico cada vez maior para o setor produtivo nacional, desenhado pela própria sustentação da economia e estabilidade econômica, desenhado pela frente nesse sentido também.

Há outra questão importante que o senador presidente da comissão e o nosso relator José Pimentel levantavam - e o senador Paulo Pain não está aqui hoje -, e que era uma reivindicação antiga do senador Paulo Pain quando deputado federal, porque ele reivindicava sempre que o salário mínimo pudesse ser acima de US$ 100.

Então, já dobramos esse valor, mas vamos ter a continuidade de investimento, do crescimento real do salário mínimo, mesmo não sendo um salário que nós e o povo brasileiro desejamos. Mas, com certeza, cada ano estamos vivendo um melhor salário mínimo da nossa história nos últimos anos no Brasil, e com um crescimento chegando a uma previsão de R$ 558,00 no final dos quatro anos.

Isso é possível pelos investimentos feitos, mas também por um projeto já aprovado do governo federal, tanto no Senado, como na Câmara dos Deputados, com um aumento real do salário mínimo acima da inflação, com um crescimento econômico previsto de 5% a média da PIB, podendo ser maior ou podendo ser um pouquinho menor, dependendo do crescimento, mas otimista é podendo ser maior nos próximos quatro anos no Brasil.

Neste sentido, cada deputado federal tem dez emendas. Cada bancada de cada estado tem cinco emendas. Nós vamos privilegiar, dessa forma, o debate que foi feito aqui e a mobilidade da região sul de cada emenda, de cada debate, de cada reivindicação aqui levantada.

Vamos distribuí-las de forma igual para cada deputado e senador, mesmo àqueles que não puderam estar aqui presentes, hoje - o deputado Ângelo Vanhoni, o André, do Paraná, e a gauchada, em maior número, estão aqui presentes -, já que estamos em sessão na Câmara dos Deputados. E mesmo assim temos um grupo de cada bancada de cada estado que veio representar o seu estado aqui, porque os demais tiveram que se deslocar a Brasília, porque o Arlindo convocou uma sessão extraordinária.

Então, alguns vão conseguir bonificar a falta, com a anuência do nosso presidente, porque amanhã estão previstas votações grandes, como a continuidade da CPMF e outras matérias no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados. Assim, vamos privilegiar dessa forma.

Sem dúvida nenhuma, para concluir, senhoras e senhores, acho que com o cenário desenhado para os próximos quatro anos, do ponto de vista da economia e da realidade que vivemos, podemos viver os melhores quatro anos do Brasil, como eu tenho falado, na sua história, pelos investimentos estratégicos continuados na Educação brasileira, pelos investimentos estratégicos continuados na questão social neste país, pelos investimentos estratégicos em todas as rodovias, com obras de recuperação total, aeroportos e portos.

Eu nem falei dos portos do Brasil. Do sul, citei um deles, que é o maior investimento de todos os portos. Todos os portos catarinenses estão com investimentos acima de R$ 20 milhões, de R$ 30 milhões por parte do governo federal, nos próximos quatro anos. Com esses investimentos estratégicos, nós vamos viver bons anos. E de fato nós poderemos trabalhar nos próximos quatro anos no Brasil para que o povo cada vez possa ter mais qualidade de vida, melhoria de renda e possibilidade de ascensão de fato à educação para que as pessoas sejam cada vez mais críticas e participativas nesse processo de cobrança e de construção de um país melhor.

E que cada um de nós possa contribuir nesse processo fazendo a nossa parte no sistema confederativo nacional e no sistema também de cobrança e de organização, porque depende essencialmente dos governos dos estados e dos prefeitos, nessa parceria longa construída nesse sistema confederativo nosso, para implementar isso. Mas depende de nós, também, agentes públicos, sejam eles do Parlamento estadual, municipal e federal, construir de fato este Brasil cada vez mais promissor para todos nós.

Dessa forma vamos colher, com certeza, no final desses quatro anos, os melhores anos que podemos viver no Brasil em termos de atendimento às políticas públicas e cumprimento de metas de governo, porque o governo traz o PAC que tem começo, meio e fim, bem como também um processo organizativo e gerencial jamais visto na história da República nacional. E cada governo tem que ser melhor do que o governo que o antecedeu. E nesse sentido acho que o presidente Lula coloca um desafio para o próprio governo dele em relação ao governo anterior.

Quero dizer a todos vocês, deputado Jorginho Mello, que quero fazer o melhor relatório com o rosto, a cara e o jeito do nosso povo. Tem que ter o rosto, a cara e o jeito do nosso povo para construirmos o melhor relatório e também para termos o melhor PPA dos próximos quatro anos sendo cumprido anualmente pelo Orçamento.

E a primeira parte é a do Zé Pimentel, nosso relator do Orçamento, que está construindo o próximo Orçamento do ano que vem, que será a base desse PPA na tarde de hoje.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Parabéns ao deputado Cláudio Vignatti, pela bela exposição, que, aliás, não é novidade. Nós sabemos, pois em todas as audiências que já realizamos, o brilho foi sempre o mesmo.

Com a palavra o relator-geral do Orçamento da União, deputado federal José Pimentel.

O SR. DEPUTADO FEDERAL JOSÉ PIMENTEL - Quero desejar uma boa-tarde a todos e a todas aqui presentes e dizer que é uma alegria estar mais uma vez na nossa Santa Catarina, na Assembléia Legislativa.

Estive aqui no mês de junho coordenando a Caravana Nacional do Simples Nacional, quando recebemos um conjunto de demandas e reivindicações no setor produtivo da nossa Santa Catarina. E aquelas reivindicações resultaram na Lei Complementar n. 0127 e atendemos uma boa parte delas.

No que diz respeito ao setor de Transportes, fizemos uma composição política na Câmara e no Senado, envolvendo os governadores. E a partir de 1º de janeiro de 2008 estarão totalmente resolvidas aquelas demandas do setor de transportes.

Quero, para iniciar, saudar e abraçar o nosso senador José Maranhão, o presidente da nossa comissão Mista do Orçamento e registrar que a sua maneira diligente e cuidadosa com que tem conduzido os debates naquela comissão tem permitido que ela vote a tempo todos os projetos que ali chegam.

Da mesma forma, nesse sistema de audiências públicas tem estado presente, dando toda a condução e viabilizando os meios para que possamos sair da nossa Paraíba, a sua terra, ou do nosso Ceará, como eu saí às 3h para estar aqui ao meio-dia e participar desta bela audiência pública.

Quero registrar que sou muito grato, como já colocou o nosso relator Cláudio Vignatti, pela forma com que v.exa. tem conduzido os nossos trabalhos.

Gostaria de registrar que o deputado Cláudio Vignatti é uma das belas aquisições que o Congresso Nacional e a Câmara Federal têm recebido, pela maneira como ele tem conduzido o debate das questões nacionais, das questões regionais, sem nunca esquecer das questões da nossa Santa Catarina.

Por isso, quero registrar que o povo de Santa Catarina tem no Cláudio Vignatti também um excelente representante, assim como também junto aos nossos senadores: a nossa senadora Ideli Salvatti, o nosso senador Neuto De Conto, a nossa bancada federal aqui presente e que representa o nosso estado.

Saúdo o deputado Manoel Júnior, dizendo que ele é um deputado de primeiro mandato, mas chega com uma dedicação muito forte, com a sua experiência de gestor municipal e de deputado estadual e relata uma das matérias mais importantes do nosso Orçamento 2008, que é a Relatoria Setorial de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes.

Quero saudar aqui o secretário de estado Mauro Mariani, que representa nessa audiência o sr. governador.

Deixei para saudar por último o nosso presidente da comissão de Finanças e Tributação, deputado estadual Jorginho Mello, para, em seu nome, saudar toda a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, dando um forte abraço à assessoria do Congresso Nacional, em especial ao nosso representante do ministério do Planejamento, que nos ajuda muito nessas audiências.

Começo a minha fala registrando a presença de alguns membros do Congresso Nacional: o deputado Luiz Carlos Busato, coordenador da bancada gaúcha; o deputado Vilson Covatti, que integra também a coordenação nacional das micro e pequenas empresas; o deputado José Carlos Vieira; o deputado Décio Lima; o deputado Nelson de Lima; o deputado Djalma Berger; os deputados André Vargas, Edinho Bez e Celso Maldaner, sem esquecer de citar o meu grande companheiro, deputado Tarcísio Zimmermann.

Gostaria de dizer que o deputado Tarcísio Zimmermann com a sua experiência de secretário na comissão do Trabalho, tem dado uma grande contribuição à Câmara e ao Congresso Nacional nesse debate.

Quero abraçar o nosso deputado João Matos, que coordena a bancada federal de Santa Catarina e também acolhe ali toda a demanda que a bancada estadual tem regularmente encaminhado ao Congresso Nacional.

Quero registrar inicialmente que em 2008 nós teremos um valor do Orçamento Geral da União menor que o de 2007. Na página 10 deste manual que a comissão Mista elaborou, vocês vão encontrar que o valor total do Orçamento Geral da União de 2008 é de R$ 1,414 bilhões, enquanto que o Orçamento de 2007 foi de R$ 1,560 bilhões. E essa diminuição se dá exatamente por conta da redução dos juros que o Brasil estava pagando tanto no que diz respeito à dívida externa, quanto à dívida interna. Portanto, o Orçamento da União de 2008 reduzirá porque em 2008 o povo brasileiro pagará menos juros do que pagamos em 2007. Esse é o resultado de um grande esforço de todo o pacto federativo dos nossos municípios, fazendo o superávit dos nossos estados e também da União. E o resultado desse esforço permitirá em 2008 o Brasil comemorar um orçamento nominalmente menor do que em 2007 porque os banqueiros do Brasil e os banqueiros do mundo vão receber menos juros do povo brasileiro. Esse é o resultado da diminuição.

Na outra ponta, temos o aumento significativo nos investimentos da União no ano de 2008. Esses investimentos somam a quantia de R$ 90.862 bilhões. E, desse montante de investimentos, a região sul está recebendo R$ 5.663 bilhões, além das programações nacionais e dos investimentos das estatais. As estatais, em especial a Petrobras, tem um investimento muito grande na região sul, tendo em vista a demanda de energia para que continue crescendo em desenvolvimento e fazendo inclusão social.

O segundo grande registro é que o Congresso Nacional reservará boa parte do seu tempo discutindo o novo valor do salário mínimo. Era um debate muito forte que envolvia as centrais sindicais, os vários setores da sociedade e todo o Congresso independentementeda sua identidade político-partidária. Essa agenda, felizmente está resolvida para o Orçamento de 2008. O salário mínimo está fixado em R$ 407,33, permitindo que o Congresso Nacional e a sociedade brasileira tragam para a Agenda Nacional outros temas, e esse salário mínimo já é superior a US$ 200. Conversando com o deputado Cláudio Vignatti, em outros momentos, sempre lembrava que nós temos um deputado federal, hoje senador, que tinha como compromisso toda semana fazer um pronunciamento sobre um salário mínimo de US$ 100 dólares. De 2007 para cá esse senador mudou a agenda porque o salário mínimo já superou esse valor e estamos discutindo outros temas.

A terceira grande agenda do Congresso Nacional é a Lei Kandir, a preocupação de todos os secretários da Fazenda, dos governos e das bancadas estaduais e também federais. No Orçamento de 2008 está reservada a quantia de R$ 3,9 bilhões para a chamada Lei Kandir. O que é isso? Ressarcir o estado das isenções tributárias no setor de exportação. Sabemos que isso não resolve na sua totalidade, mas é um bom início para se fazer esse debate. E precisamos trazer para a agenda do dia a reforma tributária para que efetivamente esse acerto do pacto federativo deixe de estar no Orçamento todo ano e permita aos nossos governos municipais e estaduais terem um planejamento mais consistente e a partir dali evitar essa preocupação se no ano seguinte terá ou não o ressarcimento pela Lei Kandir. E é por isso que estamos reservando os dois últimos meses de 2007, novembro e dezembro, para iniciar este grande debate e o primeiro semestre de 2008 para resolvermos a questão da reforma tributária, que é uma exigência do pacto federativo, particularmente, da sociedade brasileira.

A quarta grande preocupação do Orçamento é com relação à saúde pública, ao cumprimento da Emenda Constitucional n. 29, ou seja, desde 2004 que esta emenda determina que os recursos da saúde pública para o SUS, no ano seguinte, será o valor realizado do ano anterior acrescido da inflação e mais o crescimento real do PIB. O Orçamento de 2008 vem totalmente atendido no que diz a Emenda Constitucional n. 29.

No entanto, esta forma é insuficiente para atender a demanda crescente da saúde pública brasileira. E nós precisamos regulamentar a Emenda n. 29, para que a partir do ano seguinte tenhamos uma sistemática mais realista e mais transparente para atender os hospitais públicos, seja das regiões sul, sudeste, norte ou nordeste. E precisamos, acima de tudo, ter um investimento ano/aluno e ano/habitante muito próximo de toda a realidade brasileira. E em 2008 talvez essa seja uma das maiores demandas das bancadas do Congresso Nacional, da Frente Parlamentar da Saúde, do relator setorial e deste relator geral para que possamos nos aproximar cada vez mais do montante de recursos de investimentos. Portanto, esta tem sido uma daquelas demandas que tem aparecido com muita intensidade nas várias audiências públicas que estamos fazendo pelo Brasil, particularmente na Frente Parlamentar da Saúde Pública que atua no Congresso Nacional com muita força.

O quinto grande item de demandas que tínhamos no Congresso Nacional era o investimento ano/aluno por unidade da federação. Com a criação do Fundeb, boa parte deste tema está resolvido, no entanto é preciso registrar que o Fundef foi excelente instrumento para universalizar o ensino médio e ficava sob a responsabilidade dos nossos prefeitos. E aqui o nosso prefeito presente tem clareza disso, de que o ensino fundamental dependia dos recursos públicos municipais e em especial o sistema de creche, com muita dificuldade. E o ensino médio ficava sob a responsabilidade dos estados. Em 2008 o Fundeb atenderá parte desta demanda, mas no Brasil o Pró-Infância, que é o programa de construção de creches, de escolas no ensino infantil, os municípios necessitarão de muito aporte no Orçamento de 2008. Os municípios que tiveram nota de até três pontos percentuais estarão contemplados, mas os municípios com média acima de três pontos percentuais, naquela Prova Brasil, estarão no Orçamento de 2009. E nós estamos conversando, tanto a Frente Parlamentar da Educação como as bancadas federais, deputados e senadores, deputadas e

senadoras de cada estado para que possamos antecipar a meta de 2009, para 2008, para que com isso os nossos municípios, os nossos prefeitos e prefeitas possam ter uma estrutura melhor do ensino infantil, do pró-infância, para poder atender a essa demanda.

Temos outra grande demanda - e parte dela está atendida - que diz respeito ao Brasil universitário. Neste aspecto os três estados da nossa região sul receberam valores relativamente significativos. No entanto, esses valores atendem muito bem o sistema universitário e o sistema de Cefets. A nossa Santa Catarina estará recebendo neste ano de 2008 a quantia de R$ 337 milhões, tanto para a Ufsc, para o Cefets, para as escolas técnicas e também para os Cefets que estão autorizados a serem construídos em 2008. Da mesma forma, o volume de recursos para o nosso Rio Grande do Sul e para o nosso Paraná, são valores razoáveis.

No entanto as escolas de ensino médio profissionalizantes têm um volume menor no Orçamento da União. E precisamos assegurar para que cada escola do ensino médio tenha ao seu lado o anexo de escola profissionalizante, de maneira que o aluno, ao terminar o ensino médio, possa ter também uma profissão de acordo com a economia regional, com a economia do seu estado. E no Orçamento de 2008, o volume constante é de R$ 80 milhões, insignificante para a demanda dos 26 estados e do Distrito Federal. E esse é outro item que vai exigir das nossas bancadas federais também uma atenção muito forte para que possamos atender essas demandas.

Um sexto item, de cobrança muito grande no Congresso Nacional, diz respeito as nossas rodovias, a maneira de melhorá-las, ou seja, de investir mais no sistema rodoviário, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Todas as rodovias federais destes três estados têm investimentos no ano de 2008; no caso concreto de Santa Catarina, soma R$ 868.370.000,00. Deste montante, o maior volume está na BR-101; ali nós temos a quantia de R$ 583 milhões de investimentos, em 2007.

Portanto, o sistema rodoviário, no caso dos três estados, tem um investimento significativo. Já o Rio Grande do Sul tem a quantia de R$ 554.132.000,00. E precisamos ter um olhar forte no transporte urbano e, no caso concreto do Rio Grande do Sul, nós tínhamos o projeto do metrô de São Leopoldo a Novo Hamburgo, mas tivemos um problema na licitação, que está sendo refeita. E hoje temos uma grande demanda para a construção do metrô de Porto Alegre. Nós precisamos verificar que esse segmento necessita ter clareza e conversar com a comissão permanente de Viação e Transporte da Câmara, para que possamos ter uma emenda da comissão voltada para esse modal de transporte de passageiros.

Mas ao mesmo tempo, toda a bancada federal do Rio Grande do Sul, senadores e deputados unidos, já apresentaram essa demanda, tanto ao relator do PPA, para que ele inclua essa importante obra no planejamento de 2008, 2009, 2010 e 2011, como também já estiveram com este relator, fazendo a mesma reivindicação, para que possamos colocar, já no Orçamento de 2008, uma quantia razoável para concluir todo o projeto executivo, ambiental e técnico. E, se possível, fazer a licitação.

E dentro do cronograma eles estão conversando com o governo da cidade de Porto alegre, com o governo do estado, com a Câmara de Vereadores, com a Assembléia Legislativa, com o Congresso Nacional, com a Casa Civil e com o Ministério dos Transportes, para que possamos ter as condições para que essa obra se torne uma realidade. E este será um grande esforço de toda a bancada do Rio Grande, que tem tanto no presidente da comissão Mista, o senador José Maranhão, e no Congresso Nacional, a melhor atenção para que possamos iniciar esse importante instrumento de transporte de pessoas, homens e mulheres. Em especial, desafogar a malha viária daquela importante cidade.

Portanto eu quero aqui, de antemão, registrar que na comissão Mista do Orçamento, desde a nossa Presidência até junto a todos que a integram, há uma atenção muito forte para com essa demanda. Lembrando que o Orçamento tem certo limite, e nós precisamos fazer a priorização entre aqueles itens que mais demandam cada estado e cada região.

Para finalizar, quero dizer que todas as demandas aqui apresentadas, como muito bem já colocou o nosso relator do PPA e do nosso presidente da comissão mista, estão sendo analisadas. E para aquilo que já está no Orçamento de 2008, veremos se os recursos são suficientes. E aquelas demandas que ainda não estão no Orçamento de 2008, estamos encaminhando a todos os deputados, a todos os senadores da bancada daquele estado e às comissões permanentes para que possamos, dentro do possível, atender o máximo dessas demandas.

Por isso, quero registrar que o retorno a nossa Santa Catarina para este relator é uma grande alegria. E queremos agora ouvir as várias demandas, os vários questionamentos. E aquilo que não conseguirmos dar resposta ainda hoje, ficaremos à disposição para que, em seguida, possamos encaminhar via bancada de Santa Catarina, do Paraná e do Rio Grande do Sul essas medidas, essas informações que, porventura, surgirem.

Portanto, nosso presidente, muito grato pelo espaço e estou à sua disposição para dar continuidade à nossa audiência.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Agradeço ao deputado José Pimentel pela sua exposição.

Agora passo a palavra ao deputado Manoel Júnior, relator do Orçamento de Educação, Esporte, Ciência e Tecnologia.

O SR. DEPUTADO FEDERAL MANOEL JÚNIOR - Sr. presidente, quero cumprimentar a mesa, em nome do presidente da comissão de Finanças e Tributação do Orçamento desta Casa; cumprimentar o presidente senador José Maranhão, especialmente o povo de Santa Catarina; meus colegas deputados federais, os srs. deputados estaduais, a população aqui presente, as entidades e também a imprensa, na pessoa do companheiro membro da comissão de Orçamento e relator do Plano Plurianual deputado Cláudio Vignatti, que não obstante ser um parlamentar de um estado rico, de um estado diferenciado da minha região, o nordeste, é um deputado que tem demonstrado a sensibilidade, na ausculta que fizemos em várias audiências públicas nas diversas regiões deste país. E a sensibilidade de Cláudio Vignatti em entender e compreender as grandes diferenças deste país continental que demanda, da nossa parte, o esforço maior para tentar reparar aquilo que não foi feito no passado.

Quero cumprimentar também meu companheiro e professor de comissão o nosso deputado José Pimentel, relator do Orçamento de 2008, e dizer que passo por um momento importante da minha vida política, na minha vida pública, por ser deputado federal do primeiro mandato, mas não obstante ser o sexto mandato na minha vida pública e já fui prefeito de cidade de médio porte.

Quero dizer que a comissão Mista de Orçamento se encontra num momento muito bom. É presidida por alguém que tem uma experiência e um histórico importante na vida pública deste país, o senador José Maranhão, meu companheiro lá da Paraíba; tem dois relatores, José Pimentel e Cláudio Vignatti, que fazem um trabalho em parceria e sintonia plena. E temos um regimento da nossa comissão, a Resolução n. 01, que disciplina com mais transparência as nossas funções.

Quero aqui também cumprimentar toda a consultoria da comissão Mista do Orçamento, na pessoa do companheiro Fábio Godin, que é o chefe da consultoria do Orçamento do Senado e dizer que a relatoria setorial que recai sob a minha responsabilidade que, sem dúvida nenhuma, é muito grande, é formada por quatro pastas, quatro ministérios, é a área temática de n. 04: Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Esporte.

Aqui já foi dito praticamente tudo pelo Cláudio Vignatti e por José Pimentel. Um falou do PPA, o outro falou do Orçamento e efetivamente nós queremos é ouvir as entidades e absorver aquilo que porventura o Executivo não pensou quando mandou a peça orçamentária para a comissão Mista do Orçamento. Mas quero dizer que o volume de recursos dessa área, a área temática quatro, é de R$ 38,1 bilhões. A grande maioria, 82%, é na área da educação.

Dos R$ 31,2 bilhões da área da educação para o ano de 2008, a maior parte, 51,3%, será destinada para a área do ensino superior, para as instituições de ensino superior, não apenas para a manutenção, como também para a expansão dos *campi* universitários pelo Brasil afora. Serão criados 63 *campi* que serão, na realidade, extensões de universidades já existentes.

Além disso, como disse o deputado Cláudio Vignatti, o governo federal lançou também o PAC da Educação, o PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação -, e esse se fundamenta em quatro pilares fundamentais:

- Combate ao analfabetismo,
- Educação básica,
- Educação profissionalizante,
- Educação Superior.

Então, são esses os quatro pilares fundamentais para os próximos quatro anos, aqui também já dissecados pelo deputado Cláudio Vignatti e pelo deputado José Pimentel. Nós não temos nada a ditar.

Ainda a educação, em relação ao Orçamento de 2007, teve de operar para o ano de 2008, na proposta remetida pelo Executivo, um aumento de 18,4% dos valores fixados para a LOA de 2007.

No tocante à Ciência e Tecnologia, nós temos um aspecto a comentar. Nos países desenvolvidos, geralmente são destinados 3% das despesas do Orçamento para pesquisa e para investimentos em ciência e em tecnologia. Nós não conseguimos chegar ainda lá, mas para a proposta de 2008 já demos um passo adiante: os investimentos aumentaram em torno de 8,4%, chegando a 3% das despesas líquidas. É muito pouco para um Brasil que tem ainda uma responsabilidade muito grande com o seu povo, não apenas na formação da educação formal, mas, principalmente, na formação da nossa população para o futuro, um futuro que já estamos vivendo no presente. Ou seja, preparar os nossos cidadãos para o mundo globalizado que hoje domina o nosso planeta.

Nessa área da Ciência e Tecnologia, nós temos não só o CNPq, mas o Fundo Nacional de Ciência e Tecnologia, que recebe os dois o maior aporte do Orçamento deste ministério.

Área da Cultura. Essa área, deputados Cláudio Vignatti e José Pimentel, é a área que mais cresceu proporcionalmente no Orçamento. O ministro Gilberto Gil trabalhou com competência junto à área econômica, que muitas vezes se torna insensível diante de alguns pedidos, e elevou o Orçamento da cultura em R$ 650 milhões, aproximadamente, para R$ 1,83 bilhão. Desses recursos, a grande parte, vamos dizer assim, está alocada, direcionada no Fundo Nacional da Cultura, ou seja, o maior percentual desses recursos está alocado nesse dispositivo orçamentário do ministério.

Na área do esporte, se vocês observarem o PLOA para 2008, vão se surpreender. Houve um decréscimo nominal no Orçamento dessa pasta, mas isso por conta dos recursos que foram subtraídos em relação ao Orçamento de 2007, que eram alocados para o PAN. Na verdade, se tirarmos os R$ 270 milhões que foram acrescidos no Orçamento de 2007 do ministério do Esporte, o Orçamento de 2008, em relação ao Orçamento de 2007, ainda terá um incremento de R$ 108 milhões.

O ministro Orlando Silva nos tem feito um apelo para que sensibilizemos as bancadas estaduais a apresentar emendas ao Orçamento do ministério do Esporte. Sem dúvida alguma, o trinômio ciência e tecnologia, educação de qualidade e esporte, não esquecendo também a nossa cultura, as nossas raízes, com certeza é um caldo propício ao desenvolvimento da nossa sociedade.

Nós queremos aqui dizer que nos sentimos extremamente honrados de fazer parte desse time que tem percorrido o Brasil inteiro, tem auscultado a sociedade e, não obstante a minha inexperiência na área, nós estamos procurando aprender muito com o deputado José Pimentel, com o deputado Cláudio Vignatti, sob o olhar responsável do senador e presidente José Maranhão.

Quero aqui cumprimentar os colegas e vamos ouvir as sugestões das entidades.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Convido para fazer uso da palavra o sr. deputado Tarcísio Zimmermann.

O SR. DEPUTADO FEDERAL TARCÍSIO ZIMMERMANN - Obrigado, sr. presidente, por ter compreendido aqui a situação de alguns parlamentares da bancada gaúcha.

Queria cumprimentar o sr. deputado Jorginho Mello e o senador José Maranhão, os deputados Cláudio Vignatti, José Pimentel e Manoel Júnior pela bela exposição que fizeram aqui. Penso que a sociedade sai enriquecida e engrandecida com as informações que v.exas. trazem sobre o Plano Plurianual e sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Queria, rapidamente, aqui, sr. presidente, apresentar três reivindicações. Primeiro, o deputado José Pimentel já comentou aqui que nós temos uma situação que já dura desde 2001 de uma licitação feita para a conclusão das obras da primeira etapa do metrô que liga São Leopoldo a Novo Hamburgo. Mas essa licitação terá de ser refeita e para isso precisamos que o Orçamento federal contemple recursos para que esta obra possa ser realizada. Infelizmente, nem o PPA nem o Orçamento federal contemplam os recursos para essa obra. E, da mesma forma, para que possa ser contemplado este grande anseio da cidade de Porto Alegre, que de fato se vê corretamente na contingência de precisar de um meio de transporte que seja mais sustentável do ponto de vista ambiental.

Segundo tema: no dia de ontem completou um ano desde que ocorreu a grande tragédia com a mortandade de mais de 80 toneladas de peixe no rio dos Sinos. O rio dos Sinos é o rio que banha 32 municípios da região metropolitana, que abastece de água 1,8 milhões de habitantes e que se encontra numa situação de gravíssima deteriorização, e essa inclusive foi a causa dessa mortandade de peixes.

Nós vamos apresentar uma emenda representando o consórcio dos municípios, o primeiro consórcio intermunicipal, que se constituiu sob a nova lei federal que disciplina os consórcios intermunicipais. Os municípios que compõem os 32 municípios constituíram o consórcio intermunicipal e nós vamos apresentar uma emenda tanto ao PPA quanto ao Orçamento, para que sejam contemplados recursos específicos para o saneamento deste rio que se apresenta, como eu disse, numa situação de gravíssima emergência ambiental.

E um terceiro tema que nós também procuraremos contemplar é a reivindicação histórica da região do Vale dos Sinos, que pretende construir um hospital de pronto-socorro regional. Nós vamos incluir esta emenda tanto no PPA quanto na lei orçamentária.

Quero parabenizar a comissão de Orçamento por esta bela iniciativa de realizar esses eventos regionais.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Quero parabenizar o sr. deputado Tarcísio Zimmermann pela capacidade de síntese que demonstrou neste discurso, exatamente dentro do prazo, apresentando três substanciosas reivindicações.

Com a palavra o deputado Vilson Covatti.

O SR. DEPUTADO FEDERAL VILSON COVATTI - Sr. presidente, srs. deputados relatores, colegas deputados e comunidade da região sul do país, eu também quero ser muito breve para apresentar quatro sugestões e parabenizar a comissão de Orçamento por ter vindo debater aqui na região sul as suas prioridades.

Eu apresento para o Plenário a necessidade da nossa universidade - uns dizem Uninorte, que é outra universidade federal da fronteira do Mercosul -, que já é do conhecimento dos srs. relatores de ambas as bancadas, que é a forma multicampus.

Também quero apresentar a necessidade de nós destinarmos um recurso ao programa Pró-Rio Uruguai - Aqüífero Guarani, do estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Vamos fazer integrado com as duas bancadas. Também, a pedido do presidente da Famurs, dos municípios do Rio Grande do Sul, nós queremos apresentar a necessidade de uma dotação orçamentária para a ligação asfáltica dos municípios que não têm asfalto no Rio Grande do Sul, que dá aproximadamente 1.800 quilômetros, e a necessidade de dotar os 496 municípios do Rio Grande do Sul de infra-estrutura no ministério das Cidades.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o deputado Afonso Hamm.

O SR. DEPUTADO FEDERAL AFONSO HAMM - Em primeiro lugar, quero dizer da satisfação de realizarmos aqui na Assembléia Legislativa de Santa Catarina, no sul do país, a reunião dos três estados, com a representação, naturalmente, do nosso senador José Maranhão, que é o presidente e com o qual já trabalhamos na LDO - Lei de Diretriz Orçamentária, com o deputado Pimentel, da relatoria do Orçamento de 2008, e com o Cláudio Vignatti, que é deputado desta terra e que com muita competência está conduzindo o PPA.

De forma rápida - o nosso coordenador Busato vai detalhar os investimentos, os recursos e as emendas que temos em relação ao Rio Grande do Sul -, eu queria detalhar, pedir, reivindicar, na presença dos demais colegas deputados federais, cumprimentando os demais deputados, lideranças e entidades, e eu também falo aqui como presidente da Frente Parlamentar da Fruticultura, ao senador, que é o nosso relator também lá no Senado junto às questões agrárias e agricultura e que é da terra, uma coisa que ficou fora.

A fruticultura, hoje, abriga cinco milhões de famílias de norte a sul, de leste a oeste. E nós incluímos uma emenda na LDO que não aparece, aparentemente, no PPA, ao menos não a localizei no Orçamento de 2008, que contempla a fruticultura e que é inclusive uma diretriz em termos de plano orçamentário, em termos de governo. Mas por que ela não está?

Então, este é o questionamento e uma posição forte em relação à participação desses recursos, a fim de podermos contemplar todos os programas estaduais. Aqui no sul temos a maçã, a uva e o vinho; temos a manga no nordeste, no Vale do São Francisco e pelo país afora.

O segundo assunto, rapidamente, diz respeito às questões ligadas à energia.

Para concluir, eu quero informar que eu estive na quinta-feira e na sexta-feira em Santa Catarina participando de uma reunião de discussão com parlamentares aqui do estado sobre a questão do carvão mineral. Inclusive a senadora Ideli Salvatti é a presidente da Frente e eu sou o vice-presidente. Mas nós temos a questão relacionada ao aproveitamento dessa matriz que ocupa apenas 1,6% da energia gerada. O que é que nós queremos? Nós queremos três usinas prioritárias que o nosso coordenador vai apresentar. Ceival, no Rio Grande do Sul, a usina aqui de Santa Catarina e uma terceira no estado do Paraná. E foi contemplada lá na LDO uma emenda também para uma escola técnica na área do carvão mineral para a formação de mão-de-obra, formação de técnicos para o Rio Grande do Sul, a exemplo da escola que eu visitei em Criciúma.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o senador Neuto De Conto.

O SR. SENADOR NEUTO DE CONTO - Eminente senador José Maranhão, é com alegria que o cumprimento na minha terra e no meu estado pelo trabalho, pela luta e por tudo que faz pelo Brasil.

Cumprimento os deputados José Pimentel, Manoel Júnior, Cláudio Vignatti e o deputado Jorginho Mello, que está presidindo esta sessão.

Eu assomo esta tribuna, primeiramente, para registrar, sr. presidente, os anseios de Santa Catarina, que são muitos. Vou somente enumerar três que acho de extrema necessidade para o desenvolvimento e para o crescimento do nosso estado.

A Universidade Federal de Santa Catarina já estabeleceu que vai implantar uma ramificação para o sul, uma para o norte e uma para o meio-oeste. Vai ficar a descoberto o oeste de Santa Catarina, com o estudo gratuito de terceiro grau.

Portanto, a proposta primeira é a universidade do Mercosul ou a extensão da Universidade Federal para o oeste de Santa Catarina.

A BR-282, que corta o país só em chão catarinense, do oceano Atlântico à divisa com a Argentina, tem recurso suficiente para toda a sua obra, que será também uma biocêanica que vai ligar o oceano Atlântico ao Pacífico, ligando a Argentina e o Chile, e formará um corredor de importação, exportação e de encurtamento de distância, principalmente para a Ásia.

A terceira proposta são as ferrovias. A ferrovia que nós queremos é para escoar a produção dos catarinenses, ligando o oeste com os portos de Santa Catarina, para que possam escoar o frango, o suíno, enfim, toda a produção do nosso estado, pois as rodovias não suportam mais, a não ser que elas sejam duplicadas. Mas a rodovia mais barata carrega mais, transporta com menos custo e, conseqüentemente, a ferrovia do oeste aos portos é uma das importantes obras para o nosso estado.

Agradeço pela oportunidade, sr. presidente, senhoras e senhores.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o deputado federal Luiz Carlos Busato, coordenador da bancada. Em seguida nós vamos chamar um representante da sociedade civil intercalando com um deputado.

O SR. DEPUTADO FEDERAL LUIZ CARLOS BUSATO - Muito obrigado, presidente, agradeço a deferência em virtude da nossa viagem.

De imediato citarei três reivindicações que são inerentes à bancada do Rio Grande do Sul. Uma delas é a criação de um fundo orçamentário para a recriação da Sudesul, que seria um órgão de desenvolvimento dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. Evidentemente o nosso Trensurb, o prolongamento do Trensurb de São Leopoldo a Novo Hamburgo, a Linha 2 do metrô de Porto Alegre e o rebaixamento do trem em Canoas, onde prejudica enormemente.

Mas eu quero usar o tempo que temos aqui para fazer uma sugestão, e vendo esta imensa bancada, essa reunião de gaúchos, catarinenses e paranaenses, vou solicitar e convocar todos os nossos parceiros para que se forme a bancada da região do sul, porque vemos a força que têm as bancadas do norte e do nordeste. Convoco, então, os parceiros, os deputados federais, os senadores, para, em Brasília, fazermos uma reunião. Somos 77 deputados e nove senadores. Setenta deputados correspondem a 15% da Câmara Federal, por isso acho que temos que unir esforços a partir desta reunião para começarmos a lutar pelos estados da região sul.

Vemos os exemplos das bancadas de São Paulo e do Nordeste, que unidos têm conseguido muitas coisas para os seus estados, acho que é esse o exemplo que temos que seguir.

É essa a sugestão, sr. presidente, que trago a todos os colegas parlamentares, uma reivindicação para nos unirmos, darmos as mãos para fortalecer a região sul.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o sr. Vitor Bolzan.

O SR. VITOR BOLZAN - Boa-tarde a todos! Em nome do sindicato dos metroviários, da categoria metroviária, trazemos aqui uma saudação a toda a bancada gaúcha, que na integralidade apoiou a emenda ao orçamento pela extensão da Trensurb até Novo Hamburgo e pela criação da Linha 2.

Nós queremos falar, a todos os presentes, da importância que tem a criação do metrô de Porto Alegre, que denominamos de Linha 2, pela condição que tem de ser o meio de transporte ecologicamente correto, um meio de transporte seguro e que tem a prerrogativa de oferecer, neste momento, para a sociedade gaúcha, um transporte que tem a condição de reduzir drasticamente os índices de acidentes de trânsito na nossa capital.

Nós defendemos aqui não o corporativismo da classe metroviária, o nosso sindicato se orgulha de fazer uso desta tribuna em defesa do interesse da sociedade gaúcha e do usuário da Trensurb e também da condição de oferecer para a nossa população um transporte que descentralize as políticas de rodoviarismo, que têm sido implementadas na maioria das capitais brasileiras, indo ao encontro de todas as propostas de governo de atender essas necessidades de respeito ao meio ambiente.

Então, é essa a manifestação do sindicato, saudando a bancada gaúcha que na sua integralidade apoiou essa emenda pela Linha 2 da Trensurb.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o deputado federal Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO FEDERAL ANGELO VANHONI - Sr. presidente, srs. deputados, convidados, autoridades dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná.

Eu quero propor no PPA uma emenda muito simples. Na realidade duas dizem respeito ao estado do Paraná e uma diz respeito ao Brasil.

Nós temos algumas universidades e instituições de ensino superior, tanto municipais como estaduais espalhadas pelo Brasil. No entanto, para fazer com que o ministério da Educação e o governo alcancem a meta de dobrar o número de estudantes no ensino público, estou propondo a criação de um programa de apoio às instituições públicas de ensino superior. Isto é, uma verba do MEC para que, desde que se crie uma vaga, desde que a estrutura esteja feita, que já se tenha o laboratório, tendo a universidade pode-se criar um curso público à noite, municipal ou estadual e o governo Federal pode ajudar no pagamento de professores.

Há uma emenda tramitando no senado, de autoria do senador Osmar Dias e há uma emenda também tramitando na Câmara dos Deputados.

Então, esse programa seria o ProUni das universidades públicas estaduais e municipais em todo o território nacional. A outra proposta que trago diz respeito ao turismo no meu estado, no estado do Paraná.

Nós estamos propondo a criação de um terminal turístico no porto de Paranaguá que possa receber navios que fazem turismo na costa brasileira. Mais ou menos a projeção de custo está na ordem de R$ 30 milhões. Vocês de Santa Catarina sabem da importância do turismo. O meu estado tem um litoral muito pequeno, mas tem um potencial turístico que pode ser aproveitado, então a construção de um berço para receber os navios de passageiros no porto de Paranaguá é muito importante para o nosso estado.

São essas as duas emendas que eu gostaria de rapidamente propor aos srs. deputados que estão discutindo o orçamento do nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra, o sr. Humberto Kasper, representante da empresa de trens urbanos de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

O SR. HUMBERTO KASPER - Sr. relator do PPA 2008/2011, deputado federal Cláudio Vignatti e deputado federal José Pimentel, relator da LOA. Como representante da empresa, gostaria de fazer a saudação a todas as entidades do sul, de Porto Alegre, da região metropolitana do estado, que vieram aqui apoiar essa importante iniciativa da nossa bancada Federal, no sentido de ampliar o metrô de Porto Alegre. Em especial queríamos rapidamente citar aqui o apoio do governo do estado do Rio Grande do Sul; a secretaria de Infra-Estrutura e Logística do estado do Rio Grande do Sul; a Prefeitura de Porto Alegre; a Câmara de Vereadores; a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional; a Universidade Federal do Rio Grande do Sul; a Federação Gaúcha de Futebol; o Esporte Clube Internacional; o Grêmio Foot Ball Porto Alegrense; o Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul; Região Um do Planejamento Municipal do Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre; Temática de Circulação e Transporte do Orçamento Participativo de Porto Alegre; Sindicato dos Metroviários; Sindicato dos Engenheiros; Instituto dos Arquitetos do Brasil; Sindicato dos Técnicos Industriais; Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal; Instituto da Juventude de Porto Alegre; União das Associações de Moradores e Municípios de Alvorada; Associação de Moradores Estrela Cristina; Associação dos Amigos das Praças de Porto Alegre; e conjunto de outras entidades que estão aqui presentes, Sindicato dos Metroviários; Sindicato dos Engenheiros etc...

Queremos saudar em nome da empresa o apoio e a presença, todas elas assinando emenda no sentido de viabilizar o projeto da Linha 2 do metrô de Porto Alegre.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Cumprimento o deputado federal José Pimentel, relator do orçamento, cumprimento os demais membros da mesa, srs. parlamentares, todos que participam desta audiência pública.

Em dois minutos, apenas, apresentarei três grandes prioridades do PPA, que é o pensamento estratégico 2008/2011.

Primeiro, que é fruto do acúmulo dos movimentos sociais de tantos parlamentares estaduais, da nossa bancada e de outras bancadas federais, que é a universidade federal do Mercosul, que tem abrangência no Oeste de Santa Catarina, sudoeste do Paraná, e noroeste do Rio Grande do Sul. Essa é uma reivindicação pluripartidária de uma grande região que abrange 415 municípios dessa chamada mesorregião, fronteira do Mercosul, que não tem universidade federal. Já estivemos com o ministro da Educação e temos certeza de que isso será acolhido no PPA e no Orçamento.

Segunda grande reivindicação: sou professor universitário há 20 anos, e há 20 anos tenho convicção que a integração do nosso estado com o Mercosul, não só economicamente, mas culturalmente, socialmente e ambientalmente, é construir um novo instrumento de transporte que é a ferrovia da integração do nosso estado com os estados vizinhos, revitalizando os existentes e integrando com os países do Mercusul.

A terceira reivindicação tem inclusão social, tem programa Bolsa Família, educação de jovens e adultos, e este país, assim como o Pronaf, tem que incluir um programa nacional de desenvolvimento da economia solidária como o Pronaf da Agricultura Familiar, tem que ter um programa para a inclusão social e econômica na cidade de...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o sr. Henry Quaresma, diretor das Relações Industriais da Federação da Indústria de Santa Catarina.

O SR. HENRY QUARESMA - Sr. presidente, deputado José Pimentel, na verdade, além de representar a Federação das Indústrias de Santa Catarina, estou representando o Fórum Industrial Sul, que envolve a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, do Paraná e Santa Catarina.

As federações têm feito um trabalho de monitoramento e de apresentação de pleitos na área de infra-estrutura de transportes para a região sul, que são obras necessárias para a competitividade da região.

A outra linha, além das obras de infra-estrutura de transportes, já foi comentada aqui, são os ressarcimentos dos créditos de ICMS, que só na região sul totalizam R$ 2.6 bilhões que não foram ainda repassados aos estados. Então, são essas duas grandes linhas de ação que estamos propondo.

A primeira, com relação à infra-estrutura de transportes, os grandes objetivos são as linhas de escoamento, o acesso aos portos e complementação de aeroportos, que são sistemas que vão, na verdade, melhorar a competitividade da estrutura já existente.

Então queria apresentar essas sugestões e entregar aos senhores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o sr. deputado Ratinho Júnior, do PSC, do Paraná.

O SR. DEPUTADO FEDERAL RATINHO JÚNIOR - Sr. presidente deputado José Pimentel, saúdo todos os srs. deputados presentes. Saúdo também o deputado Cláudio Vignatti, muito obrigado pelo convite e por nos acolher em Santa Catarina.

Venho em nome do povo do Paraná, mais precisamente do povo de Curitiba, a região metropolitana, fazendo essa sugestão para o PPA, pela importância da implantação do metrô de Curitiba.

Curitiba atingiu 1.8 milhão habitantes na cidade, 3.5 milhões na região metropolitana juntamente com a capital, e por muitos anos foi referência no transporte coletivo. Isso há 10, 15, 20 anos. Hoje Curitiba tem o seu transporte coletivo defasado, sendo a cidade que mais cresce em número de automóveis, entrando nas suas ruas, a cada ano, oito vezes mais do que o crescimento populacional.

Chegou o momento importante, a cidade de Curitiba e sua população está exigindo uma obra deste porte, até porque está comprovado, através de pesquisa do governo federal, que a população no Brasil todo, o trabalhador vem gastando 24% do seu salário com o transporte coletivo, pelo alto custo desse tipo de transporte. Chegou o momento de haver mecanismos de transporte de massa que reduza custos e facilite a vida do trabalhador, para que ele possa gastar menos. Então a nossa sugestão é a implantação do metrô de Curitiba com muita urgência.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel)- Com a palavra o sr. Vitório Albani da Silva, representante da União das Associações dos Moradores de Alvorada, do Rio Grande do Sul.

O SR. VITÓRIO ALBANI DA SILVA - Ao cumprimentar o presidente da mesa gostaria de cumprimentar todos os deputados, deputadas e a todo o pessoal do movimento popular do estado do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná.

Gostaríamos de dizer que estamos aqui não só em nome da União de Associações de Moradores de Alvorada, mas também em nome da Fegam - Federação Gaúcha de Associações de Moradores, e da Conam, que pediram que representássemos aqui o seu departamento de transportes.

O assunto é o mesmo para nós da região metropolitana de Porto Alegre, que é uma região que só perde hoje para o ABC Paulista com relação ao crescimento habitacional devido ao êxodo rural, e na minha cidade, Alvorada, que como Lindeira, Porto Alegre e Viamão, 90% da mão-de-obra sai por esses eixos para trabalhar fora do seu município.

Então, o que estamos aqui solicitando é essa obra metroviária, que se for aprovada, se conseguirmos verba para a mesma, está previsto que uma fase inicial ficará pronta só em 2023, e a fase do anel, fechando o metroviário, só para 2033.

É uma população que não pode esperar mais. Para a linha 2 já foi aprovado o projeto, já foi pago e tudo, há nove anos. A população não agüenta mais, não há mais como esperar. A minha cidade fica a 17 quilômetros do centro de Porto Alegre e leva, na hora do pico, em torno de uma hora e meia para o deslocamento.

Era isso o que queríamos pedir em nome da Fegam, da Conam e da Uama.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o deputado Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, senhores e senhoras que aqui estão, rapidamente quero reforçar a questão da universidade do Mercosul, que é importante que seja contemplada no PPA, e a questão da ferrovia do frango, que é extremamente importante para o desenvolvimento da região sul integrada com outros estados.

Além disso, há uma emenda que diz respeito aos três estados do sul e de todo esse nosso país, que é a questão de contemplar, através do programa nacional de educação, por alternância das casas familiares rurais. Só para se ter uma idéia, temos a presença das casas familiares em mais de cinco continentes. São mais de 1.300 centros familiares. No Brasil temos 248 centros familiares presentes em 21 estados. Só na região sul são 68 casas familiares atendendo 820 municípios, que já formou 65 mil jovens e que tem hoje, em formação, mais de 20 mil jovens.

Portanto, essa emenda está contemplando essa grande e importante necessidade do setor produtivo deste nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o sr. Sérgio Botelho, presidente da Fazenda da Esperança em Santa CatarinO SR. SÉRGIO BOTELHO - Excelentíssimo sr. deputado José Pimentel, relator da Lei Orçamentária 2008, e em seu nome eu saúdo os demais membros da mesa.

Nós acabamos de formalizar junto aos consultores do Orçamento uma proposta de emenda para a Fazenda da Esperança, que é uma comunidade terapêutica que trabalha com jovens dependentes químicos do álcool e da droga. Hoje somos 44 comunidades no Brasil e em oito países, com cerca de 2 mil jovens em recuperação. Aqui em Florianópolis, eu sou o responsável. Nós temos 20 jovens em recuperação e há mais de 150 pedidos de internação. Infelizmente, a nossa capacidade é muito pouca.

Eu gostaria de fazer um apelo à bancada dos deputados e senadores da região sul para nos apoiarem nessa proposta de emenda, pois queremos muito ajudar esses jovens que hoje passam por esse problema da droga, do álcool e desses demais vícios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o deputado federal Celso Maldaner, do PMDB de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO FEDERAL CELSO MALDANER - Deputado José Pimentel e demais colegas deputados, vou ser bem objetivo. Muitas questões já foram aqui levantadas, mas, só para lembrar, quero dizer que no ministério dos Transportes temos, inclusive, no PPA a manutenção da BR-158, e gostaríamos de entrar com uma emenda para incluir o valor de R$ 18 milhões para concluir essa BR-158, ligando a BR-282 até a SC-469.

Também queremos lembrar o projeto do gasoduto, que desde 2001 vem sendo estudado e trabalhado pelo extremo oeste, o que é muito importante, como também pedir ao ministério da Saúde que priorize equipamentos para o Hospital Regional de São Miguel d'Oeste, em torno de R$ 14 milhões.

Como também queremos incluir as Casas Familiares Rurais, no sentido de serem reconhecidas pelo Fundeb como ensino profissionalizante. Infelizmente, as Casas Familiares Rurais não são reconhecidas e gostaríamos que fossem reconhecidas. Endossamos aqui outras reivindicações que já foram colocadas como o Corredor Bioceânico, a universidade do oeste e tantas outras reivindicações.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o sr. Marco Arildo Prates da Cunha, representante dos transportes urbanos de Porto Alegre.

O SR. MARCO ARILDO PRATES DA CUNHA - Boa-tarde a todos e a todas! A nossa saudação ao senador José Maranhão, presidente desta comissão; aos deputados Cláudio Vignatti e José Pimentel e a todos os deputados da bancada gaúcha que, juntos, têm articulado em prol desse projeto, que não é da Transurb, mas é um projeto construído em parceria com o governo do estado do Rio Grande do Sul e com a prefeitura de Porto Alegre.

Quero agradecer a presença do secretário do Planejamento do estado do Rio Grande do Sul e da Federação do Comércio do Rio Grande do Sul - Fecomércio -, do Sindicato das Indústrias da Construção de Estrada, Pavimentação e Obra de Terraplanagem - Sicepot -, do Sindicato da Construção Civil de Porto Alegre - Sinduscon -, e do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre - Sindilojas .

Então, é uma emenda para o metrô de Porto Alegre, que conta com o apoio dos três entes federativos, mas também com amplo apoio de toda a sociedade gaúcha, pela importância e pela significação que tem para o município de Porto Alegre, para a organização da mobilidade urbana no município de Porto Alegre.

Olhando essa obra, se iniciarmos conforme o planejado, em 2009, teremos condições de tê-la concluída a tempo da realização da Copa do Mundo de 2014.

Quero agradecer mais uma vez aos deputados federais gaúchos pela inclusão dessa emenda no PPA.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o sr. deputado federal Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Nobre senador José Maranhão, é um prazer tê-lo aqui em Santa Catarina. Quando eu brinquei sobre São José, foi porque v.exa. é um devoto dele e eu também.

Deputado José Pimentel, meu amigo, meu irmão de longa data, ao citá-lo, quero estender-lhe os meus cumprimentos e em especial a todos que vieram aqui.

Resumidamente, vamos citar alguns projetos. Também fomos secretário de estado da Infra-Estrutura em Santa Catarina e conheçemos bem o nosso estado. Elencamos aqui - embora daremos continuidade, deputado Pedro Baldissera, lá em Brasília, no Fórum Parlamentar Catarinense, junto com o do Rio Grande do Sul - obras e projetos da infra-estrutura turística para o estado de Santa Catarina, com uma previsão orçamentária de R$ 150 milhões. Depois nós detalharemos.

Conclusão dos dois aeroportos regionais, um em Jaguaruna e outro em Correia Pinto. Construção da ferrovia litorânea, com a previsão orçamentária para R$ 250 milhões. Neste momento, apenas para o projeto, na ordem entre R$ 15 e R$ 20 milhões. Nós vamos ligar Imbituba até Araquari. Já temos de Siderópolis até Imbituba, e também cortando o oeste, na divisa com a Argentina.

Obras para a infra-estrutura hídrica e dragagem no município até 100 mil habitantes; construção e adequação dos portos para o funcionamento de terminais de passageiros no estado de Santa Catarina, com um orçamento de R$ 950 milhões; duplicação da rodovia SC-438, trecho Braço do Norte - Tubarão, que é uma reivindicação antiga, uma das rodovias mais movimentadas do nosso estado; construção do trecho de acesso à BR-101, em Santa Catarina, também com uma previsão orçamentária; construção da rodovia Interpraias em Santa Catarina, que é muito importante; despoluição da bacia do rio Tubarão, com previsão orçamentária de R$ 100 milhões; saneamento e habitação em municípios com até 150 mil habitantes - importantíssimo; inclusão para a pavimentação da BR-285, de Araranguá até a divisa com o Rio Grande do Sul.

Sobre o carvão mineral, quero endossar o que foi falado aqui; e na área de saúde, os hospitais. Pelo amor de Deus, temos todos que estar atentos aos nossos hospitais no Brasil inteiro! E liberação de recursos para o Aqüífero Guarani.

Era isto, e daremos continuidade em Brasília!

Muito obrigado e parabéns a todos que estão aqui presentes!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Temos um aviso aqui: lançamento das Conferências Estaduais da Juventude, que será no auditório Antonieta de Barros, às 17h de hoje.

Com a palavra o sr. Ronaldo Sielichow, representante do Fecomércio, do Rio Grande do Sul, e do Sindilojas de Porto Alegre.

O SR. RONALDO SIELICHOW - Sr. presidente, demais autoridades já mencionadas, senhoras e senhores, sou presidente do Sindilojas, do Sindicato do Comércio de Porto Alegre, em Alvorada. Representamos 17 mil empresários do setor do comércio varejista. Estamos de total apoio, pois Porto Alegre precisa de mais metrô, e essa iniciativa, hoje, é a oportunidade de sensibilizar todos os senhores aqui presentes.

Em nome da Fecomércio do estado do Rio Grande do Sul, quero deixar um abraço e também a solidariedade do dr. Flávio Sabbadini, presidente, e externar que todos os benefícios aqui mencionados, colocados, não são só para Porto Alegre, nem tão-pouco só para a região metropolitana, mas, sim, para todo o estado do Rio Grande do Sul. Essa obra irá melhorar o trânsito. Pelo fato de Porto Alegre ser a capital, o pessoal do interior também, constantemente, precisa chegar até lá. E isso não é mais possível, tanto no aspecto do número de pessoas, como no de veículos.

E o metrô é a nossa solução! Porto Alegre precisa de mais metrôs!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o deputado estadual Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, senador José Maranhão, deputado José Pimentel, relator do Orçamento juntamente com o deputado Cláudio Vignatti, do nosso estado de Santa Catarina, quero me somar aqui à demanda pelo término da construção da BR-282 e da construção do Corredor Bioceânico unindo o oceano Atlântico ao oceano Pacífico, que é muito importante para o desenvolvimento da nossa região sul.

Assim como fez o deputado Pedro Uczai, também gostaríamos de dizer que queremos a Universidade Federal da Mesorregião do Mercosul para atender a todo o oestão do estado de Santa Catarina, o Rio Grande do Sul e o estado do Paraná, uma região vasta, ampla, que fica a 600 ou 700 quilômetros da primeira universidade federal pública. Portanto, é absolutamente importante.

Quero pedir permissão para me somar à defesa da Linha 2 do Trensurb de Porto Alegre, campanha pela qual já militei no ano 2000, quando fui lá apoiar o Edson dos Santos na eleição municipal e essa era uma demanda daquela cidade. Parabenizamos pelo trabalho que estão fazendo, dizendo que nós nos somamos, sim, nessa luta, assim como ao metrô em Curitiba e, por que não, aqui no estado de Santa Catarina, na nossa Grande Florianópolis, que possui filas de carros cada vez maiores todos os dias.

Gostaria de dizer ao deputado Cláudio Vignatti que já temos toda a explicação. Fizemos uma audiência pública aqui sobre o Pronasci, o PAC da Segurança Pública. Mas, como policial militar que sou, todos os servidores da Segurança Pública de Santa Catarina querem que o nosso estado seja incluído no PAC da Segurança, assim como estão Porto Alegre e Curitiba.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o sr. Osvani Gonçalves, presidente do Sindipesca - Sindicato dos Pescadores do Estado de Santa Catarina.

O SR. OSVANI GONÇALVES - Quero cumprimentar todos os senhores e as senhoras aqui presentes, desejando-lhes uma boa-tarde!

Gostaria de dizer que o sindicato está encaminhando um pedido para que seja incluída no Orçamento 2008/2011 a dragagem do canal do vale do Tijuca e o pedido de desassoreamento do complexo lagunar, porque as famílias que vivem lá só com a pesca estão empobrecendo cada vez mais. E o desassoreamento não foi contemplado, em momento algum, pelos deputados federais de Santa Catarina no Orçamento de 2008/2011.

Então, essa é a clamação do Sindicato dos Pescadores, em virtude dessa necessidade do desassoreamento do complexo lagunar e do nosso cartão-postal, a Lagoa da Conceição, pois a cada dia que passa está ficando irreversível o estado daquela lagoa.

Há outra reivindicação. O sindicado irá encaminhar o pedido aos deputados federais em Brasília sobre a necessidade do transporte marítimo atendendo às cidades de Florianópolis a São José; Florianópolis a Palhoça e Florianópolis a Biguaçu, e vice-versa, uma vez que o sistema de via expressa já não comporta mais o tráfego nessa rodovia.

Também quero pedir a retirada de verbas do Orçamento da União para a construção de prédios das Justiças federais e estaduais, porque já deram um mau exemplo para a sociedade brasileira, que foi a construção do prédio do TRT de São Paulo, pelo Lalau.

Então, pedimos a retirada dessa verba para construção de prédios públicos, principalmente da Justiça, porque ela tem um orçamento próprio. E esses valores deveriam ser investidos em outras prioridades para a sociedade brasileira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o deputado estadual Professor Grando, do PPS de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente José Pimentel, eu gostaria de abordar um assunto muito importante, pela realidade de Santa Catarina, mas também dos três estados do sul, sobretudo na questão de bacias hidrográficas.

Só em Santa Catarina há um pedido de 168 PCHs, Pequenas Centrais Hidrelétricas, dentro da política de energia. Mas todas elas estão paralisadas por não haver recursos e estudos para elaborar a outorga para que comecem a ser executadas pela própria iniciativa privada, atendendo a essa demanda.

Essas 168 PCHs darão 2.500 *megawatts*, o equivalente a duas vezes e meia a usina de Itá, a duas vezes e meia a Jorge Lacerda. Seria uma quantia muito grande, pela nossa realidade da Serra Geral e da Serra do Mar.

A questão da energia é tratada no ministério das Minas e Energia; a questão da autorização é tratada no ministério do Meio Ambiente, através da ANA. E como temos que trabalhar com multidisciplinaridade, as coisas acabam não acontecendo e vão travando todo o processo necessário de emergência que necessitamos em torno da energia.

Também há a questão de gerenciamento costeiro, que está vinculada a esse pensamento, e a questão do carvão, sendo que nós podemos ter mais de 60 subprodutos, dentre eles a amônia, que nós importamos mais de cinco milhões de toneladas.

Gostaria de reforçar a questão da Sudesul para os três estados do sul. E precisamos de um terminal turístico. Recebemos muitos navios, mas não temos um terminal turístico para navios de grande porte em Santa Catarina. Assim como o Paraná está reivindicando, nós também reivindicamos. E esperamos que o Rio Grande do Sul também reivindique, mas, essencialmente, na ilha de Santa Catarina!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SRF. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o sr. Jakson Pinelli, secretário especial de Aqüicultura e Pesca do Paraná.

O SR. JAKSON PINELLI - Gostaria de cumprimentar e, ao mesmo tempo, parabenizar o senador José Maranhão, a sua equipe e o sr. Pimentel, e de agradecer pela oportunidade de poder trazer essas demandas do setor que podem se tornar propostas e contribuir para a nossa sociedade e também para o Orçamento que venha a atingir a população.

Eu falo em nome da área de aqüicultura e pesca do meu estado do Paraná, o qual represento junto ao governo federal, coordenando a secretaria especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República.

As colocações que serão feitas aqui fazem parte de um aparato de questões que foram levantadas nos últimos quatro anos no setor. Por duas vezes estivemos juntos com o setor através de conferências nacionais e estaduais. E neste momento em que nos é oportunizado que questões sejam colocadas para a comissão, queremos esclarecer que essas colocações foram feitas a alguns deputados federais do estado do Paraná, à bancada do estado, e já estão protocoladas neste momento na mesa, através da bancada estadual do Partido dos Trabalhadores do Paraná, que colocou as propostas que fizemos para esse setor, na semana passada, numa apresentação.

Então, pelo tempo que dispomos, e tentando não atrasar mais o evento, colocamos aqui, na realidade, cinco propostas, mas que estão detalhadas, como falei, já documentadas, já protocoladas, que seriam na área de infra-estrutura, na área de assistência técnica e extensão pesqueira, na área de ensino, na qual, inclusive, os companheiros de Santa Catarina tratam da Casa Familiar do Mar, conforme foi falado pelo companheiro gaúcho. E aqui o Paraná também coloca a necessidade das Casas Familiares Rurais e de Mar para capacitar essas pessoas que irão trabalhar nesta área.

E ainda, em cima de cooperativismo, o acesso das pessoas à questão cooperativista, e mais a parte de parques...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o sr. Roberto Carlos Vailati, vice-prefeito de Tijucas, Santa Catarina.

(Pausa)

Na ausência do sr. Roberto Carlos Vailati, o próximo orador inscrito é o sr. Adeli Shell, vereador do Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

O SR. ADELI SHELL - Sras. deputadas e srs. deputados, é um prazer estar aqui em nome da Câmara Municipal de Porto Alegre, caro deputado Cláudio Vignatti, meu conterrâneo, para reivindicar, como vocês viram aqui, uma presença massiva de entidades, de representações de Porto Alegre e da região metropolitana do Rio Grande do Sul para que possamos ampliar a nossa linha de metrô, a Linha 2.

Meu caro senador José Pimentel, para nós isso é fundamental. V.Exa. conhece Porto Alegre e sabe da importância que tem o transporte sobre trilhos, que é um transporte ecologicamente correto. E hoje o desenvolvimento de Porto Alegre depende fundamentalmente da ampliação do metrô. Os argumentos estão colocados. Estou aqui com o vereador Luiz Brás, representando 36 vereadores que têm essa palavra para colocar para os senhores e para as senhoras.

Muito obrigado e espero que possamos fazer essa grande conquista para Porto Alegre e para o Rio Grande do Sul.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o sr. Cézer Luiz Cerutti, da secretaria especial de Aqüicultura e Pesca, da Presidência da República de Santa Catarina.

O SR. CÉZER LUIZ CERUTTI - Sr. presidente, srs. deputados, senhoras e senhores, primeiramente gostaria de cumprimentá-lo, sr. presidente, deputado Cláudio Vignatti, com quem trabalhei muitos anos em Chapecó, na sua época de vereador e eu de secretário da Fazenda; senador José Pimentel, quero cumprimentá-lo por este ato que representa e expressa a democracia não só na discussão do tema, mas também quando se discute recursos, dinheiro. Isso é muito importante!

Venho aqui rapidamente trazer as emendas apresentadas pelo setor pesqueiro e aqüícola de Santa Catarina que chegaram à secretaria da Pesca, aqui no escritório de Santa Catarina. É mais ou menos o que o meu colega do Paraná acabou de relatar, pois são muito semelhantes.

(Passa a ler.)

1. "Adequação e melhoria a acessos aqüaviários e marítimos em Santa Catarina, melhorando assim as atividades de recepção e escoamento de pescado em nosso estado abrangendo 32 municípios;

2. Apoio e implementação à infra-estrutura aqüícula e pesqueira no nosso estado, como fábricas de gelo, unidade de beneficiamento, centros de comercialização, abrangendo 42 municípios do nosso estado;

3. Apoio ao desenvolvimento da maricultura."

Sr. presidente e sr. relator, na questão da maricultura Santa Catarina é o maior produtor de ostra do país. E necessitamos de recursos basicamente para demarcar os parques aqüícolas, ou seja, o plano diretor das águas do mar em Santa Catarina. Um trabalho já em andamento beneficiando assim o aumento da produção em nosso estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE(Senador José Maranhão) - Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, senador José Maranhão, deputado José Pimentel, deputado Cláudio Vignatti, em primeiro lugar gostaria de reforçar o que foi dito aqui e falar da oportunidade que estamos tendo de incluir as nossas idéias e sugestões no Orçamento.

Para ser bastante objetivo, já entregamos uma documentação incluindo o sistema rodoviário na BR-280, que liga o porto de São Francisco do Sul a Jaraguá do Sul e que já está contemplado no PPA, mas o trajeto de Jaraguá do Sul a São Bento do Sul não foi incluído. Então, a nossa sugestão é incluir esse trecho na rodovia, porque é importante para a segurança dos usuários, pois é uma rodovia de corredor de todos os produtos do norte catarinense e do sul do Paraná que vêm para o porto de São Francisco.

Srs. deputados e sr. senador, ao mesmo tempo, no município de Rio Negrinho, nós demos a sugestão de incluir recursos para fazer a travessia urbana, bem como na região de Porto União, no desvio. Ou seja, a travessia urbana é deslocada do eixo da cidade, o que vem causando transtornos, principalmente no aspecto de segurança.

Ainda na região de São Bento e Rio Negrinho, norte catarinense, a nossa sugestão foi para incluir uma escola técnica federal que venha, evidentemente, deputado Professor Grando, colaborar com aquela comunidade ou com aquela região fortalecendo a mão-de-obra técnica que é a grande oportunidade que podemos dar ao nosso jovem, para que ele seja incluído na questão da oportunidade de emprego.

Muito obrigado pela oportunidade!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Em seguida, com a palavra o sr. Adilton de Paula, assessor da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Santa Catarina.

O SR. ADILTON DE PAULA - Srs. deputados, senhoras e senhores presentes, sem desenvolvimento humano não há desenvolvimento sustentável e equilibrado. Nesse sentido trago aqui três proposições que gostaria que fossem consideradas.

Primeiro, as doenças e acidentes de trabalho aumentaram imensamente nos últimos anos. Então, é necessário que conste no PPA uma política de pesquisa, conhecimento, localização e atenção à saúde dos trabalhadores e trabalhadoras. É necessário que tenhamos de fato uma política para que possamos barrar esse amplo massacre que é feito hoje. Nós saltamos de 400 mil para 500 mil acidentes e doenças no trabalho na última contabilização dos números.

Segundo, é necessário que tenhamos uma política para a juventude trabalhadora que já está empregada. Nós temos uma série de políticas para o primeiro emprego e para outras questões. Mas, com relação àquele jovem que está trabalhando, e que não tem tempo, não tem condições de estudar e de se qualificar, é fundamental que tenhamos uma política também voltada para a juventude trabalhadora, porque senão estará condenada a viver aviltada nas condições de trabalho que hoje se encontra.

O terceiro item é que sem a inclusão da população negra, não estaremos falando sério em políticas públicas neste país. Inclusive foram retiradas do PPA as questões que beneficiavam a saúde da população negra. E isso tem que ser recolocado, porque senão os atendimentos, as doenças específicas da população negra ficarão prejudicadas. É fundamental também que se inclua um recurso para a construção dos institutos de promoção da igualdade racial e sobre esse assunto será apresentada uma proposta para o Movimento Negro.

Achamos também que este país não crescerá, não vai se desenvolver, não será uma grande nação, se efetivamente não incluirmos as mulheres, os negros e os pobres que mais necessitam do estado e do governo brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Concedo a palavra ao sr. Adilcio Cadorin, ex-prefeito e presidente do Democratas do município de Laguna.

Está presente?

(Pausa)

Na ausência, com a palavra o sr. Roberto Carlos Vailati, vice-prefeito do município de Tijucas.

O SR. ROBERTO CARLOS VAILATI - Gostaria de cumprimentar as autoridades da mesa já nominadas pelo protocolo, e dizer que o Vale do Rio Tijucas é uma grande bacia hidrográfica. Nossa cidade já foi portuária e hoje os nossos pescadores artesanais não conseguem sair com suas embarcações pesqueiras para colocar suas redes na grande bacia que temos, que vai de Governador Celso Ramos até o município de Porto Belo. Nós temos um grande manancial de água, um rio com mais de 100 metros de largura, que precisa de um pequeno investimento por causa da questão do assoreamento do canal. E estamos fazendo um pedido que esse investimento seja colocado no PPA. E se for aprovado há que se destacar, pois nós temos a melhor localização para o investimento náutico do sul do Brasil, que é a nossa bacia. Nós estamos a quatro milhas da reserva biológica do Arvoredo, pelo mar a uma milha e meia da ilha de Florianópolis, a menos de quatro milhas Balneário de Camboriú e a duas milhas nós temos a região de Porto Belo.

Então, nós temos um estudo, que na realidade nós podemos desenvolver a questão da construção naval, a questão do turismo náutico, beneficiando Florianópolis, toda a nossa região litorânea, a costa Esmeralda e trazendo o desenvolvimento para a indústria pesqueira, que hoje tem que adentrar ao congestionado rio Itajaí-Açu, podendo fazer aqui em Tijucas um grande entreposto de pescado...

(Discurso interropido por término do horário regimental).

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o sr. deputado estadual Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente José Pimentel e srs. deputados, eu sou deputado estadual do sul de Santa Catarina, uma das regiões com IDH mais baixo no estado, assim como no planalto serrano, por causa da histórica falta de infra-estrutura. Mas, agora com a duplicação da BR-101 estamos com muita esperança.

Vários projetos começam a desabrochar para o sul do estado, mas essa carência de infra-estrutura precisa ser complementada, além da garantia de recursos para a duplicação da BR-101 que está aqui no Orçamento e também no Plano Plurianual. Existe também a questão da complementação viária como, por exemplo, a via expressa da região carbonífera, que vai ligar a BR-101 ao centro de Criciúma e a toda região carbonífera. Criciúma é a cidade pólo do sul do estado e o anel viário é muito importante.

Há também a questão da infra-estrutura relativa aos portos de Imbituba e de Laguna; a ferrovia litorânea que liga Imbituba ao norte do estado, a malha viária nacional, porque a nossa malha viária regional está deslocada da malha nacional. Então, a ferrovia litorânea é extremamente importante, inclusive para ligar os portos de Imbituba, Laguna, Itajaí e São Francisco.

Precisamos pensar também nas questões das áreas dos aeroportos de Jaguaruna e Diomício Freitas, em Criciúma, complementando essa idéia de infra-estrutura com a BR-101. E temos que implementar ações na área ambiental, porque nós somos uma área crítica nacionalmente.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o dr. José Aloísio Vieira, presidente da Associação Brasileira dos Centros de Hemodiálise e Transplante.

O DR. JOSÉ ALOÍSIO VIEIRA - Sr. presidente, ouvi com muita atenção o deputado José Pimentel falar da necessidade de aprovarmos a Emenda n. 29 para termos mais verbas para a saúde.

Mas quero falar aqui de uma epidemia internacional, que é a insuficiência renal crônica, que gasta no Brasil hoje em hemodiálise R$ 1,4 bilhão para tratar 70.000 pacientes. Em cinco anos esse valor deverá dobrar, porque o número de pacientes também vai dobrar.

Em Santa Catarina nós temos a Fundação Pró- Rim, que é líder dos transplantes renais, fazendo mais de 50% dos transplantes do estado; e existe um Instituto de Educação que tem um programa chamado Educar para Prevenir, justamente para prevenir essas doenças. Temos um centro chamado Vida Center, que necessita de ampliação na área educacional, na área de prevenção e também na área de tratamento.

Queremos construir um hospital com 150 leitos para que possamos ajudar a cidade de Joinville e região, uma vez que a nossa região, deputado e senador, tem um déficit de 300 leitos hospitalares e a região de mil leitos. Os secretários da Saúde locais e da região estão conosco neste projeto.

Gostaria de enfatizar que 97% dos pacientes da Fundação Pró-Rim são atendidos pelo SUS.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o deputado federal André Vargas, do Paraná.

O SR. DEPUTADO FEDERAL ANDRÉ VARGAS - Sr. presidente da comissão de Orçamento, senador José Maranhão; deputado José Pimentel, nosso companheiro deputado Vignatti.

Acho que este debate é fundamental. A democracia, como já foi dito aqui, não é só discutir idéias, mas, sim, orçamento, destinação de recursos. E o governo do presidente Lula tem primado por este aspecto.

E um outro aspecto importante do governo do presidente Lula, da Câmara dos Deputados e do Senado, é o fato de que recursos que estão no Orçamento estão sendo liberados, obras federais estão andando, acontecendo seja nas áreas do ensino ou da saúde. Isso gera uma expectativa muito maior na medida em que se torna realidade, porque houve um tempo no qual o Orçamento era uma peça de ficção e a liberação desse Orçamento dependia de um esforço enorme.

Já entregamos para o sr. presidente a demanda do norte do Paraná que é o Projeto Arco Norte. Também entregamos demandas da região norte como o metrô. E isso é fundamental porque o Plano Plurianual também está sendo executado conforme a previsão.

Portanto, quero saudar a democracia. Hoje o que temos aqui - e temos dito no Brasil todo - é uma festa da democracia, na qual os partidos, a sociedade civil e vários setores da comunidade trazem as suas demandas.

Sr. presidente, quero reforçar as demandas do Paraná e da região sul porque, como ocorre com o resto do país, a região sul tem que estar muito mais organizada para garantir os recursos.

Era isto, sr. presidente!

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o sr. Elton Scapini, do Movimento Pró-Universidade para a Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul.

O SR. ELTON SCAPINI - Sr. presidente, srs. relatores, deputados e demais entidades presentes.

Venho aqui representando o Movimento Pró-Universidade Federal, que é formado por vários movimentos sociais, como a Fetraf, Via Campesina, as Cuts dos três estados, deputados federais, estaduais, vereadores, associações de prefeitos e pelo fórum da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul.

O professor Zeferino da Presidência do fórum teve que se ausentar. Pediu que eu entregasse o plano da mesorregião, no qual consta o projeto da Universidade Federal. Por mais que pensem que estamos numa região economicamente rica, o plano nacional de desenvolvimento regional classifica as microrregiões pertencentes a esta região, como das regiões mais deprimidas da região sul.

Temos nesta mesorregião 1/4 do território da região sul, 1/4 da população da região sul, mas temos apenas um décimo do PIB da mesorregião sul. São 400 municípios, quase quatro milhões de pessoas que esperam por uma universidade.

Então, queremos muito mais que uma emenda, queremos o apoio das bancadas dos três estados a este projeto.

Contamos com o apoio de todos vocês.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o sr. Zeferino Perin, vice-presidente do fórum da Mesorregião do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

(Pausa)

Na ausência do sr. Zeferino Perin, com a palavra o sr. Henrique Guglielmi, gerente de projetos especiais da SDR de Criciúma.

(Pausa)

Na ausência do sr. Henrique Guglielmi, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. Vitório Trovão, diretor do Departamento de Transportes da Fegam.

(Pausa)

Na ausência do sr. Vitório Trovão, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. José Cláudio da Silva, vice-presidente do Sindicato de Engenheiros do Rio Grande do Sul.

(Pausa)

Na ausência do sr. José Cláudio da Silva, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Luiz Carlos Busato, coordenador da bancada gaúcha.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Luiz Carlos Busato, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. Raul Batista Vieira, Casa Familiar do Mar.

O SR. RAUL BATISTA VIEIRA - Boa-tarde. Eu estou representando as casas familiares, pois a Casa Familiar Rural de Armazém está com 60 alunos e ela está tentando acabar com o êxodo rural, que não está fácil. Nós também estamos com a pedagogia da alternância, ou seja, duas semanas na propriedade e uma semana na Casa Familiar. Nas duas semanas na propriedade nós estamos colocando em prática o que aprendemos na Casa Familiar Rural.

Era isso que eu gostaria de falar.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o sr. João Carlos Nogueira, secretário executivo do Núcleo de Estudos Negros.

O SR. JOÃO CARLOS NOGUEIRA - Boa-tarde a todos, boa-tarde ao presidente e deputado federal José Pimentel, ao companheiro Vignatti, que não está na mesa, relator do Orçamento.

Nós vamos apresentar aqui duas emendas bastantes singelas, mas o nosso entendimento é de uma importância vital levando em consideração as políticas que estão sendo desenvolvidas no plano nacional, na perspectiva da promoção da igualdade racial.

Eu tive a oportunidade de ser secretário junto com a ministra Matilde e estamos envidando esforços no sentido de fazer com que de fato os institutos para a promoção da igualdade aconteçam no plano nacional.

Portanto, achamos que é possível esta emenda no PPA se consolidar. Isto vai, sem dúvida alguma, atender milhares de pessoas que precisam ter oportunidades, sobretudo na perspectiva da formação. Nós estamos verificando que embora haja políticas, a participação da comunidade negra ainda é muito pequena e a deficiência está justamente nos processos formativos.

Então, nós pedimos à Bancada de Santa Catarina que inicie justamente pela região sul, pois nesta região, para quem não sabe, a população negra alcança quase 4.000 habitantes, sendo que no Brasil todo mundo sabe que é 45%.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra o sr. Lírio José Tell, do Sindicato dos Trabalhadores de Serviço Público Federal de Santa Catarina.

(Pausa)

Na ausência do sr. Lírio José Tell, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. Carlos Alberto Aita, do Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Sul.

(Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Na ausência do sr. Carlos Alberto Aita, com a palavra a próxima oradora inscrita, sra. Ana Lúcia Pereira de Lacerda, coordenadora regional da Funasa/SC.

(Pausa)

Na ausência da sra. Ana Lúcia Pereira de Lacerda, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. João Carlos, presidente da comissão Pró-Aeroporto Regional do Contestado de Santa Catarina.

O SR. JOÃO CARLOS - Sr. presidente, relatores do PPA, demais pessoas aqui presentes, estamos à frente da comissão Pró-Aeroporto Regional do Contestado, que é uma obra importantíssima para o meio-oeste do estado de Santa Catarina, região onde temos o famoso clube do bilhão, isto é, onde temos a Sadia, a Seara, a Aurora, a Perdigão e outras inúmeras empresas que produzem para o estado e para o Brasil, que não tem um aeroporto que possa melhorar a sua infra-estrutura. Essa obra que atenderá aproximadamente 28 municípios é uma obra de consenso entre as secretarias Regionais do governo de Santa Catarina e nós encaminhamos uma proposição porque essa obra com certeza irá incrementar ainda mais o desenvolvimento.

Esse aeroporto terá uma pista de 2.400m, a mil metros de altitude, na direção do vento, onde podemos realmente ter infra-estrutura para atender os empresários e o turismo de toda a região do meio-oeste de Santa Catarina.

Muito obrigado pela oportunidade e meus cumprimentos por esta audiência que nos proporciona este momento de reivindicação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Com a palavra a sra. Elizabete Gava, presidente da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Mafra.

A SRA. ELIZABETE GAVA - Boa-tarde a todos! Sou engenheira química e estou representando a população de Mafra.

Nós viemos até aqui solicitar a inclusão no PPA do tratamento de esgotos.

O município de Mafra conta com 38 mil habitantes na sua área urbana e não tem um único metro linear de rede coletora e de tratamento de esgoto.

Nosso solo é composto basicamente por rochas sedimentares de granulometria fina, que é um solo que tem dificuldade de impermeabilidade, que rapidamente se impermeabiliza e qualquer outro tratamento de esgoto não nos oferece qualidade.

Então, nós solicitamos que seja incluída a rede coletora e o tratamento de esgoto.

O município precisa, porque o nosso rio Negro é transfronteiriço, ele faz divisa de estado. Então, é uma questão de não contaminar nem as águas superficiais e nem as águas subterrâneas; é uma necessidade que o município tem.

Solicitamos, então, que olhem por Mafra, que sempre foi esquecida, o nosso planalto norte sempre foi deixado de lado. Então, pedimos que pensem bem nessa questão.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra a sra. Rita de Cássia Rodrigues, vice-presidente da Cooperativa Agrícola da Ilha de Santa Catarina, Cooperilha.

(Pausa)

Na ausência da sra. Rita de Cássia Rodrigues, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. Jurandir Gurgel, delegado do ministério do Desenvolvimento Agrário de Santa Catarina.

O SR. JURANDIR GURGEL - Boa-tarde, sr. presidente, senadores e relatores.

De parte do nosso ministério, queremos aqui reforçar a necessidade da ampliação dos recursos para a Assistência Técnica e Extensão Rural, junto ao nosso ministério, que deverá chegar, deputado Pimentel, aos R$ 300 milhões no próximo ano para cobrir o país junto com as políticas do Pronaf e do PAA nessa linha.

Eu também quero reivindicar aqui um recurso para a questão do desenvolvimento territorial, que é uma metodologia inovadora. Especialmente para Santa Catarina, nós precisaríamos ter disponíveis, em 2008, pelo menos, R$ 15 milhões para os nossos territórios, para dar conta das demandas da agricultura familiar.

Para o Programa de Aquisição de Alimentos, nós precisamos chegar a um orçamento de talvez de R$ 1 bilhão por ano e também é necessária uma atenção especial para a questão da juventude rural. O sul do Brasil, que tem na cultura, no seu jeito de fazer, a vocação de continuar na agricultura familiar, precisa de uma atenção especial.

E, finalmente, precisamos de um recurso para o Programa de Conservação, Manejo e Uso da Agrobiodiversidade, no programa 1426, com a parceria de vários ministérios, e uma atenção especial a essa área.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o sr. Antônio Roberto de Borba, secretário de Planejamento da prefeitura de Balneário Barra do Sul, Santa Catarina.

(Pausa)

Com a ausência do sr. Antônio Roberto de Borba, com a palavra o próximo orador inscrito, sr. Avelino Royer, da Federação dos Aposentados de Santa Catarina.

O SR. AVELINO ROYER - Sr. presidente, sras. autoridades, para todos os presentes, o meu boa-tarde.

Represento aqui a Federação dos Aposentados de Santa Catarina, que são em 880 mil. Trago aqui um documento que resume as reivindicações desses aposentados. Essas reivindicações também resumem todos os anseios dos 25 milhões de brasileiros aposentados e pensionistas.

Repassando esse documento aos senhores, eu peço ao Congresso Nacional para que olhe com carinho esses velhinhos que construíram este país à custa de suor e sangue muitas vezes e que hoje estão vendo os seus benefícios serem corroídos dia a dia, a ponto de não terem mais dinheiro suficiente para comprar os seus medicamentos, porque quanto mais se avança na idade, mais necessidades têm com a saúde. E a reposição do índice de preços não paga essa diferença do aumento dos medicamentos que são necessários.

Portanto, peço que tenham benevolência para com os patriotas, seus patrícios brasileiros, aposentados e pensionistas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Eu consulto se algum cidadão do plenário ainda quer fazer uso da palavra.

O Sr. Deputado Federal José Carlos Vieira - Eu desejo, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Pois não! Com a palavra, então, o sr. José Carlos Vieira, deputado federal pelo norte de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO FEDERAL JOSÉ CARLOS VIEIRA - Prezado deputado federal José Pimentel, eu quero falar e reforçar aqui uma solicitação sobre a questão da saúde, questão esta tão bem lembrada por v.exa. nesta tribuna.

Precisamos de uma ampliação no hospital de Joinville. Há poucos dias o Hospital São José, o principal hospital daquele município, fechou! Mas não fechou por paralisação, fechou porque as macas ocupavam todos os seus corredores e até fora do hospital.

Então, nós precisamos, com muita urgência, de uma ampliação dos leitos hospitalares daquela região.

Em segundo lugar, as estradas, a BR-280, que leva ao porto de São Francisco do Sul a São Bento do Sul, precisa de uma revitalização, precisa de uma duplicação.

Eu queria também reforçar a necessidade de termos em Santa Catarina um terminal turístico para passageiros.

O nosso estado é um estado turístico. O turismo alavanca milhares de empregos, mas hoje nós não temos sequer um terminal de passageiros para os grandes navios transatlânticos que passam por Santa Catarina. Mesmo assim Porto Belo deverá ter cerca de 40 navios neste ano que acabam atracando ao largo.

Solicito também para o sul do estado, embora eu seja deputado do norte, o repovoamento da lagoa de Imaruí, o complexo lagunar do sul do estado.

Nós precisamos desenvolver a pesca, a aqüicultura e peço uma ampliação de recursos para essa área.

Apresentarei oportunamente as emendas.

Parabéns pela reunião, senador e deputado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra a sra. Maria das Graças Silva.

A SRA. MARIA DAS GRAÇAS SILVA - Eu sou a atual presidente da Federação das Associações de Maricultores de Santa Catarina.

Eu gostaria de cumprimentar os componentes da mesa, o Plenário, que teve a paciência de esperar e a educação para ouvir todas as pessoas.

Eu quero dizer que a maricultura familiar hoje representa um setor significativo na economia de Santa Catarina, pois resgatamos a identidade do trabalhador do mar, e que o nosso setor hoje promove a inclusão de trabalho e renda. Isso é muito importante para o atual contexto do país, com tantos desempregados. Então, é uma oportunidade para incluirmos as pessoas, no sentido de terem dignidade de vida. E a dignidade vem através do trabalho.

Eu quero dizer que a nossa entidade hoje está aqui para apresentar duas propostas, uma voltada para a comercialização, direcionada para a cooperativa de Penha. Essa proposta de comercialização é para poder tirar os nossos trabalhadores do mar da mão dos intermediários e dar a eles dignidade e oportunidade de serem grandes empreendedores.

Uma outra questão é a abertura do canal do Camacho, que hoje a comunidade de Laguna e de Jaguaruna passa por uma situação bem difícil. E a abertura desse canal é uma condição de vida e de sobrevivência para essa população.

Nós temos dois tipos de projetos para Santa Catarina: a maricultura familiar, que é a que defendemos, e a maricultura empresarial.

Estamos aqui para chamar a atenção dos parlamentares, no sentido de dar uma atenção maior à maricultura familiar, que gera trabalho e renda.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Senador José Maranhão) - Com a palavra o sr. Jone Zulon, presidente das indústrias moveleiras.

O SR. JONE ZULON - Sr. presidente, demais componentes da mesa, srs. deputados, nós nos manifestamos, inicialmente, pois havia uma inscrição da Federação das Associações Comerciais, a Facisc, e por ela fazemos os cumprimentos pelo evento, pela oportunidade, referendando todos os pedidos, principalmente aqueles ligados à infra-estrutura que o estado de Santa Catarina precisa para o seu desenvolvimento.

Então, em nome da Federação das Associações Comerciais, os nossos cumprimentos a v.exas.

Com relação ao outro aspecto regional, a Associação Empresarial de São Bento do Sul, o clanster mobiliário, o maior exportador de móveis do Brasil está sucumbindo por uma deficiência crônica do estado em não repassar os recursos de exportação, ou seja, pela Lei Kandir que o governo do estado usa como justificativa no departamento do governo federal. E o governo federal, com a sua estrutura muito precária nas delegacias regionais, demora em devolver aos exportadores os créditos que lhes são de competência. São milhões e milhões de reais parados e as empresas sucumbindo. Infelizmente, é uma realidade que nós temos, e essa estrutura precisa ser ativada no sentido de devolução ou aproveitamento de um crédito dos exportadores.

Para encerrar, quero referendar o pedido tanto do deputado Silvio Dreveck quanto do deputado José Carlos Vieira, no aspecto da BR-280, do porto de São Francisco à Argentina, e também quanto à Escola Técnica Federal para São Bento do Sul, que é um grande centro empresarial.

Muito obrigado pela oportunidade.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Vignatti) - Com a palavra, representando o governo do estado do Rio Grande do Sul, o secretário do Planejamento do estado, João Carlos Brun Torres.

O SR. JOÃO CARLOS BRUN TORRES - Agradeço.

Primeiramente quero saudar o evento, em nome do governo do estado do Rio Grande do Sul. Foi muito importante a possibilidade de ouvir todos os pleitos. Quero reiterar o apoio do governo do estado, inclusive são 18 projetos que devem ser apresentados à bancada do estado do Rio Grande do Sul, dentre os quais reitero o apoio ao término da linha do metrô, que liga São Leopoldo a Novo Hamburgo e o início do trecho 2 do metrô, que justamente vai permitir desafogar o trânsito de Porto Alegre. É uma alternativa de desenvolvimento para o estado do Rio Grande do Sul, com total apoio do governo do estado.

O estado também apóia a questão dos acessos municipais. Está previsto no seu Orçamento em torno de R$ 20 milhões para fornecer de contrapartida, para que hoje o Rio Grande do Sul tenha a maior malha de rodovias municipais não pavimentadas. Esse é um grande desafio para que possamos fazer com que a produção da agricultura gaúcha possa chegar à região de comercialização.

O governo deve apresentar, também dentro desses 18 projetos, primeiro o seu programa de irrigação, um programa que já conta com duas obras no PAC. Santa Catarina também tem obra incluída no PAC. Todavia, o governo do estado tem 11 projetos que devem ser apresentados e tem como pleito também que os projetos sejam enquadrados no Proágua Nacional. O Rio Grande do Sul, assim como Santa Catarina, em função das mudanças climáticas, merece uma atenção especial no que diz respeito ao seu enquadramento no Proágua Nacional. Esse é um pleito dos dois estados.

Por fim, gostaria de ressaltar, no que diz respeito às políticas sociais, apenas o pleito do governo do estado de construção de uma penitenciária federal no estado do Rio Grande do Sul, e também da construção de 10.200 vagas, dentro do estado, em penitenciárias no âmbito do Funpen e do Pronasci.

Por último, na área da educação, o governo deve apresentar um projeto para a implantação de 1.470 laboratórios de informática, com contrapartida estadual, e também solicita o apoio para que, além das escolas estaduais, sejam apoiados nove centros de referência, que são escolas técnicas. Que além das escolas federais, as escolas estaduais também tenham a possibilidade de aporte de recursos para que se transformem em centros de referência em educação profissional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Vignatti) - Com a palavra o sr. Marcão Machado, do Núcleo da Colônia de Pescadores de São Francisco do Sul.

O SR. MARCÃO MACHADO - Quero aqui cumprimentar o sr. deputado Cláudio Vignatti, bem como o deputado José Pimentel.

Agradeço a oportunidade e quero ressaltar a importância de uma emenda para o litoral norte de Santa Catarina com a abertura do canal do Linguado. Tivemos um crime ambiental com o seu fechamento já há 50 anos. Temos uma comunidade de pescadores envolvendo sete colônias nos municípios do litoral norte; são 4.200 pescadores, aproximadamente. É uma das regiões mais populosas do estado, tem um dos melhores complexos hídricos da baía da Babitonga. Por isso ressalto a importância de se constituir uma emenda dotando-a de recursos para a sua melhoria, envolvendo programas do governo federal, o PAC, que também pretende o avanço das áreas portuárias.

Sendo assim, resolveremos a questão da sedimentação do complexo hídrico da baía da Babitonga, abrangendo toda a classe pesqueira, a classe turística e a classe empresarial daquela comunidade.

O meu muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Pimentel) - Quero aqui homenagear o prefeito e ex-presidente da Fecam, Neodi Saretta, a quem convido para fazer a fala final.

O SR. PREFEITO NEODI SARETTA - Quero saudar o deputado federal Cláudio Vignatti, relator do PPA, o deputado José Pimentel, relator da LOA da União, e dizer que foi uma satisfação fazermos este debate aqui em Santa Catarina. Quero, inclusive, parabenizar o Congresso Nacional por essa iniciativa, porque nos permite dar sugestões - e aqui foram inúmeras - ao Orçamento da União e ao PPA 2008/2011.

Eu creio que fomos contemplados nas diversas emendas aqui apresentadas. É claro que não poderíamos deixar, como prefeito de uma cidade do oeste de Santa Catarina, no centro da mesofronteira do Mercosul, de reforçar a idéia de uma universidade pública que abranja aquela grande região dos três estados do sul: parte do Paraná, o grande oeste de Santa Catarina e parte do Rio Grande do Sul. Portanto, nós queremos deixar consignado o reforço a essa solicitação.

Obviamente também, como representante da Federação Catarinense dos Municípios, ouvimos com atenção a questão dos recursos da Lei Kandir e de todos aqueles recursos que possam, via Orçamento, ser descentralizados para os municípios, que assumiram efetivamente, nos últimos anos, uma série de encargos e que por isso precisam ter condições de fazer frente a essas grandes necessidades. Temos certeza de que os relatores vão estar atentos a essas necessidades.

No mais, nossos parabéns, deputado Cláudio Vignatti, mais uma vez, por essa grande iniciativa e espero que deste seminário uma série de itens possa ser contemplados tanto no PPA quanto na LOA.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Cláudio Vignatti) - Quero encerrar este seminário em nome do senador José Maranhão, que teve que se ausentar em função do horário do seu vôo para Brasília, agradecendo imensamente à Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, a todos que permaneceram aqui até este momento, aos movimentos sociais de vários ordens que aqui se fizeram presentes, aos deputados dos três estados, aos prefeitos.

Quero agradecer ao Afonso, representante do ministro Paulo Bernardo, que veio nos acompanhar nesta audiência pública e acabou nem falando para permitir que todos aqueles que quisessem se manifestar pudessem fazê-lo. Quem o olha assim, não sabe a importância que ele tem, mas o Afonso é, hoje, uma das grandes figuras do ministério do Planejamento e com certeza tem todas as condições, se quiser, de ser ministro algum dia.

Quero fazer um agradecimento também a toda a consultoria da comissão do Orçamento, que acatou mais de 150 proposições de emendas na tarde de hoje, apresentadas por escrito.

Quero agradecer ao deputado José Pimentel, relator do Orçamento de 2008, pelo trabalho brilhante e sobre o qual eu já falei anteriormente. Temos feito um ótimo trabalho conjunto e vamos trabalhar até aprovar o Orçamento porque o PPA, pela primeira vez, será aprovado antes do Orçamento, em função da Resolução n. 1.

A consultoria acaba de me informar que foram 212 as proposições de emendas apresentadas no dia de hoje. Com isso, superamos todos os outros estados. Ganhamos até do Ceará, só não teve caju - mas essa fruta é típica daquele estado -, porque lá nos serviram, na Federação das Indústrias, um cardápio à base de caju. O nordeste está divulgando o caju, o Sesi está divulgando, até o presidente Lula está falando do caju.

Um abraço muito especial, boa-noite a todos está encerrado o seminário.

*** X X X ***